C&P

CONJUNTURA & PLANEJAMENTO

141

141

SALVADOR • FEVEREIRO DE 2006

SEI
Informação a Serviço da Sociedade
www.sei.ba.gov.br

GOVERNO DO ESTADO DA BAHIA
PAULO GANEM SOUTO

SECRETARIA DO PLANEJAMENTO
ARMANDO AVENA

SUPERINTENDÊNCIA DE ESTUDOS ECONÔMICOS E SOCIAIS DA BAHIA SEI
CESAR VAZ DE CARVALHO JUNIOR

CONSELHO EDITORIAL
Cesar Vaz de Carvalho Junior
Edmundo Sá Barreto Figuerôa

COORDENAÇÃO GERAL
Luiz Mário Ribeiro Vieira

COORDENAÇÃO EDITORIAL
Elissandra Alves de Britto
João Paulo Caetano Santos

EQUIPE TÉCNICA
Alynson dos Santos Rocha
Carla Janira Souza do Nascimento
Fabiana Karine Pacheco dos Santos
Joseanie Aquino Mendonça
Nícia Moreira da Silva Santos
Rosangela Ferreira Conceição

NORMALIZAÇÃO
Coordenação de Documentação e Biblioteca – COBI

REVISÃO
Maria José Bacelar

PRODUÇÃO GRÁFICA
Fabiana Faria

DESIGNER GRÁFICO
Humberto Farias

EDITORAÇÃO GRÁFICA
2 Designers

Os artigos publicados são de inteira responsabilidade de seus autores. As opiniões neles emitidas não exprimem, necessariamente, o ponto de vista da Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia SEI. É permitida a reprodução total ou parcial dos textos desta revista, desde que seja citada a fonte.

Esta publicação está indexada no Ulrich's International Periodicals Directory e no Qualis.

CONJUNTURA & PLANEJAMENTO, V.1- (1994-)
Salvador: Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia, 2006.

Mensal
ISSN 1413-1536

CDU 338(814.2)

SEI
SUPERINTENDÊNCIA DE ESTUDOS ECONÔMICOS E SOCIAIS DA BAHIA

Av. Luiz Viana Filho, 435 – 4ª Avenida – 2º And. – CAB
CEP: 41.750-300 – Salvador – Bahia
Tel.: (71)3115 4823/4822 Fax: (71) 3116 1781
www.sei.ba.gov.br
sei@sei.ba.gov.br

C&P

CONJUNTURA & PLANEJAMENTO

Sumário

Economia em Destaque

Mais um ano de desempenho positivo no comércio exterior baiano
João Paulo C. Santos 4

Conjuntura Econômica Baiana 6

Artigos

Indústria: desaceleração no ritmo de atividade ao longo de 2005 e as perspectivas para o ano de 2006
Paulo Henrique Carvalho e Silva 16

Comércio Varejista: Pelo segundo ano consecutivo; expansão, mas com menor fôlego em 2005
Bruno Rodrigues Pinheiro 23

Mercado de trabalho na Bahia e RMS
Edelcique Machado Serra 29

Cooperativismo como alternativa à pequena atividade leiteira na região de Feira de Santana (Bahia)
Marcos Aurélio Souza Oliveira
Alynson dos Santos Rocha 33

Investimentos na Bahia

Cerca de 62% dos investimentos industriais previstos estão alocados em implantações de novas unidades 40

Notícias 44

Legislação 47

Indicadores Conjunturais

Indicadores Econômicos 50
Indicadores Sociais 56
Finanças Públicas 65

Carta do Editor

Ao iniciar o ano de 2006, são divulgados os primeiros resultados do desempenho das economias brasileira e baiana em 2005. Nessa perspectiva, indicadores como produção industrial, vendas no comércio e mercado de trabalho vêm demonstrar não somente o que ocorreu na economia no ano que passou, como também as perspectivas para o novo ano.

Dessa forma, a revista Conjuntura & Planejamento, em sua edição de nº 141, tem como destaque o desempenho da economia brasileira, no que se refere às vendas no comércio e à produção física da indústria, e, para a Bahia, o desempenho no mercado de trabalho, além de uma breve análise da atividade agrícola no estado.

No texto **Indústria: desaceleração no ritmo de atividade ao longo de 2005 e as perspectivas para o ano de 2006**, Paulo Henrique Carvalho e Silva destaca que, apesar de ter ocorrido crescimento da produção industrial brasileira, este crescimento pode ser considerado ínfimo do ponto de vista das principais economias emergentes, as quais registraram crescimento bem mais expressivo. Esse fraco desempenho é decorrente, segundo o autor, dos desníveis da política macroeconômica, a qual privilegia os juros altos em detrimento do crescimento industrial.

No texto de Bruno Rodrigues Pinheiro, **Comércio varejista: pelo segundo ano consecutivo; expansão, mas com menor fôlego em 2005**, temos novo destaque acerca da problemática da política de juros altos e de seus impactos sobre a atividade econômica do país. Apesar de se verificar crescimento nas vendas do comércio, este crescimento se dá em níveis inferiores aos do ano passado, o que reflete, em parte, a dificuldade dos consumidores em manter seu nível de consumo, mesmo diante da fartura de crédito.

Se, em nível nacional, os dados da economia não são muito animadores, o oposto se revela no âmbito estadual. O artigo de Edelcique Serra Machado, **Mercado de trabalho na Bahia e RMS**, mostra que o mercado de trabalho baiano continua no processo de expansão da geração de emprego com carteira de trabalho assinada, colocando a Bahia na primeira posição entre os estados do nordeste.

A revista traz ainda nesta edição o artigo de Marcos Aurélio Souza Oliveira e Alynson dos Santos Rocha, **Cooperativismo como alternativa à pequena atividade leiteira na região de Feira de Santana (Bahia)**, uma discussão sobre a formação de cooperativas junto aos pequenos produtores de leite. Estas cooperativas têm como objetivo orientar e oferecer serviços aos pequenos produtores, de forma a fazer com que seu produto obtenha uma melhor qualidade, gerando ganhos para toda a comunidade produtora.

Dessa forma, a revista Conjuntura & Planejamento vem, mais uma vez, contribuir para a discussão dos diversos movimentos que acontecem no contexto econômico, levando ao leitor uma análise ampla e diversificada de alguns eventos que ocorreram e ocorrem nas economias brasileira e baiana, qualificando-o para vislumbrar possíveis cenários para o ano de 2006.

Mais um ano de desempenho positivo no comércio exterior baiano

João Paulo Caetano Santos*

Se o desempenho da economia baiana como um todo é de destaque em comparação com o desempenho da economia brasileira, o mesmo pode se dizer em relação ao comércio exterior. Neste caso, os números são ainda mais expressivos na mesma comparação. Em 2005, o comércio exterior baiano registrou novos recordes, sobretudo quando analisamos as exportações.

De acordo com a Tabela 1, podemos verificar que as exportações registraram crescimento expressivo de 47,4%, enquanto o crescimento das importações foi de apenas 9,6%. Estas variações determinaram um saldo comercial 1,5 vezes maior que o do ano anterior. Se observarmos o desempenho do comércio exterior brasileiro, os números são mais modestos (22,6% para as exportações e 17,11% para as importações). Em termos monetários, a Bahia ultrapassou a barreira dos US$ 9 bilhões de movimentação de mercadorias. Segundo relatório do Centro Internacional de Negócios da Bahia (PROMO):

> O resultado mostra o dinamismo da economia estadual, que vem mudando o seu perfil com uma grande diversificação industrial e agropecuária, fruto da política de atração de investimentos conduzida pelo Governo do Estado, que privilegiou o fortalecimento das cadeias produtivas existentes, agregando novas tecnologias e impulsionando as exportações de produtos com maior conteúdo tecnológico (PROMO, 2006, p.2).

A expansão das exportações decorreu, mais uma vez, do crescimento dos produtos manufaturados, que tiveram variação positiva de 41% na comparação com o ano de 2004 e representaram, em 2005, 79,0% do valor total das exportações baianas. Dentre os principais produtos manufaturados exportados, podemos destacar o crescimento nas vendas de *veículos automotores* (37,4%) e de *pneus novos para automóveis* (415,0%). Já as exportações de produtos básicos, que representam 19,9% do total das exportações, tiveram crescimento de 80,6%. Ressaltamos o crescimento nas vendas de *algodão simplesmente debulhado* (129,5%) e *óleo de soja em bruto* (96,4%). Segundo a PROMO (2006), o crescimento expressivo das exportações baianas pode ser relacionado, em parte, ao aumento da competitividade dos produtos de exportação, ao apoio às pequenas e médias em-

* Economista e técnico da SEI

Tabela 1
Balança comercial, Bahia: 2004/2005

Discriminação	2004	2005	VAR. %
Exportações	4.062.916	5.987.744	47,38
Importações	3.021.129	3.310.799	9,59
Saldos	1.041.787	2.676.945	-
Corrente de comércio	7.084.045	9.298.543	31,26

Fonte: Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio. Dados coletados em 11/01/2006. Elaboração: PROMO - Centro internacional de negócios da Bahia. OBS.: Importações efetivas, dados preliminares

presas, ao surgimento de novos produtos e à expansão das vendas para novos mercados.

Tabela 2
Exportações por fator agregado, Bahia: 2005 **(US$ 1000 FOB)**

Discriminação	2005	Part. %
A - Básicos	**1.191.523**	**19,90**
B - Produtos industrializados	**4.732.122**	**79,03**
Manufaturados	3.727.793	62,26
Semi-manufaturados	1.004.329	16,77
C - Operações especiais	**64.099**	**1,07**
TotaL A+B+C	**5 .987.744**	**100,00**

Fonte: Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio. Dados coletados em 11/01/2006. Elaboração: PROMO - Centro internacional de negócios da Bahia. OBS.: Importações efetivas, dados preliminares

As exportações baianas de 2005 tiveram como principais destinos: Estados Unidos (25,4%), Argentina (14,3%) e México (11,2%).

No tocante às importações, há de se apontar três destaques. O primeiro, refere-se ao crescimento no valor das importações de combustíveis e lubrificantes (36,7%), ocasionado, sobretudo, pelos sucessivos aumentos no preço do barril de petróleo. Ressaltamos que este item tem um peso significativo na pauta de importações da Bahia. Dessa forma, aumentos substanciais no preço da *commoditie* tendem a pressionar negativamente a balança comercial baiana. O segundo destaque foi o crescimento nas importações de bens de capital (15,3%), indicando a ocorrência de um processo de ampliação e/ou renovação do parque industrial baiano. Isto tende a promover impactos positivo sobre a economia baiana, uma vez que a modernização propende a aumentar a escala de produção, bem como a competitividade dos produtos produzidos na Bahia, gerando ganhos para toda a economia.

O terceiro fator foi a redução nas compras de bens de consumo duráveis (-17,4%). Esta redução pode estar associada, em primeira instância, a uma possível retração na renda interna, uma vez que, com o dólar mais barato, a tendência seria o aumento nas compras de bens desta categoria.

Dados o dinamismo e a maturidade da economia baiana, sobretudo nos últimos três anos, a expectativa para o ano de 2006 é de que a balança comercial, em especial as exportações, mantenha a trajetória de crescimento verificada recentemente. Esta continuidade, entretanto, está atrelada a fatores exógenos, tais como: infra-estrutura portuária e rodoviária, redução de impostos, desvalorização cambial, redução da taxa de juros, dentre outros. Ou seja, está sujeita a um conjunto de fatores de caráter macroeconômico, os quais dependem da ação conjunta dos governos estadual e federal, bem como da iniciativa privada.

Referências

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior. *Indicadores e estatísticas*: balança comercial por unidades da federação. Disponível em: <http://www.mdic.gov.br.> Acesso em: 28 jun. 2006.

PROMO. Centro Internacional de Negócios da Bahia. *Estatísticas e análise do comércio exterior da Bahia*: análise do comércio exterior jan./dez. 2005. Disponível em: <http://www.promobahia.com.br.> Acesso em: 28 jun. 2006.

Tabela 3
Importações por categorias de uso, Bahia: 2004/2005 **(EM US$ 1000 FOB)**

Discriminação	2004	2005	VAR. %	PART. %
Bens intermediários	1.306.091	1.244.958	-4,68	37,60
Combustíveis e lubrificantes	789.753	1.078.871	36,61	32,59
Bens de capital	655.750	756.010	15,29	22,83
Bens de consumo duráveis	245.847	202.979	-17,44	6,13
Bens de consumo não duráveis	23.688	27.981	18,12	0,85
Total	**3.021.129**	**3.310.799**	**9,59**	**100,00**

Fonte: Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio. Dados coletados em 11/01/2006. Elaboração: PROMO - Centro internacional de negócios da Bahia. OBS.: Importações efetivas, dados preliminares

Conjuntura Econômica Baiana

A economia baiana manteve, em novembro, a mesma tendência de crescimento registrada durante todo o ano de 2005. Os indicadores de produção industrial, comércio exterior e vendas do comércio varejista determinaram a continuidade da trajetória de crescimento da economia.

A produção da indústria baiana de transformação, segundo a PIM-IBGE, registrou, em novembro de 2005, variação positiva de 1,1% em relação ao mesmo mês de 2004. No ano, a indústria acumulou crescimento de 4,0% na comparação com o mesmo período de 2004. Os setores de *veículos automotores* (32,3%), *celulose*, *papel e produtos de papel* (15,7%) e *minerais não metálicos* (9,7%) continuaram a apresentar as maiores taxas no acumulado do ano. Já os setores de *metalurgia básica* (-0,6%) e *produtos químicos* (-0,8%) registraram queda no acumulado do ano.

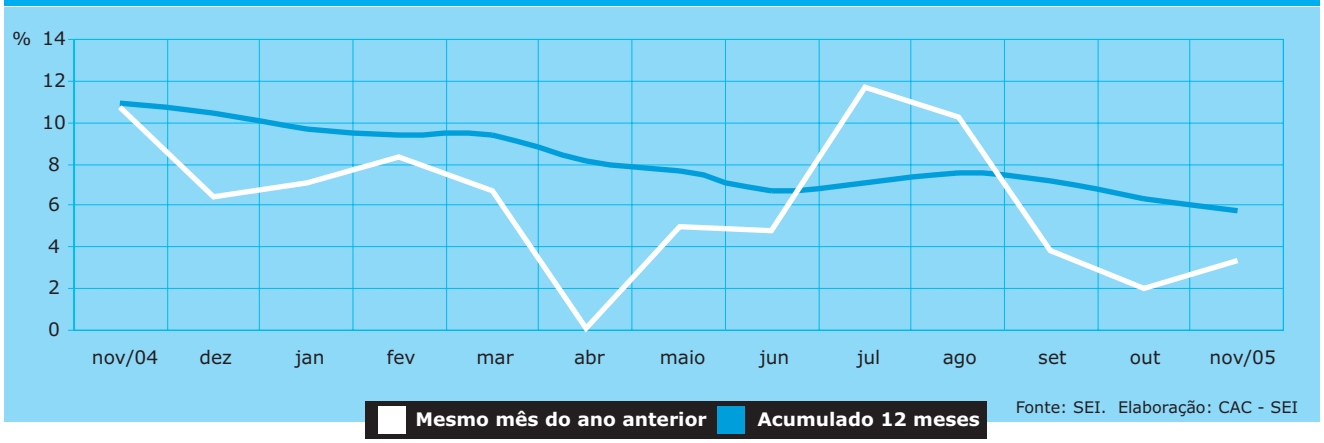
O comércio exterior fechou o ano de 2005 com expansão, tanto das exportações (47,4%), quanto das importações (7,7%). Segundo os dados do MDIC, no ano de 2005, as exportações baianas somaram US$ 5,987 bilhões e as importações US$ 3,245 bilhões, gerando um *superavit* recorde de US$ 2,742 bilhões.

O comércio varejista, conforme dados da PMC-IBGE, registrou variação positiva no volume das vendas de 7,3% de janeiro a novembro de 2005. As maiores taxas de crescimento no ano foram apresentadas pelos segmentos: *equipamentos e materiais para escritório* (66,3%); *móveis e eletrodomésticos* (43,0%) e *tecidos e vestuários* (17,5%). O segmento *veículos, motos, partes e peças registrou* crescimento de 9,5% no ano.

O Índice de Preços ao Consumidor (IPC-SEI), para Salvador, registrou alta de 0,7%, no primeiro mês de 2006. No mês, os grupos que registraram as maiores altas foram: *habitação e encargos* (1,99%); *transporte e comunicação* (1,75%); e *despesas pessoais* (1,71%).

O mercado de trabalho, segundo a Pesquisa de Emprego e Desemprego (PED-SEI/DIEESE/SEADE), fechou o mês de dezembro com taxa de desemprego em 23,2%, determinando uma média anual da taxa de desemprego de 24,5%. 2005 fechou com 1.307 milhão exercendo alguma atividade econômica e alta de 2,7% em relação ao início do ano.

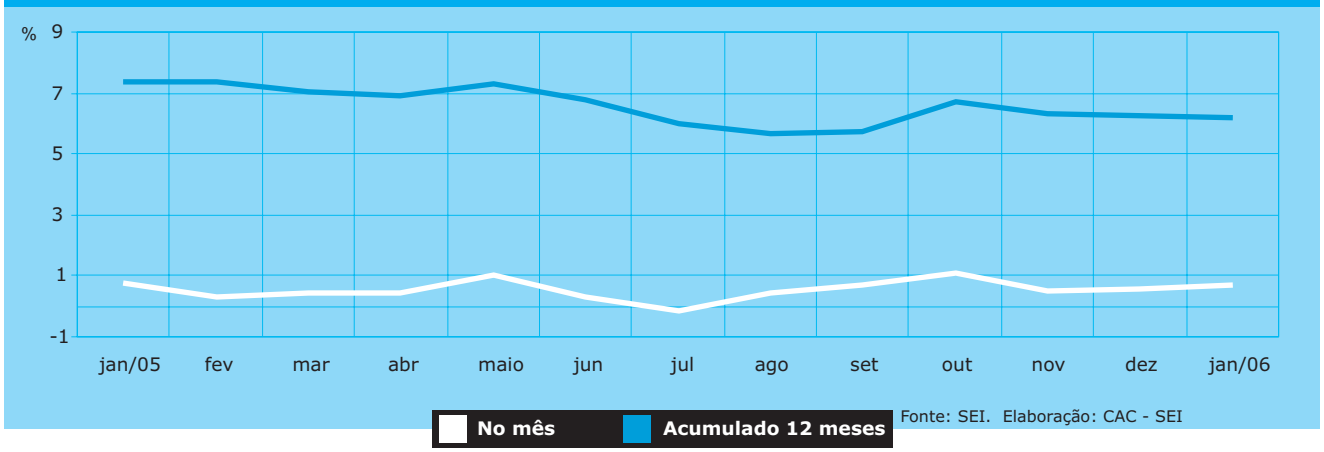
Índice de Movimentação Econômica - IMEC - Salvador



Fonte: SEI. Elaboração: CAC - SEI

Em novembro, o Índice de Movimentação Econômica de Salvador (IMEC) registrou variação positiva de 3,3% na comparação com o mesmo mês do ano anterior. Já na comparação com o mês de outubro de 2005, o acréscimo foi de apenas 0,2%. No acumulado dos 12 meses, o índice registra alta de 5,7%, denotando tendência de redução no ritmo de crescimento da atividade econômica do município, uma vez que, no mês anterior, o índice registrava alta de 6,2%.

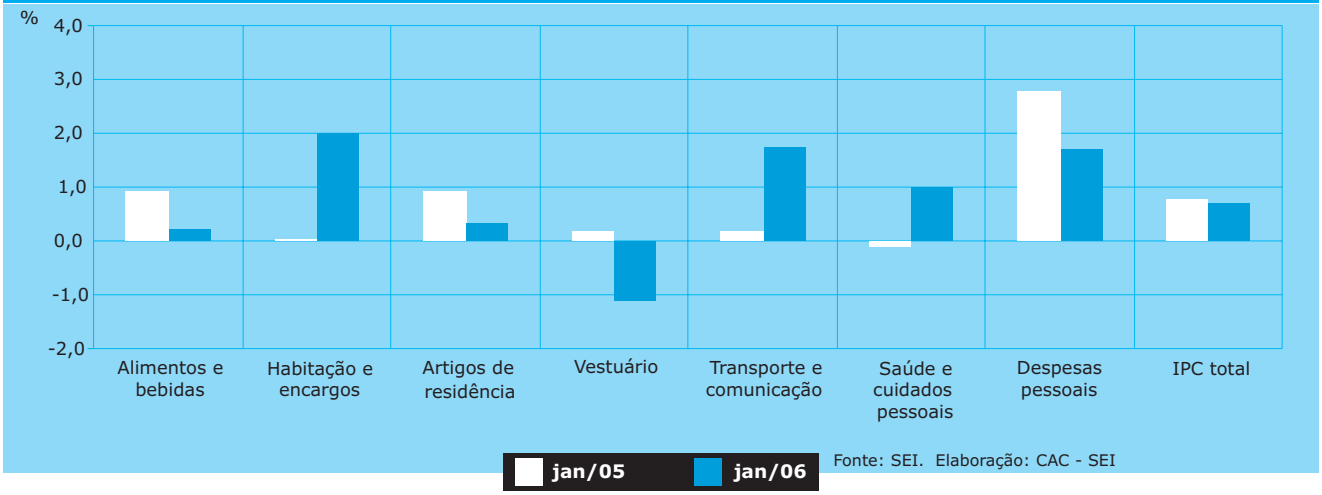
Taxa de variação do IPC-SEI - Salvador



Fonte: SEI. Elaboração: CAC - SEI

No mês de janeiro, o Índice de Preços ao Consumidor (IPC), divulgado pela SEI, registrou taxa de 0,71%, bem acima dos 0,54% do mês de dezembro de 2005. Com esse resultado, o índice acumula alta de 6,2% nos 12 meses. Transporte e comunicação (9,7%) e habitação e encargos (23,4%) são os grupos que mais pressionaram o índice no acumulado dos 12 meses. Já artigos de residência (-0,43%) continua sendo o grupo que menos pressiona na formação do índice.

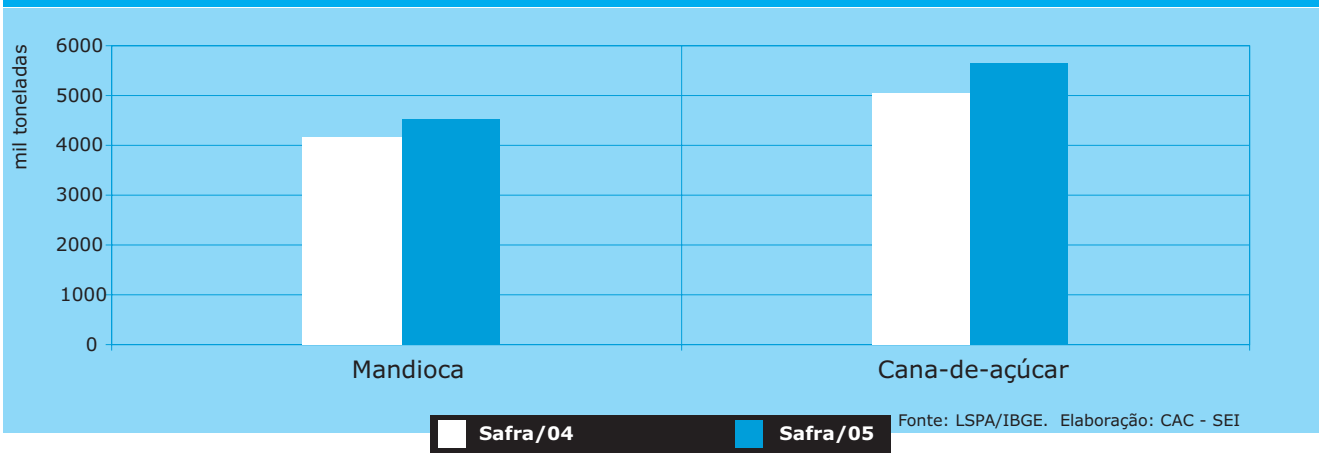
Taxa de Variação do IPC-SEI: grupos selecionados - Salvador



Fonte: SEI. Elaboração: CAC - SEI

Os grupos de habitação e encargos (1,99%) e de transporte e comunicação (1,75%) apresentaram, em janeiro, as maiores contribuições para a taxa positiva de inflação. Com relação a esses grupos, os subitens encargos e manutenção (2,6%) e transportes (1,9%) registraram as maiores elevações. No mesmo período, apenas o grupo vestuário (1,12%) registrou taxa negativa.

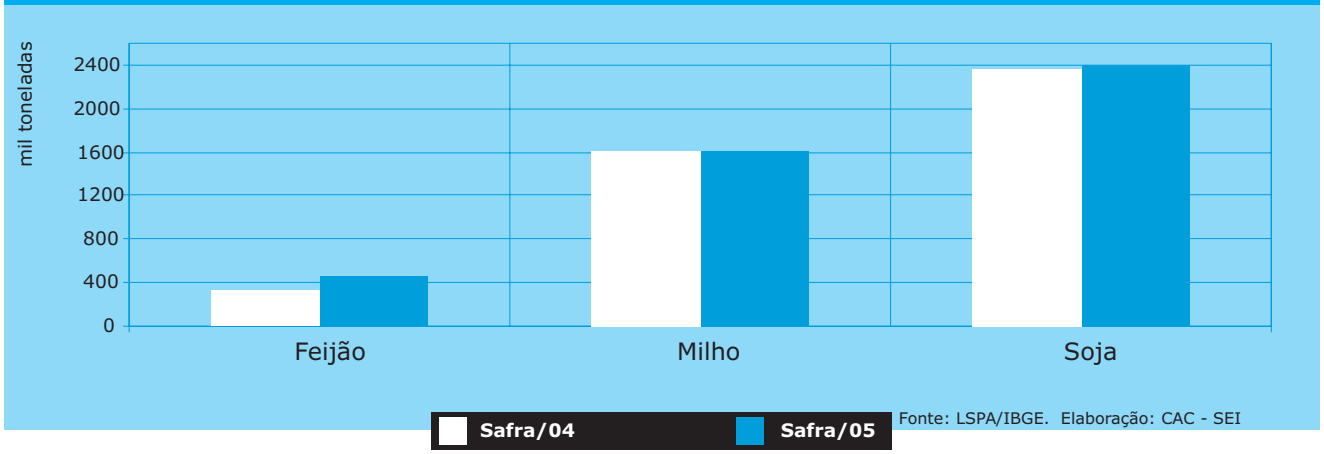
Estimativa da produção agrícola: mandioca e cana-de-açúcar - Bahia



Fonte: LSPA/IBGE. Elaboração: CAC - SEI

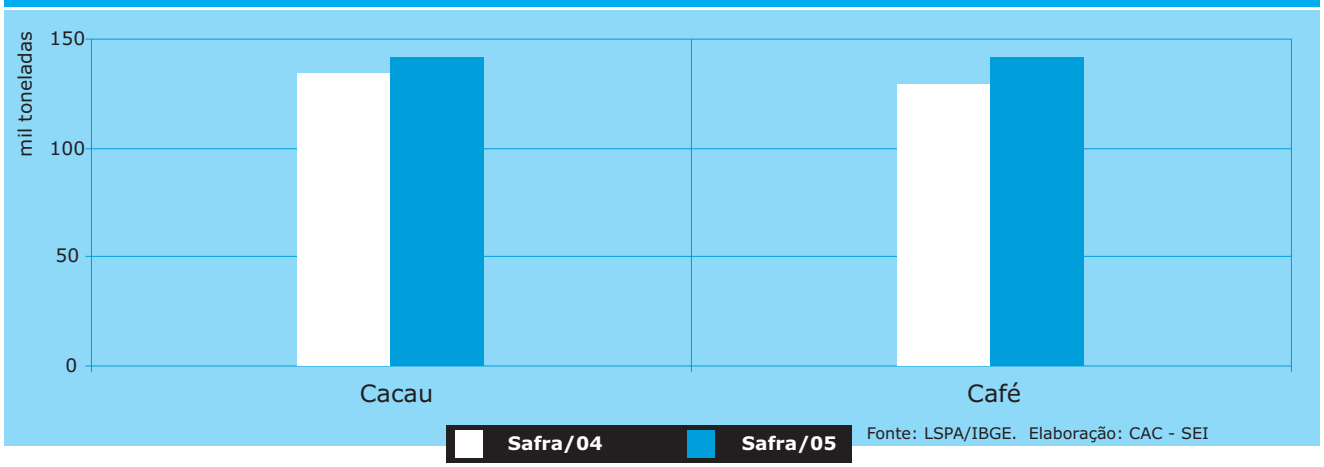
As estimativas para a safra baiana 2005, realizadas em dezembro pelo Levantamento Sistemático da Produção Agrícola (LSPA-IBGE), apontam elevação de 8,6% para a safra de mandioca, resultado da expansão de 10,1% da área plantada. As trajetórias positivas dos preços da raiz e da farinha justificam os números. Para a cana-de-açúcar, tem-se o incremento da produção física em 12,1%. A conjuntura da demanda por açúcar e álcool (refletindo-se nos preços) responde pelas observações do IBGE.

Estimativa da produção agrícola: feijão, milho e soja - Bahia



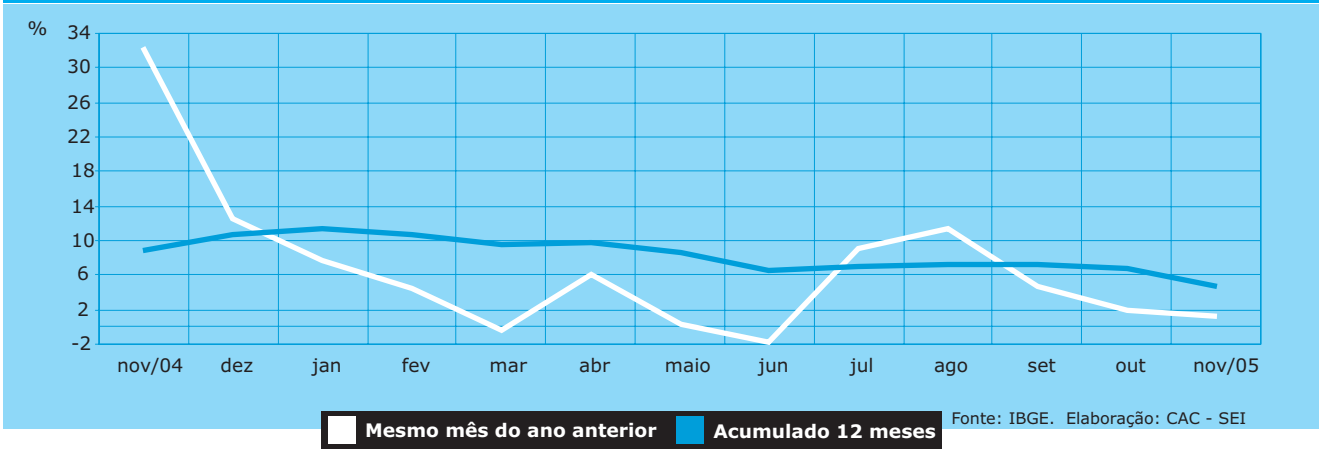
As estimativas do LSPA apontam expansão de 39,2% da lavoura de feijão. Reafirma-se o desempenho do feijão 2ª safra, (aumento de 68% da produção). Para o milho, as estimativas são modestas (crescimento de 0,3%). Entretanto já há sinalização de reversão de tendência, negativa em levantamentos anteriores. Para a soja, prosseguem as estimativas de aumento da produção em 1,6%. Aguardam-se as intenções de plantio 2006, para alterar esse cenário.

Estimativa da produção agrícola: cacau e café - Bahia



Em dezembro de 2005, observa-se aumento da produção de cacau (5,5%). A iminência de acordo para renegociação das dívidas dos produtores pode resultar em intenções de plantio 2006 mais consistentes. Para o café, mantém-se a elevação em aproximadamente 8,3%. A expansão de 9,7% do rendimento da lavoura contribui ao resultado. Espera-se que as expectativas positivas para a safra seguinte não arrefeçam os preços do grão, pelo aumento da oferta.

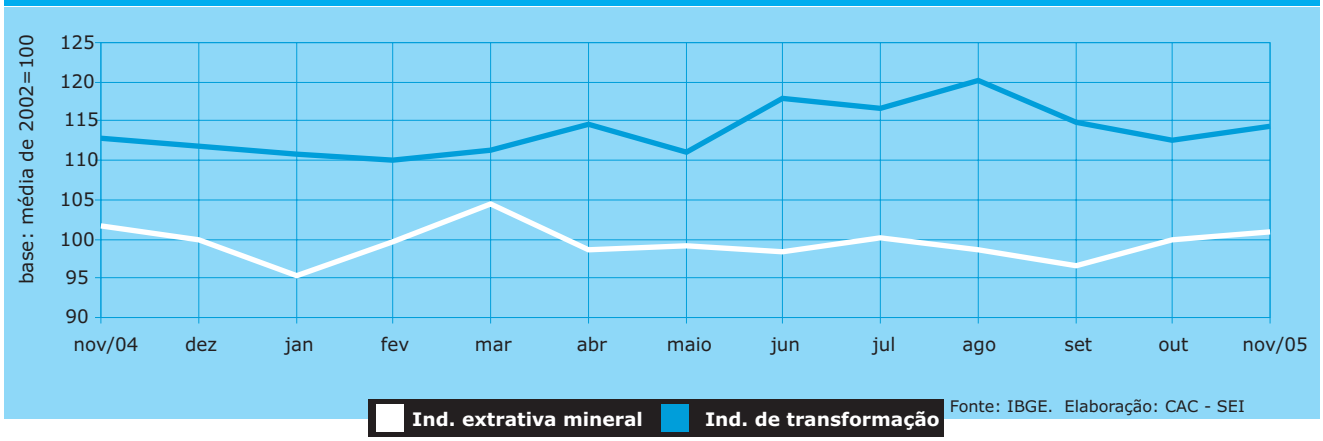
Taxa de variação da produção física da indústria de transformação - Bahia



Fonte: IBGE. Elaboração: CAC - SEI

A produção da indústria de transformação da Bahia registrou, em novembro de 2005, crescimento de 1,1% na comparação com o mesmo mês do ano anterior, conforme dados da Pesquisa Industrial Mensal (PIM-IBGE). Nos doze meses, o índice recuou de 6,8% em outubro/2005 para 4,6% no mês de novembro/2005. Os setores que registraram as maiores taxas nos doze meses foram: veículos automotores (37,2%), celulose, papel e produtos de papel (10,9%) e alimentos e bebidas (9,5%).

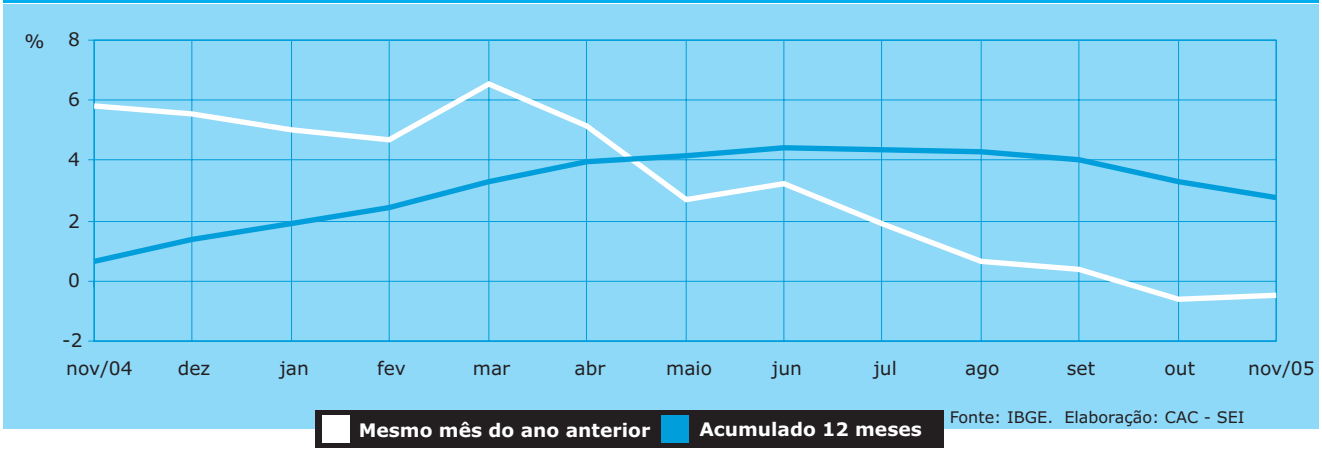
Índice dessazonalizado de produção física da indústria de transformação e extrativa mineral - Bahia



Fonte: IBGE. Elaboração: CAC - SEI

A série livre de influências sazonais da produção da indústria de transformação baiana também mostra taxa positiva (1,6%), na comparação de novembro de 2005 com outubro do mesmo ano. As maiores altas no período se deram nos setores de alimentos e bebidas (8,4%) e celulose, papel e produtos de papel (5,3%). A indústria extrativa mineral registrou, no mesmo período, crescimento de 1,2%.

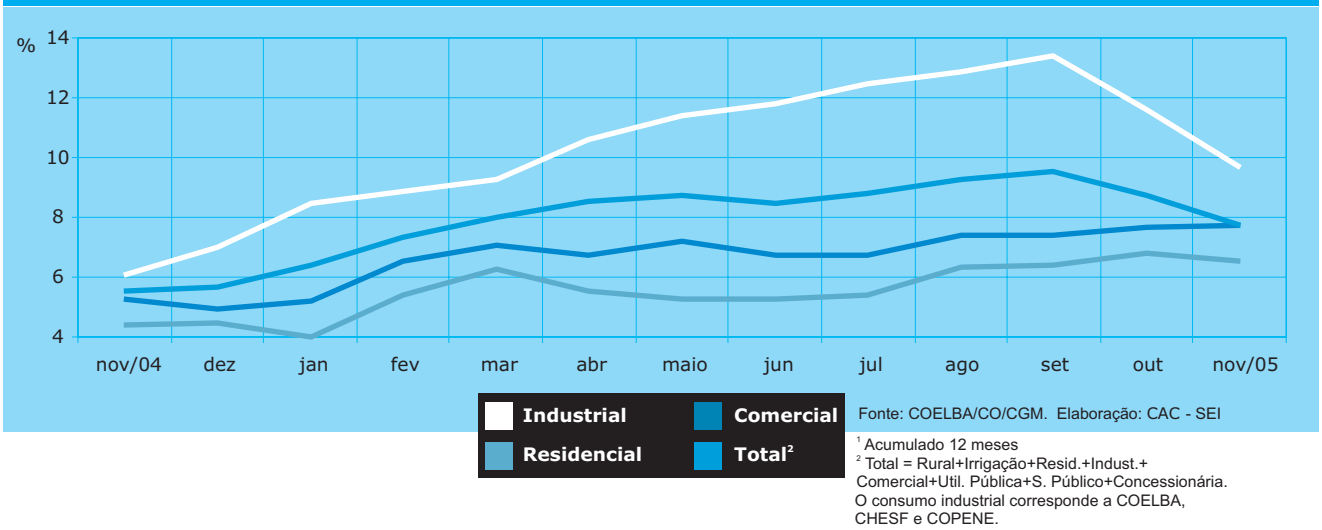
Taxa de variação do pessoal ocupado - Indústria de transformação - Bahia



Fonte: IBGE. Elaboração: CAC - SEI

O emprego na indústria de transformação baiana apresentou, em novembro de 2005, a segunda retração do ano (-0,5%) na comparação com o mesmo mês do ano anterior. No acumulado dos doze meses, o emprego na indústria baiana registra alta de 4,4%, sendo que os setores que tiveram os maiores incrementos foram: máquinas e equipamentos, exclusive elétricos, eletrônicos, de precisão e de comunicações (53,5%), madeira (12,1%), fabricação de meios de transporte (10,7%), produtos de metal, exclusive máquinas e equipamentos (9,9%).

Taxa de variação do consumo de energia elétrica[1] - Bahia

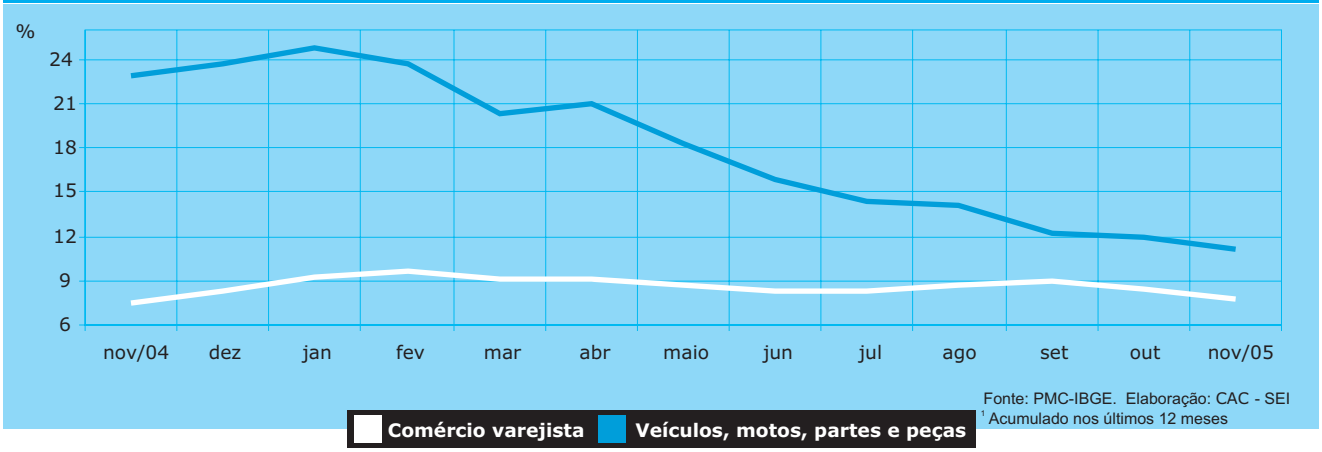


Fonte: COELBA/CO/CGM. Elaboração: CAC - SEI

[1] Acumulado 12 meses
[2] Total = Rural+Irrigação+Resid.+Indust.+ Comercial+Util. Pública+S. Público+Concessionária. O consumo industrial corresponde a COELBA, CHESF e COPENE.

O consumo total de eletricidade, no estado da Bahia, manteve, em novembro de 2005, trajetória de crescimento, registrando alta de 7,7% no acumulado dos 12 meses. Dentre os principais consumidores, a indústria continua apresentando a maior taxa de crescimento, acumulando alta de 9,6%. O consumo residencial teve pequena redução em relação ao mês de outubro (0,2p.p.) e o consumo comercial manteve-se praticamente estável em relação ao mês anterior (7,7%).

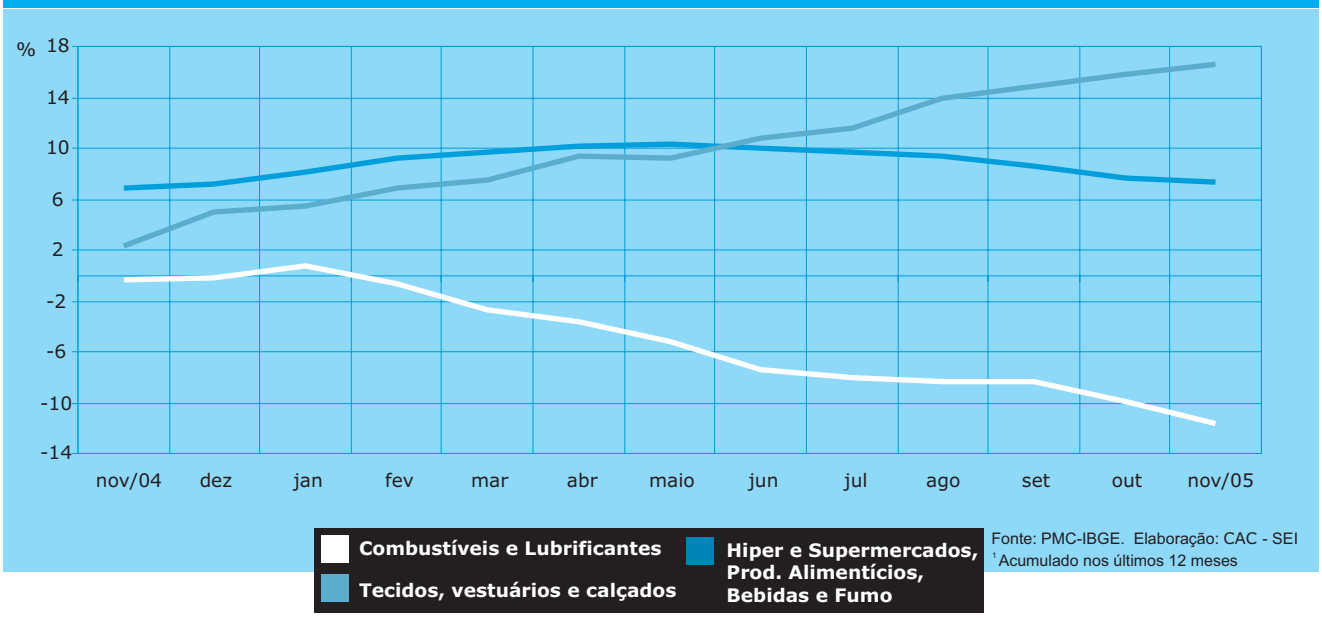
Taxa de variação de volume de vendas no varejo[1] - Bahia



Fonte: PMC-IBGE. Elaboração: CAC - SEI
[1] Acumulado nos últimos 12 meses

O comércio varejista na Bahia apresentou no mês de novembro de 2005, pelo vigésimo quarto mês consecutivo, um acréscimo de 3,3% no volume de negócios. A Pesquisa Mensal de Comércio (PMC-IBGE) apurou para o acumulado dos últimos doze meses uma expansão de 7,8%. O segmento de veículos, motos e peças apresentou crescimento de 10,8% ante igual mês de 2004. Nos últimos doze meses, o crescimento do volume de vendas desse segmento foi de 11,1%.

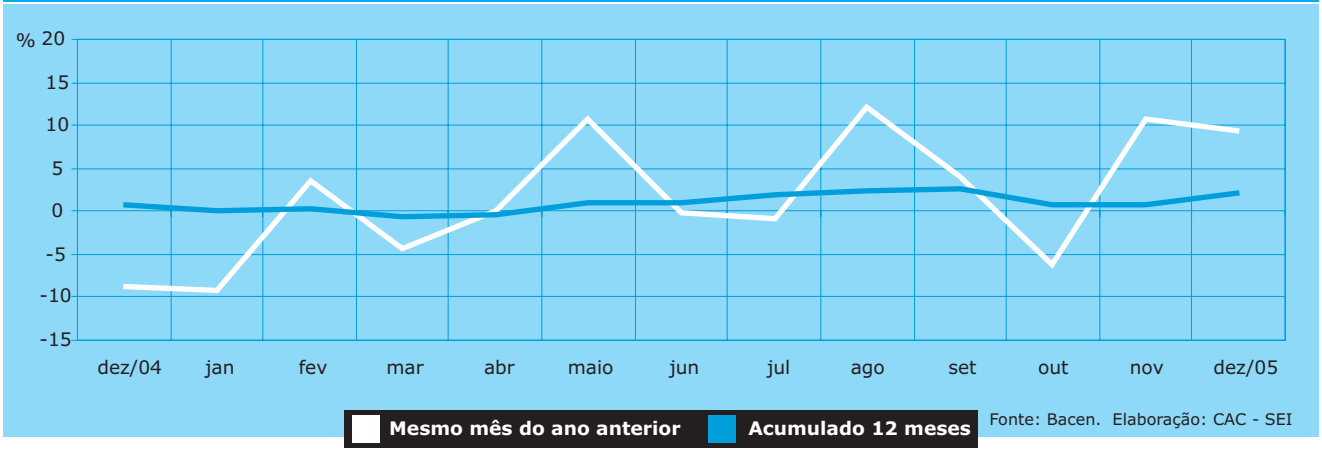
Taxa de variação do volume de vendas no varejo[1]: principais segmentos - Bahia



Fonte: PMC-IBGE. Elaboração: CAC - SEI
[1] Acumulado nos últimos 12 meses

Segundo a PMC, o segmento de móveis e eletrodomésticos apresentou, para o acumulado dos últimos doze meses até novembro de 2005, um crescimento de 44,5% no volume de vendas. Esse desempenho continua sendo explicado pela ampliação do crédito direto ao consumidor e dos empréstimos pessoais consignados em folha verificados nos últimos meses, além da ampliação dos prazos de parcelamento das compras. O mesmo comportamento positivo foi verificado para os segmentos tecidos e vestuário e hiper e supermercados, com 16,6% e 7,4%, respectivamente.

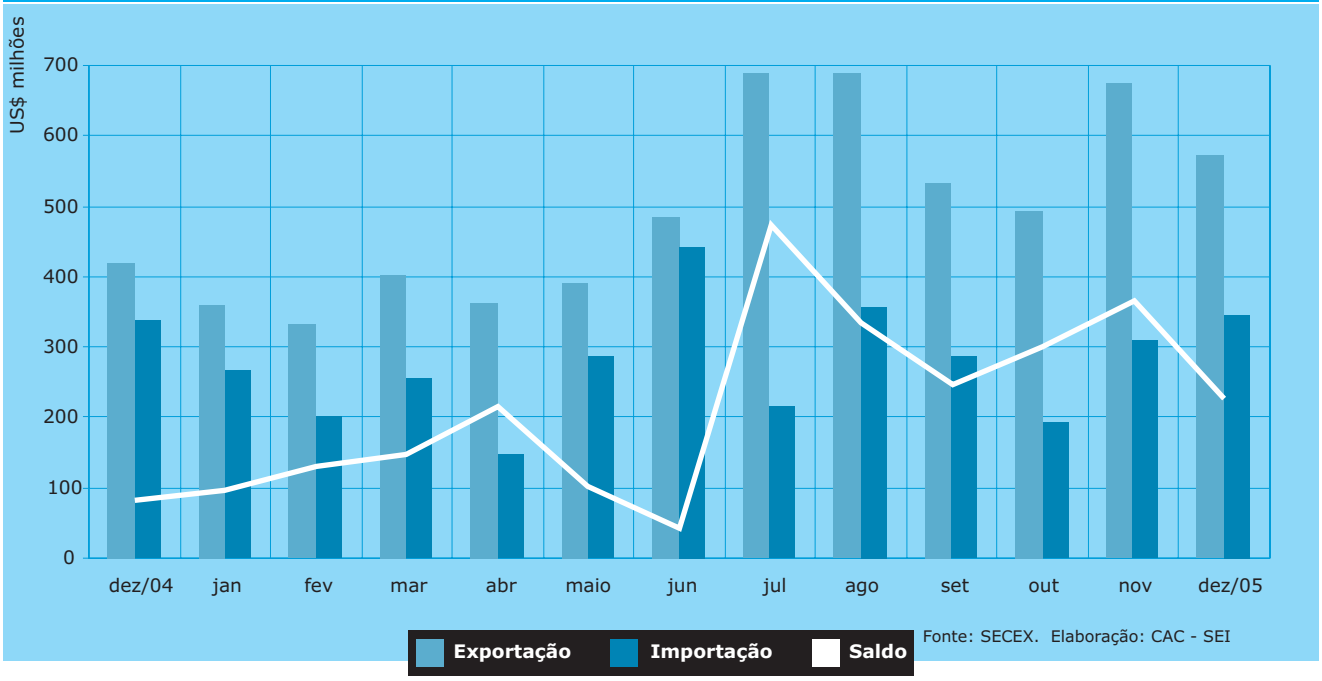
Quantidade de cheques sem fundos - Bahia



Fonte: Bacen. Elaboração: CAC - SEI

Em dezembro de 2005, foram emitidos cerca de 378.000 cheques sem fundos na Bahia. Esse resultado é 9,3% superior ao registrado no mesmo mês do ano anterior. Entretanto, na comparação entre dezembro e novembro de 2005, houve queda de 11,8% no total de cheques sem fundos. Além do aumento registrado em dezembro, a taxa acumulada nos 12 meses registrou também um crescimento de 2,15%, apresentando uma tendência de queda no volume de cheques sem fundos emitidos após dois aumentos consecutivos.

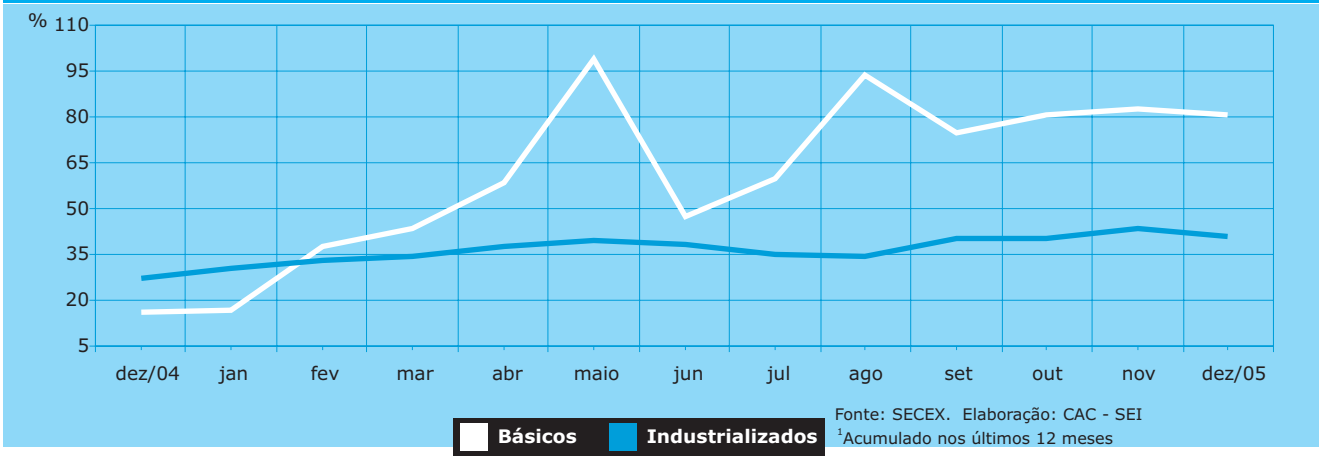
Balança comercial - Bahia



Fonte: SECEX. Elaboração: CAC - SEI

A balança comercial baiana registrou, em dezembro de 2005, um saldo superavitário de US$ 226,1 milhões. As vendas externas alcançaram US$ 572,5 milhões, o que representa um crescimento de 36,5% em relação ao mesmo mês do ano anterior. Já as importações totalizaram US$ 346,4 milhões, com crescimento de 2,5% em relação a dezembro de 2004. Esse desempenho das exportações deve-se ao forte dinamismo comercial entre os países – Estados Unidos, México, Argentina, Bahamas e Alemanha, entre outros.

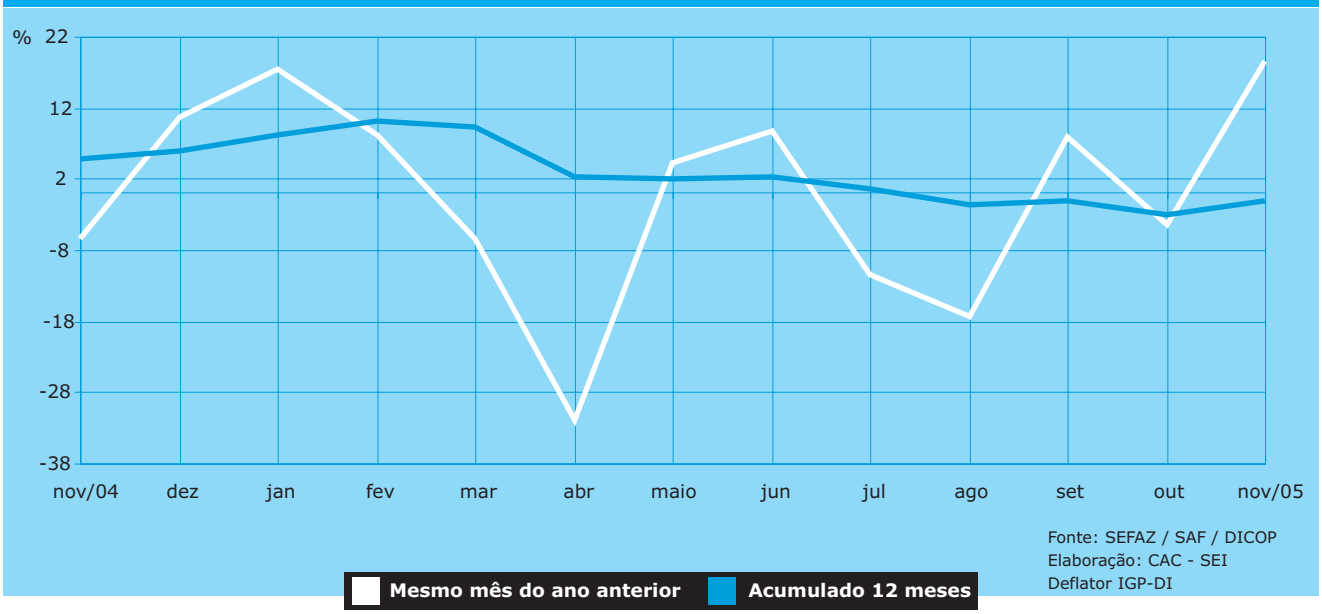
Taxa de variação das exportações baianas por fator agregado[1] - Bahia



Fonte: SECEX. Elaboração: CAC - SEI
[1]Acumulado nos últimos 12 meses

As exportações baianas por fator agregado registraram uma taxa positiva de 80,7% para a categoria de produtos básicos, nos últimos doze meses, representando, no período, uma recuperação das vendas externas de insumos básicos. Os produtos industrializados, que participam com cerca de 90% do total da pauta de exportação, registraram um crescimento de 40,7% nas vendas. Os produtos de destaque foram os automóveis, os derivados de petróleo, derivados de cobre e os químicos e petroquímicos.

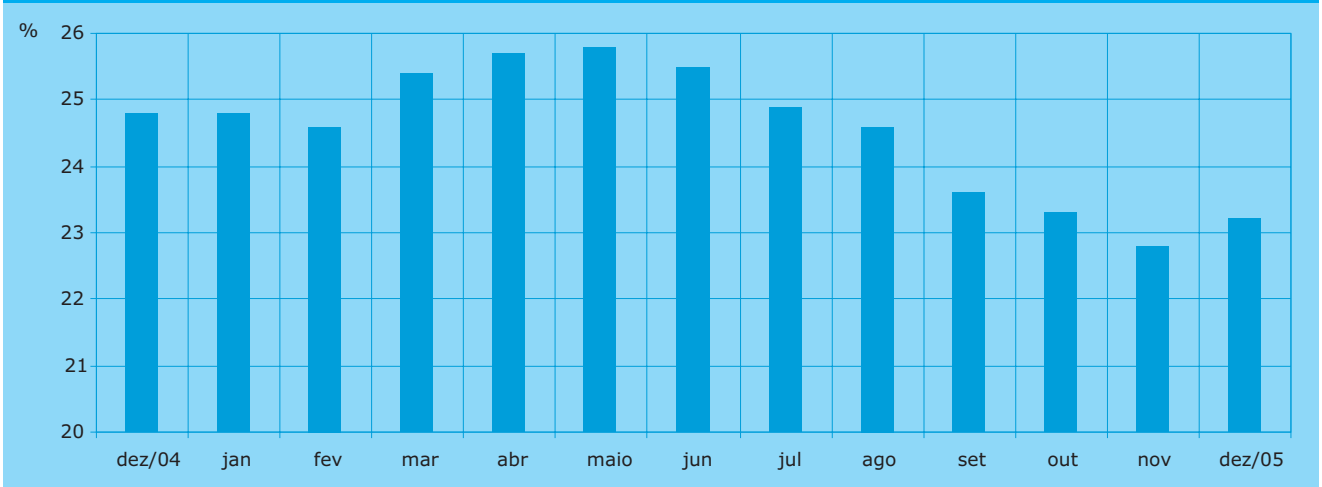
Taxa de variação real da arrecadação de ICMS a preços constantes - Bahia



Fonte: SEFAZ / SAF / DICOP
Elaboração: CAC - SEI
Deflator IGP-DI

A arrecadação de ICMS no estado da Bahia registrou, no mês de novembro de 2005, crescimento de 18,6% na comparação com o mesmo mês do ano anterior. No mês, a arrecadação foi de R$ 618.966 milhões. Com esse resultado, a arrecadação acumula queda de 1,0% nos últimos 12 meses, enquanto em outubro a taxa estava em -2,9%. No ano, a arrecadação total é de R$ 6.277.232 bilhões.

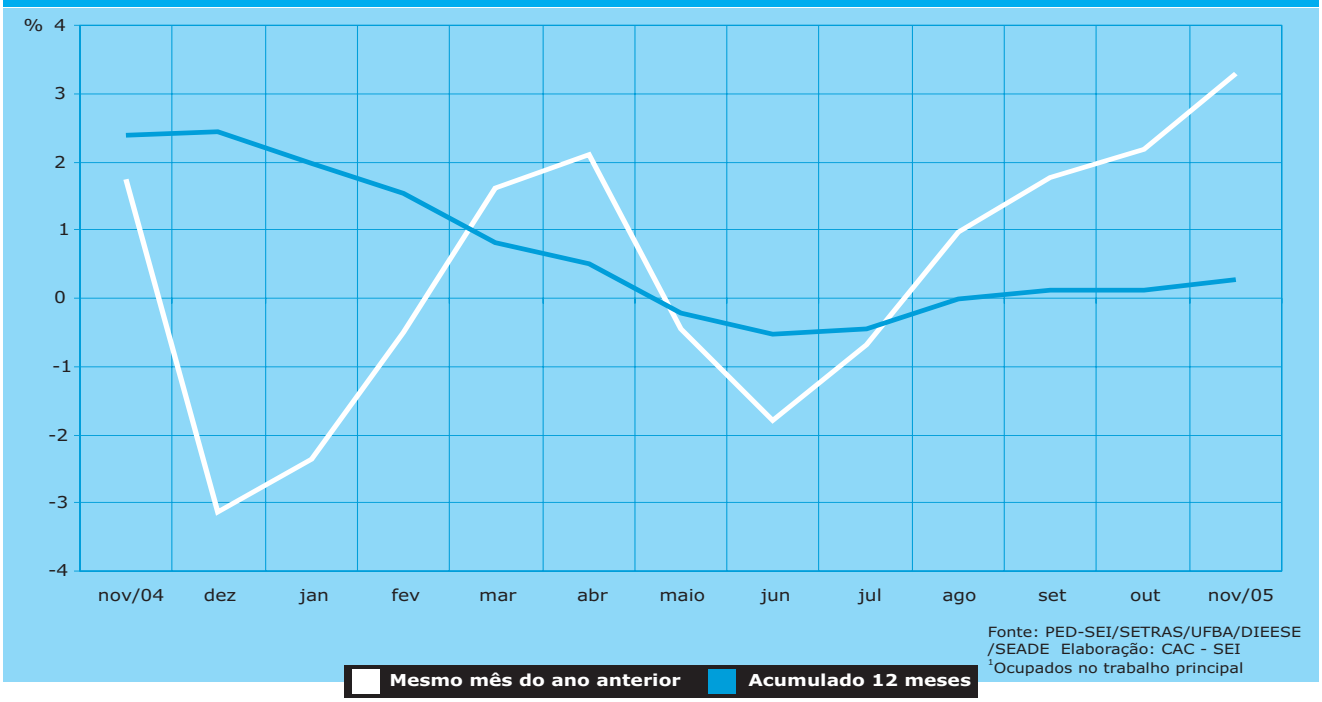
Taxa de desemprego total - RMS



Fonte: PED-SEI/SETRAS/UFBA/DIEESE/SEADE
Elaboração: CAC - SEI

A Taxa de Desemprego na RMS, medida pela Pesquisa de Emprego e Desemprego (PED), passou de 22,8% em novembro de 2005 para 23,2% da População Economicamente Ativa (PEA) em dezembro de 2005. Esse aumento decorre da maior demanda por trabalho, com o aumento da PEA em 7 mil pessoas, e da relativa estabilidade no nível ocupacional (-0,1%), com uma redução de 2 mil postos de trabalho. Nesse período, a PEA foi estimada em 1.758 mil pessoas; o contingente de desempregados, em 409 mil pessoas; e o contingente de ocupados, em 1.350 mil pessoas.

Taxa de variação do rendimento médio real[1] - RMS



Fonte: PED-SEI/SETRAS/UFBA/DIEESE /SEADE Elaboração: CAC - SEI
[1]Ocupados no trabalho principal

O rendimento médio real dos ocupados na RMS, medido pelo índice dos rendimentos da PED, apresentou incremento de 3,18% em novembro de 2005, comparando-se ao mesmo mês do ano anterior; no acumulado dos últimos doze meses, observou-se estabilidade; o rendimento real médio dos ocupados correspondeu, em novembro de 2005, a R$ 719. No mesmo mês do ano anterior, esse valor era de R$ 697. A desaceleração da inflação explica esse resultado, uma vez que, em dezembro de 2004, o IPC/SEI alcançou variação de 7,46%, enquanto no mesmo mês de 2005 ficou em 6,25%.

Indústria: desaceleração no ritmo de atividade ao longo de 2005 e as perspectivas para o ano de 2006

Paulo Henrique Carvalho e Silva*

O crescimento das principais economias e blocos econômicos parceiros comerciais do Brasil foi significativo em 2005. As economias norte-americana e chinesa continuaram em expansão, fechando o ano de 2005 com um crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) em torno de 3,6% e 9,9%, respectivamente. Ainda que apresentassem taxas menores de crescimento – 1,4% e 2,4% – a Zona do Euro e o Japão continuaram a se expandir, superando o choque adverso no preço do petróleo, ocorrido em 2005, com relativa estabilidade de preços e sem comprometer o nível de atividade.

Este ambiente externo especialmente favorável, no que tange à disponibilidade de liquidez, ao baixo nível de taxas de juros de longo prazo e ao firme mercado de *commodities*, não se traduziu em forte impulso ao crescimento da economia brasileira, vítima, em 2005, de uma combinação de juros altos, política monetária restritiva, forte valorização cambial e alta carga tributária sobre os investimentos, que terminou por afetar a taxa de formação bruta de capital fixo e gerar uma modesta taxa de crescimento do PIB (2,3%).

Diante do forte avanço chinês e das economias emergentes em geral, particularmente o grupo das sete maiores economias da América Latina, "o Brasil cresceu tão pouco em 2005, que visto de longe e confrontado com o crescimento mundial é como se estivesse parado" (CIDADE BIZ, 2006). Essa situação encontra-se descrita na tabela a seguir:

Tabela 1
Crescimento do PIB das sete maiores economias latino-americanas: 2005 -2006 (%)

Países	2005[a]	2006[b]
Argentina	9,1[c]	6,2
Brasil	2,3	3,5
Chile	6,0	6,0
Colômbia	4,3	4,5
México	3,0	Entre 3,2 e 3,7
Peru	6,0	5,9
Venezuela	9,5	5,0

Fonte: CEPAL, Reuters e Dow Jones Newswire
a. Estimativa. b. Previsão. c. Dado consolidado

Este crescimento inexpressivo do Brasil em 2005, como sinalizado em trabalho recente produzido pelo Núcleo de Estudos Conjunturais (NEC), pode ser atribuído especialmente às metas apertadas, fixadas pelas Autoridades Monetárias brasileiras para o crescimento e a inflação – 3,5% e 5,1%, respectivamente (LEPIKSON; CARVALHO, 2006). Destarte, conforme destaca Marcelo Miterhof, economista do BNDES:

> [Nota do redator: principal vilão continua sendo a taxa de juros; e a principal tábua de salvação a China] Não há como fugir desta análise: a política de

*Aluno da Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade Federal da Bahia e bolsista do Núcleo de Estudos Conjunturais (NEC): paulo_eco_ufba@yahoo.com.br
O autor agradece a colaboração e revisão realizada por Rodnei Fagundes Dias, aluno do Curso de Mestrado em Economia da Universidade Federal da Bahia e bolsista do Núcleo de Estudos Conjunturais.

> juros emperra o crescimento de tal modo que só há crescimento por causa do novo mercado chinês... Os chineses estão fazendo a toque de caixa o século XX de mais de 1 bilhão de pessoas. Com isso, criaram um mercado excepcional para os principais produtos da América Latina (UCHOA, 2006).

Todavia, alguns segmentos econômicos crêem que o Brasil não está preparado para crescer a taxas tão expressivas quanto outros países. Em entrevista recente, o economista e ex-diretor do Banco Central, José Júlio Senna, afirma, em linhas gerais, que o Brasil não se encontra devidamente preparado para crescer de forma acelerada e sustentável, ressaltando que os fatores que levaram o país, nos últimos 26 anos, a crescer num ritmo bem inferior à média mundial não foram eliminados. Por essa razão, a economia brasileira está fadada a expandir apenas o que o potencial permite: algo entre 3% e 3,5% ao ano (ROMERO, 2006).

É fato que tal discussão está longe de terminar. Os números recentes e o desempenho de outras importantes economias mundiais sugerem que existe, no mínimo, um erro de dosagem na condução da política econômica brasileira ou ocorre um equívoco acadêmico dos diretores do Banco Central e do Ministério da Fazenda, como disse Joelmir Beting, no programa *Canal Livre* de 10/02/2006. Nesta linha, analisando os dados estatísticos dos últimos 10 anos, o Grupo de Conjuntura da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) identificou:

> Em períodos de queda da taxa SELIC, a economia sempre cresceu a taxas significativas [...] Assim o baixo crescimento médio do PIB e da indústria de 1995 para cá deveu-se exclusivamente ao mau desempenho da economia nos períodos de elevação da taxa SELIC... Portanto, atribuir o crescimento modesto do PIB nos últimos anos ao baixo crescimento do produto potencial parece inteiramente inadequado (PRATES, 2006).

Assim, em que pese o país ter encerrado o ano de 2005 com um expressivo saldo nas transações correntes e um endividamento externo menor e relativamente baixo, alguns problemas se transferiram para 2006, tais como: nível de taxa de juros real muito elevado e suas inter-relações com o baixo crescimento econômico, alto desemprego, salário real com tendência de queda e real apreciado, com a taxa de câmbio ainda 8% abaixo da média do ano

Alguns segmentos econômicos crêem que o Brasil não está preparado para crescer a taxas tão expressivas quanto outros países

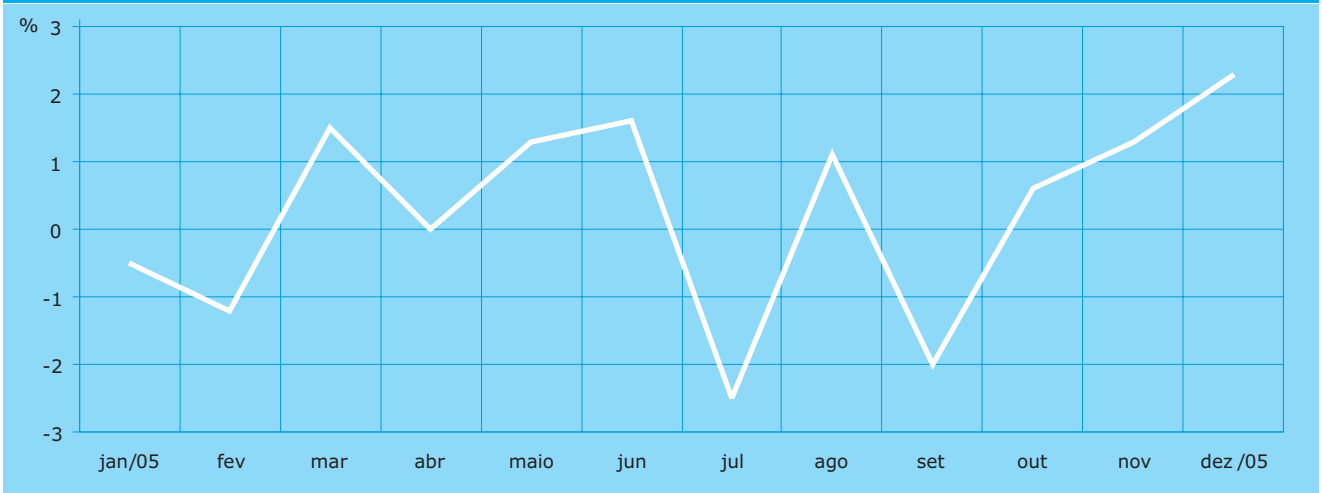
2000, anterior, portanto, ao patamar atingido após as desvalorizações cambiais de 2001 e 2002 (PANORAMA, 2006).

Em decorrência da política de redução da taxa de juros implementada pelo Sistema Especial de Liquidação e Custódia (SELIC), a partir de setembro de 2005, começa a influenciar as decisões dos empresários certo otimismo de que esta estratégia, se mantida, permitirá chegar a dezembro/2006 com uma taxa básica entre 10% e 12%. Pesquisa recente da Fundação Getúlio Vargas (FGV) junto a 459 empresas que respondem por 25% das vendas da indústria sinalizou uma previsão de ampliação da capacidade produtiva de 8% em relação a 2005, indicando um aumento do investimento direto em 2006 (DURÃO, 2006). Donde se prevê um melhor desempenho "do PIB ao longo deste ano, (porém) o crescimento em 2006 não deverá ser elevado, já que será afetado negativamente pelo baixo *carry-over* de 2005 para 2006" (PRATES, 2006).

Produção industrial em 2005 e os reflexos da política macroeconômica vigente

A produção industrial física brasileira apresentou, na série livre de influências sazonais, crescimento de 2,3% em dezembro, contra 0,6% em outubro e 1,3% em novembro, conforme dados revistos pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Para este, foi o melhor desempenho obtido pela indústria geral nesse indicador desde setembro de 2003 (4,1%). O resultado da atividade industrial em dezembro contribuiu consideravelmente para um aumento no crescimento de 3,1% no ano (IBGE – PMI, 2005).

Gráfico 1 – Produção física industrial geral mensal com ajuste sazonal, Brasil: Janeiro/05 - Dezembro/05



Fonte: IBGE

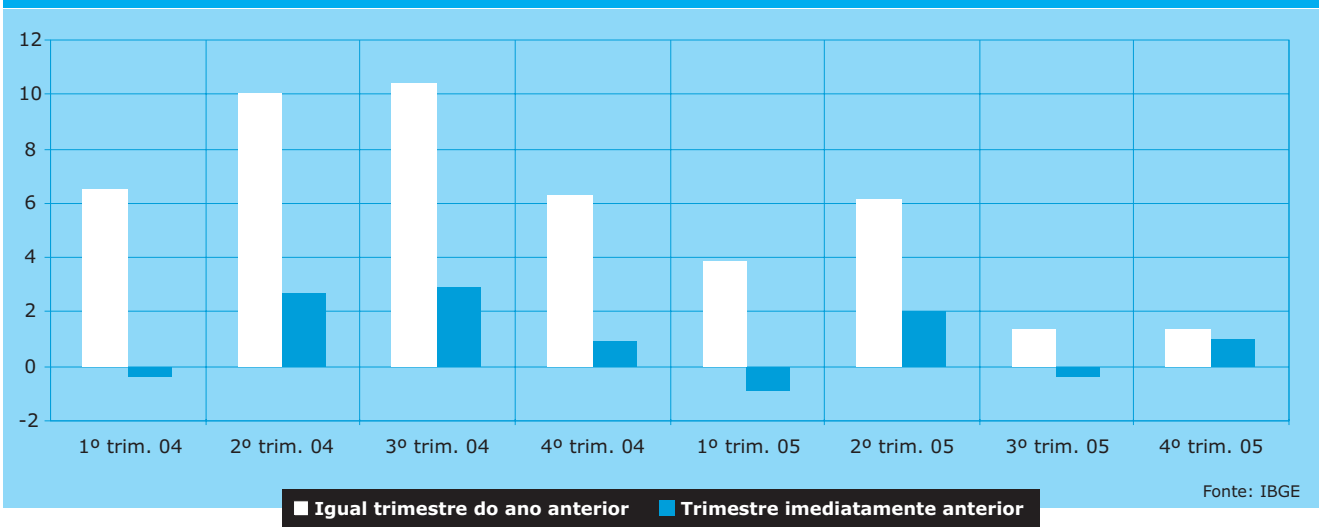
Os demais indicadores também experimentaram variação positiva: 3,2% na série mensal e 3,1% no acumulado no ano. Em comparação com dezembro de 2004, quando cresceu 8,3%, tanto na série mensal como no acumulado do ano, a indústria brasileira teve um desempenho apenas modesto em 2005.

Embora o resultado da indústria referente ao mês de dezembro tenha superado as expectativas dos analistas do mercado financeiro e das consultorias privadas, bem como as previsões do Instituto de Estudos para o Desenvolvimento Industrial (IEDI), não há evidências que sustentem a interpretação de que esteja em curso uma forte recuperação do setor. Como o próprio IBGE ressalta, o indicador de crescimento trimestral confirma a desaceleração no ritmo de atividade ao longo de 2005.

Após as expansões de 3,9% e 6,1%, nos dois primeiros trimestres do ano, a produção industrial global retrocedeu para 1,4% no período julho-setembro, mantendo o mesmo resultado no último trimestre de 2005. O mês de dezembro, com um crescimento de 2,3%, foi o principal responsável pela sustentação do crescimento observado no trimestre recente, evitando um resultado ainda pior. No 4º. trimestre, a taxa de crescimento foi de 1%, recuperando em parte a taxa negativa de 0,4% registrada no trimestre imediatamente anterior (IBGE – PMI, 2005).

Em 2006, o IEDI projeta aumento de 3,5% para o setor industrial. Ou seja, mantém-se perspectiva de um padrão de crescimento para a indústria semelhante ao do ano passado. Uma maior expansão da produção industrial vai depender da aceleração do corte

Gráfico 2 – Indicador da produção industrial, Brasil: 1º Trim.2004 - 4º Trim.2005



Fonte: IBGE

Tabela 2
Indicadores da produção industrial por categoria de uso*, Brasil: 1º Tri/2004 - 4º Tri/2005

Categorias de Uso	2004				2005			
	1º Trim.	2º Trim.	3º Trim.	4º Trim.	1º Trim.	2º Trim.	3º Trim.	4º Trim.
Bens de Capital	-0,8	6	1,3	0,4	-1,7	3,3	1,1	2,2
Bens Intermediário	1,6	2,6	2,9	-0,4	-1,8	2,2	-0,7	0,3
Bens Duráveis	1,0	6,0	5,6	1,4	2,1	8,9	-3,9	0,1
Bens Semi e Não Duráveis	-0,2	1,2	1,1	2,0	2,9	-0,4	-0,3	0,8

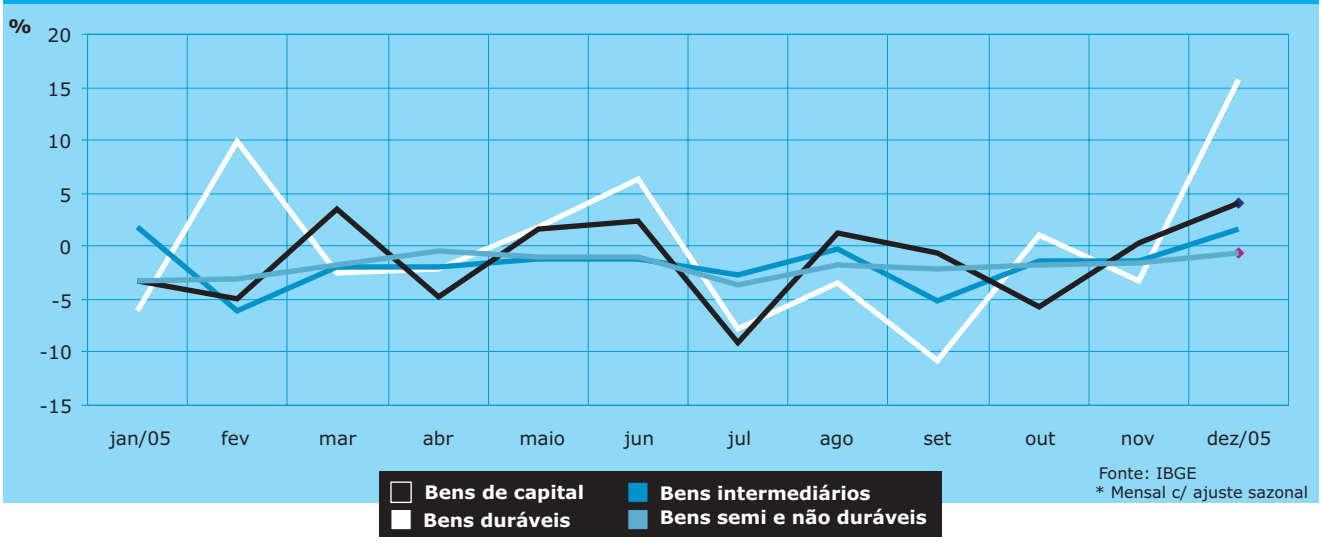
Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisa, Coordenação de Indústria
*Base: Trimestre imediatamente igual a trimestre, c/ ajuste sazonal.

da taxa básica de juros, acompanhada por uma intervenção mais eficaz no câmbio, e da realização dos investimentos previstos em infra-estrutura (A INDÚSTRIA, 2006).

O aumento no nível de produção verificado na passagem de novembro para dezembro (2,3%) teve perfil generalizado, alcançando 21 dos 23 ramos que têm séries ajustadas sazonalmente em todas as categorias de uso. A expansão na produção foi particularmente intensa na área de bens de consumo duráveis, que registrou avanço de 17,6% em relação ao mês anterior, marca bem acima das observadas em bens de capital (5,8%) e em bens de consumo semiduráveis e não duráveis (3,5%). O setor de bens de capital – que tem crescido há dois meses consecutivos – acumula expansão de 11,6%. O segmento de bens de consumo semiduráveis e não duráveis vem crescendo há três meses, totalizando uma taxa de 6,3%. Nesse mesmo período, o total da indústria assinala expansão de 4%. A categoria de bens intermediários (1,2%) foi a única com taxa abaixo da média global da indústria na passagem de novembro para dezembro. No corte por ramos industriais, os destaques foram material eletrônico e equipamentos de comunicação (13,8%), veículos automotores (4,7%) e farmacêutica (8,6%).

A evolução da atividade industrial ao longo de 2005 revela que, após a redução de 0,4%, o setor mostra acréscimo de 1% no último trimestre do ano influenciado, sobretudo, pelo comportamento de bens de consumo semiduráveis e não duráveis (taxas de 0,3% e 0,8%, respectivamente), e de bens de capital (1,1% no 3º trimestre e 2,2% no 4º). Nestes mesmos períodos, os índices para bens de consumo duráveis e bens intermediários também mostraram resultados mais favoráveis: a produção de bens duráveis de consumo sai de uma queda de 3,9% para uma leve alta de 0,1%, ao passo que a produção de bens intermediários apresentou os resultados de, respectivamente, -0,7% e 0,3% (IBGE – PMI, 2005).

Gráfico 3 – Produção industrial por categoria de uso*, Brasil: Janeiro/2005 - Dezembro/2005



Fonte: IBGE
* Mensal c/ ajuste sazonal

No mês de dezembro de 2005, na comparação com o mesmo mês de 2004, a produção industrial cresceu em oito dos 14 locais pesquisados. Acima do índice nacional (3,2%), situaram-se: Bahia (10,0%), Pernambuco (8,8%), Minas Gerais (5,7%), Pará (4,0%), São Paulo (3,8%) e Rio de Janeiro (3,5%). Goiás (3,1%) também assinalou resultado positivo, porém ligeiramente abaixo da média da indústria brasileira. As demais regiões registraram taxas negativas: Rio Grande do Sul (-0,3%), Paraná (-1,6%), Espírito Santo (-3,0%), Santa Catarina (-3,7%), Amazonas (-4,4%) e Ceará (-6,6%) (IBGE – PMI, 2005).

A produção industrial encerrou o ano de 2005 com crescimento em 12 das 14 áreas investigadas. A taxa mais elevada ficou com o Amazonas (12,1%). Em seguida, figuraram Minas Gerais (6,3%), Bahia (4,1%), São Paulo e Pará (ambos com 3,8%) e Goiás (3,2%) que completam o conjunto de locais que cresceram acima da média nacional (3,1%). Já Pernambuco (3,0%), Rio de Janeiro (2,0%), Espírito Santo (1,4%), Paraná (0,8%) e Santa Catarina (0,1%) apresentaram taxas positivas, porém abaixo da média do país, enquanto Ceará (-1,6%) e Rio Grande do Sul (-3,5%) tiveram resultados negativos (IBGE, 2005).

Tabela 3
Indicadores da produção indústria geral, Brasil e Estados: Semestral - Anual/2005

Locais	2005		
	Jan-Jun	Jul-Dez	Jan-Dez
Amazonas	20,2	5,1	12,1
Pará	5,2	2,6	3,8
Ceará	6,1	-7,6	-1,6
Pernambuco	1,9	3,9	3
Bahia	2,3	5,8	4,1
Minas Gerais	7,8	5	6,3
Espirito Santo	3,2	-0,3	1,4
Rio de Janeiro	1,3	2,7	2
São Paulo	6,3	1,6	3,8
Paraná	8	-5,3	0,8
Santa Catarina	6,5	-5,5	0,1
Rio Grande do Sul	-3,2	-3,9	-3,5
Goiás	6,9	0,1	3,2
Brasil	5	1,4	3,1

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisa, Coordenação de Indústria.

Na passagem do 1º. para o 2º. semestre do ano passado, acompanhando o movimento observado na indústria nacional, verificou-se desaceleração no ritmo de crescimento em 11 locais. Os movimentos mais acentuados de redução ocorreram no Amazonas – que passou de 20,2%, no período de janeiro a junho, para 5,1%, no segundo semestre –, no Ceará (de 6,1% para -7,6%), Paraná (de 8% para -5,3%) e em Santa Catarina (de 6,5% para -5,5%). No mês de dezembro, devido principalmente ao fim do ajuste de estoque que vinha sendo realizado pela indústria no segundo semestre, a produção se recuperou e cresceu em 8 dos 14 locais pesquisados pelo IBGE. A maior expansão no mês foi na Bahia (10%) (BRAFMAN, 2006).

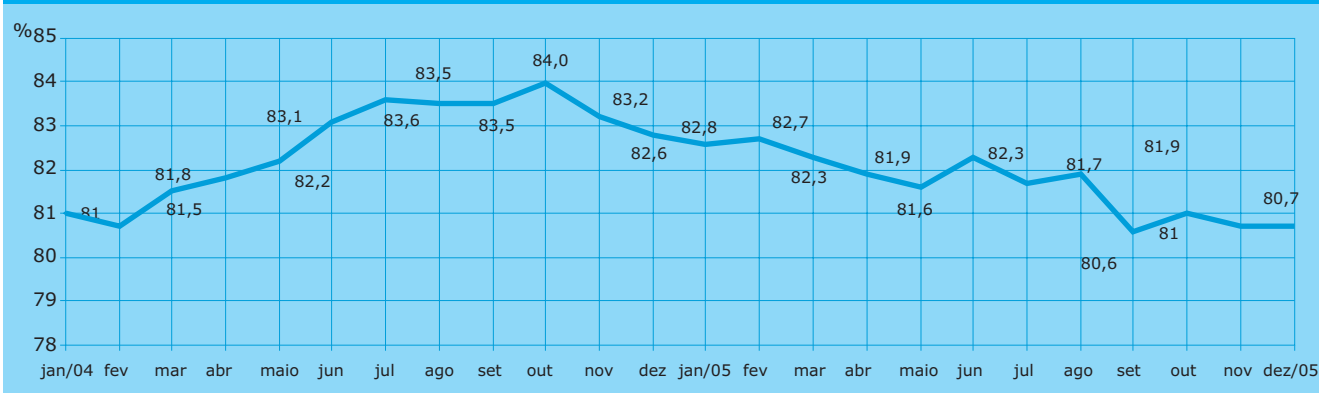
De acordo com a Confederação Nacional da Indústria (CNI), em dezembro, descontados os efeitos sazonais, o nível de utilização da capacidade instalada pela indústria de transformação ficou em 80,7%, patamar idêntico ao observado no mês anterior. Em comparação com dezembro de 2004, houve recuo de 2,1 pontos percentuais.

Em termos das categorias de uso, observa-se que, à exceção de material de construção, todas sofreram retração na utilização de capacidade nos últimos meses do ano. Mesmo no setor de bens de consumo, líder da expansão industrial no último trimestre de 2005, a utilização média de capacidade caiu para 81,4%.

Ainda quanto às categorias de uso, a indústria de bens de consumo foi a única cujo nível de uso da capacidade instalada cresceu de 75,6% para 81,4%. No que se refere aos gêneros industriais, apenas as indústrias de borracha e metalurgia se encontram operando com capacidade próxima do limite: 96,6% e 92,3%. Em todos os demais, há folga para sustentar um aumento na produção.

O desaquecimento da atividade econômica em 2005 e o baixo otimismo em relação ao crescimento da demanda afetaram negativamente os planos de investimento da indústria brasileira. Apenas 30% das empresas realizaram os investimentos previstos para o 1º semestre de 2005 conforme planejado, e as perspectivas para 2006 são muito modestas. Outro fator que afetou negativamente o investimento foi a apreciação da moeda. Apesar das perspectivas favoráveis quanto à evolução do comércio mundial, as empresas reduziram os investimentos voltados para exportação. Não obstante, a Sondagem Especial

Gráfico 4 - Utilização da capacidade instalada na indústria, Brasil: Janeiro/2004 - Dezembro/2005



Fonte: IPEADATA

– Investimento na Indústria Brasileira, realizada pela CNI, traz uma boa notícia: a capacidade produtiva da indústria não é restrição ao crescimento no curto prazo. A ociosidade esperada, no entanto, reflete mais a perda de intensidade do crescimento econômico que a expansão dos investimentos em 2005 (SONDAGEM ESPECIAL DA CONFEDERAÇÃO NACIONAL DA INDÚSTRIA, 2005).

O primeiro semestre de 2005 caracterizou-se pela frustração com os investimentos planejados. Apenas 30% das empresas que tinham projetos de investimento realizaram os investimentos tal como planejado. Ressalte-se também que quase 20% das empresas adiaram os investimentos para o segundo semestre ou para 2006, e 16,9% adiaram por tempo indeterminado (SONDAGEM ESPECIAL DA CONFEDERAÇÃO NACIONAL DA INDÚSTRIA, 2005).

Em síntese, o nível de atividade industrial no quarto trimestre de 2005 foi particularmente impactado pelo comportamento de dezembro, quando o patamar de produção da indústria avançou 2,3%. A dimensão desse crescimento em dezembro foi localizada principalmente nos segmentos de bens de consumo, tanto duráveis (17,6%) quanto semiduráveis e não duráveis (3,5%), o que sugeriria que os efeitos negativos sobre o ritmo de produção, decorrentes de uma fase de ajuste de estoques, poderiam estar se esgotando.

O desaquecimento da atividade econômica em 2005 e o baixo otimismo em relação ao crescimento da demanda afetaram negativamente os planos de investimento da indústria brasileira

Referências

BARROSO, Rafael. Investimento. *Economia & Conjuntura*. v. 6, n. 71. Jan. 2006. Disponível em: <http://www.ufrj.br>. Acesso em: 10 jan. 2006.

BRAFMAN, Luciana. Indústria tem expansão em 12 regiões do país: em 2005, produção caiu só no Ceará e no Rio Grande do Sul, devido aos setores agroindustrial e calçado e couro. *Folha de São Paulo*, São Paulo, 11 fev. 2006. Dinheiro Caderno B, p. 6.

CIDADE Biz. Disponível em: <http://cidadebiz.oi.com.br/noticias/noticia.php?artigo_id=34232>. Acesso em: 25 jan. 2006.

DURÃO, Vera Saavedra. Empresas prevêem redução de demanda no primeiro semestre. *Valor Econômico*, São Paulo, 01 fev. 2006a. Caderno A, p. 2.

_____. Indústria prevê investir mais em expansão. *Valor Econômico*, São Paulo, 14 fev. 2006b. Caderno A, p. 4.

DURÃO, Vera Saavedra; GÓES, Francisco; VIERA, Catherine. Ritmo de expansão do investimento privado deve diminuir este ano: em vez de abrir novas plantas, empresas se limitam a modernizar e fazer manutenção de unidades. *Valor Econômico*, São Paulo, 06 fev. 2006, Caderno A, p. 3.

IBGE. *Pesquisa Mensal da Indústria*. Disponível em: <www.ibge.gov.br/indicadores.>. Acesso em: 16 fev. 2006.

A INDÚSTRIA em 2005. *Carta Iedi*, n. 190. Disponível em: <http://www.iedi.org.br>. Acesso em: 01 jan. 2006.

A INDÚSTRIA respira, mas o quadro ainda é de desaceleração. *Carta Iedi*, n. 194. Disponível em: < http://www.iedi.org.br> Acesso em: 10 fev. 2006.

LAMUCCI, Sergio. Indústria mostra crescimento mais forte: analistas aumentaram previsão para expansão do PIB de 2005 e melhoram perspectivas para 2006. *Valor Econômico*, São Paulo, 08 fev. 2006, Caderno A, p. 3.

LANDIM, Rafael. Indústria brasileira já exporta um quarto da produção, revela BNDES. *Valor Econômico*, São Paulo, 27 dez. 2005, Caderno A, p. 2.

LEPIKSON, João A. P.; CARVALHO, Everton F. *Política Monetária e Fiscal*: balanço de 2005 e as perspectivas para 2006. NEC-UFBA, 2006. ed.mimeografada.

PANORAMA Macroeconômico. *Informações FIPE*, n. 304, jan. 2006.

PRATES, Caio. Panorama Macroeconômico. *Economia & Conjuntura*, n. 71, jan. 2006.

_____. Panorama Macroeconômico. *Economia & Conjuntura*, v. 6, n. 71, Jan. 2006. Disponível em: <http://www.ufrj.br>. Acesso em: 08 jan. 2006.

RIBEIRO, Alex. Governo federal garante excesso de superávit: em 12 meses, economia atinge 4,92% do PIB e fica 0,67 pontos acima da meta fixada para o ano. *Valor Econômico*, São Paulo, 26 dez. 2005, Caderno A, p. 3.

ROMERO, Cristiano. O Brasil só tem potencial para crescer de 3% a 3,5%; Entrevista de José Júlio Senna concedida ao *Valor Econômico* em 17 jan. 2006. Disponível em: <http://www.valoronline.com.br/veconomico/show=index&mat=3489351&edicao=1268&caderno=195&news=1&cod=d4280e9b&s=1>. Acesso em 16 fev. 2006.

SALGADO, Raquel. Indústria vê demanda fraca e planeja demissões. *Valor Econômico*, São Paulo, 13/15 jan. 2006, Caderno A, p. 3.

SONDAGEM ESPECIAL DA CONFEDERAÇÃO NACIONAL DA INDÚSTRIA, v. 03, n. 03, nov. 2005. Disponível em: <http://www.cni.org.br/produtos/econ/src/sondagem_especial_investimento_industria_nov05.pdf>. Acesso em: 07 jan. 2006.

UCHOA, Rodrigo. América Latina deve manter forte expansão; Brasil e México destoam. *Valor Econômico*, São Paulo, 10/12 fev. 2006, Caderno A, p. 11.

Comércio Varejista: expansão pelo segundo ano consecutivo, mas com menor fôlego em 2005

Bruno Rodrigues Pinheiro*

A política econômica do governo Lula, ao mesmo tempo em que faz um aperto monetário e fiscal, pratica a expansão do crédito. Recentemente, ocorreu uma queda na taxa de juros do Sistema Especial de Liquidação e de Custódia (SELIC) para 17,25% ao ano. Tal medida foi bem vista pelos analistas de mercado, principalmente aqueles vinculados aos setores industriais e comerciais, mas com certas ressalvas.

O Banco Central preferiu o conservadorismo e, mais uma vez, não surpreendeu, ao optar por um corte de apenas 0,75 ponto percentual na taxa de juros básica da economia. Para o Presidente da Federação do Comércio de São Paulo (Fecomercio), Abram Szajman, "o COPOM fez o mínimo necessário e se a trajetória de queda da SELIC não for mantida, o país correrá o risco de registrar um crescimento raquítico em 2006, a exemplo do que aconteceu no ano passado" (FECOMERCIO, 2006a).

Szajman afirma que, nesse patamar, o SELIC exige muito da sociedade e inibe o setor produtivo. Motivos que, segundo ele, são suficientes para que o Comitê de Política Monetária (COPOM) se empenhe para encontrar uma taxa de juros que não afete a inflação e que, ao mesmo tempo, dê um certo fôlego à economia. O Presidente da Fecomercio acredita ainda que o fato de as reuniões do COPOM terem ficado mais espaçadas, não quer dizer que haverá menos tensão. Afirma que, como se trata de ano eleitoral, a política deverá ser uma variável que pode elevar a pressão sobre o Banco Central (FECOMERCIO, 2006a).

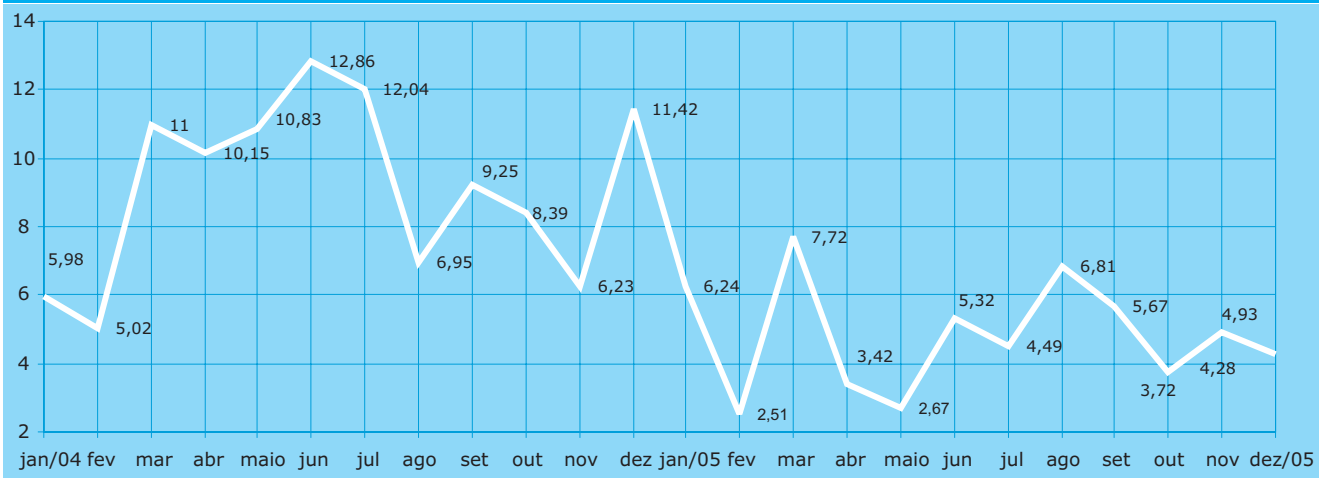
Crédito continuou "alimentando" a expansão do comércio em 2005

Neste cenário, de corte tímido dos juros, as vendas do comércio varejista apoiadas na oferta de crédito fecharam 2005 com crescimento acumulado no ano de 4,76%. O Gráfico 1, a seguir, ilustra o desempenho mensal do comercio. Esse foi o segundo ano seguido de taxas positivas, desde o início da série histórica em 2001. A expansão, porém, teve fôlego menor do que em 2004, quando as vendas haviam crescido 9,25%. O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) atribuiu a desaceleração à base de comparação elevada e a fatores que interferiram no crescimento da economia, como taxas de juros altas e a maior contenção de gastos do governo. Segundo o Chefe da Divisão Econômica da Confederação Nacional do Comércio (CNC), Carlos Thadeu de Freitas, 2004 foi um ano atípico, porque marcou a retomada do comércio após um longo período de taxas negativas. Em suas próprias palavras: "as taxas de juros reais aumentaram em 2005, o Banco Central adotou uma política monetária muito apertada e o governo gastou pouco. O ano de 2005 não poderia repetir o resultado de 2004 por conta do aperto monetário." (LAGE, 2006). Para Aprígio Rello, Diretor-executivo do Instituto para Desenvolvimento do Varejo, além dos juros, o comércio foi afetado pela piora das expectativas do consumidor, que ficou mais cauteloso em razão da crise política (LAGE, 2006).

Em 2005, o crédito e a renda ajudaram na manutenção da expansão do comércio. Segundo Reinaldo Pereira, economista do IBGE, a oferta de crédito, a valoriza-

* Aluno da Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade Federal da Bahia e bolsista do Núcleo de Estudos Conjunturais (NEC). brpinheiro@yahoo.com.br

Gráfico 1 - Desempenho do comércio varejista: Brasil, Jan/2004 - Dez/2005



Fonte: IBGE - PMC

ção do real e o aumento da renda contribuíram para a expansão das vendas. O alongamento de prazos também foi fator fundamental para sustentar as vendas de bens de consumo duráveis. Cálculo da CNC mostra que o prazo médio de pagamento aumentou 19%, de janeiro de 2004 a dezembro de 2005. "O regime de metas de inflação deu mais previsibilidade para a economia e ajudou a alongar os prazos", afirmou Carlos Thadeu de Freitas (LAGE, 2006).

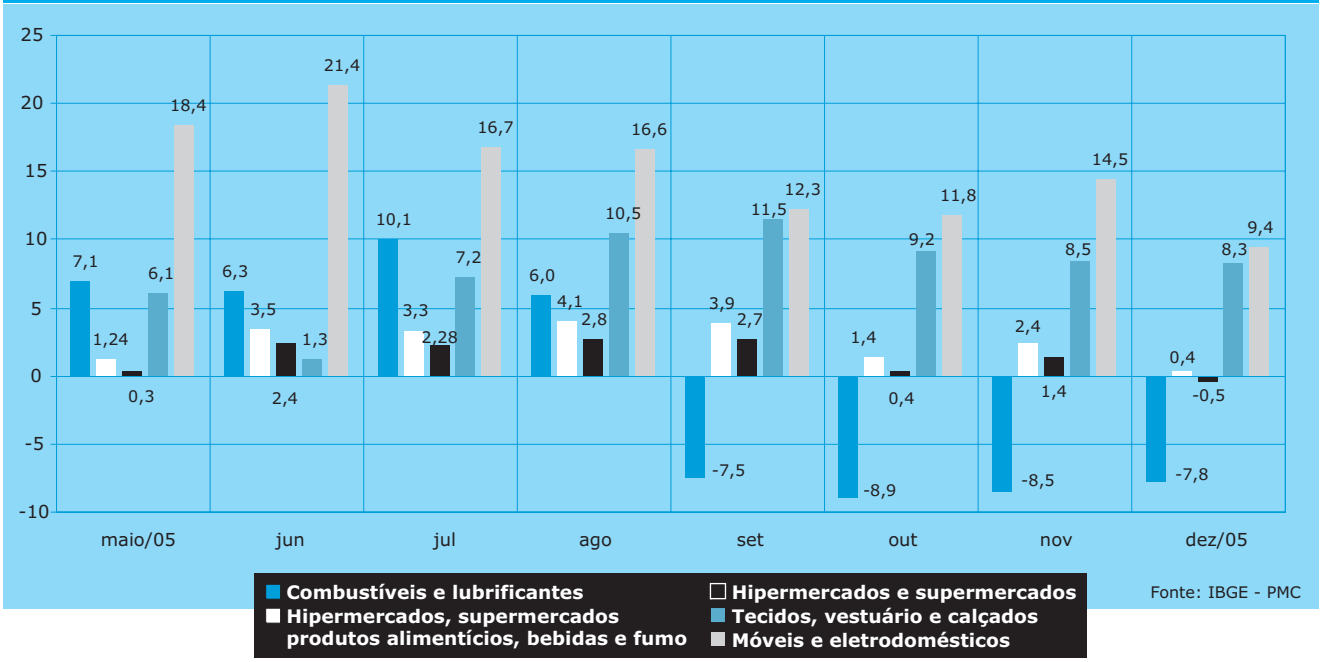
O principal impacto no crescimento das vendas deste setor foi causado pelo segmento de móveis e eletrodomésticos, caracterizando a importância do crédito. As vendas desses produtos cresceram 16,02% (em 2004 houve expansão de 26,41%). O segmento de outros artigos de uso pessoal e doméstico (lojas de departamento, brinquedos, óticas, entre outros) representou o segundo maior impacto, com alta de 14,82%. Tecidos, vestuário e calçados cresceram 5,87%. Já o setor de hipermercados, supermercados, produtos alimentícios, bebidas e fumo frustrou as expectativas e cresceu 2,93%.

Em termos percentuais, o principal destaque do ano foi o segmento de equipamento e material para escritório, informática e comunicação, com expansão de 54,01%, apoiado na oferta de crédito e no aumento das importações com o dólar mais barato

Segundo Freitas, o crescimento menos acentuado pode ser explicado pelo maior comprometimento da renda familiar com o pagamento de prestações, tarifas e novos hábitos de consumo. Para o chefe da Divisão Econômica da CNC: "Houve alta da renda, mas não o suficiente. O comércio cresceu apoiado no financiamento"(FREITAS *apud* LAGE, 2006). Em termos percentuais, o principal destaque do ano foi o segmento de equipamento e material para escritório, informática e comunicação, com expansão de 54,01%, apoiado na oferta de crédito e no aumento das importações com o dólar mais barato. Apenas os segmentos de combustíveis e lubrificantes (-7,40%) e de materiais de construção (-6,06%) tiveram taxas negativas, como pode ser visto no Gráfico 2. O primeiro foi afetado pela redução da demanda em razão do aumento de preços; o segundo, pela desaceleração da economia, que atingiu a construção civil (IBGE, 2006).

Nessa perspectiva, a estratégia a ser explorada em 2006 pelo comércio varejista segue exatamente a linha adotada em 2005, consistindo em baratear os custos do financiamento para conseguir repetir as boas vendas nos segmentos dependentes de crédito. Há pequena chance de essa receita desandar, sob o fantasma do calote e de um tropeço no processo de recuperação da renda. O maior problema do comércio em 2006, entretanto, não reside em dar fôlego maior para aqueles setores que tiveram resultados mais fracos no ano passado, como o varejo de alimentos e o comércio de combustíveis. Segundo Carlos Eduardo Assmann, sócio-diretor da Trevisan Consultores: "Eles

Gráfico 2 - Volume de vendas por ramo de atividade: Brasil, Maio/2005 Dez/2005



devem crescer a reboque, por conta da expansão já esperada de todo o comércio brasileiro em 2006" (ASSMANN *apud* MATOS, 2006).

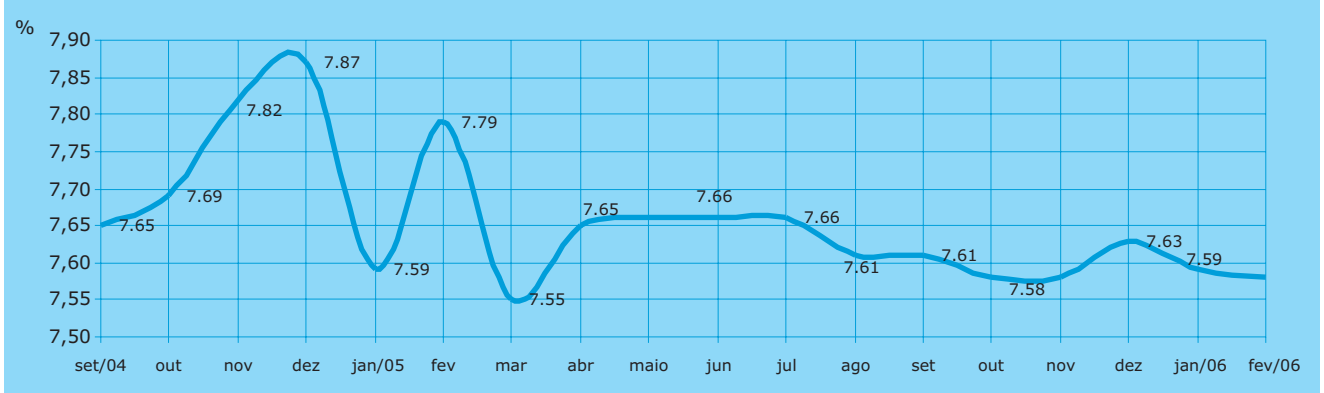
A expectativa de declínio dos juros médios reais, o maior ritmo de crescimento da massa real de salários e a melhora da confiança do consumidor devem impulsionar o consumo neste ano, avalia Assmann. Além disso, há fatores pontuais turbinando alguns segmentos. O pacote anunciado pelo governo para a construção civil – setor que teve queda nas vendas de 6% em 2005 – é exemplo disso. A RC Consultores trabalha com a previsão de alta de 6,2% no volume de mercadorias vendidas no comércio brasileiro em 2006. É expansão em cima de expansão, já que o varejo fechou 2005 com alta de quase 4,8% – indicador puxado pelos bons resultados em informática, móveis e eletroeletrônicos – como mostrou o IBGE. A Austin Rating, agência de risco de crédito, prevê elevação de 6,5% nas vendas (MATTOS, 2006).

O crédito, tido como o motor do crescimento do setor em 2005, tende a permanecer com esse mesmo papel em 2006. Dessa forma, vai ser mantida uma outra característica do Brasil: os aumentos constantes nos lucros dos bancos. Em nenhum lugar do mundo um empréstimo custa tão caro como no Brasil. Levantamento feito pelo FMI, a partir de dados de 107 países, mostra que os juros cobrados pelos bancos brasileiros são os mais altos de todo o globo. A lista foi feita com base nos juros praticados em cada país no segundo trimestre de 2005, já descontada a inflação acumulada nos 12 meses anteriores.

Por esse método, chegou-se à taxa real cobrada pelos bancos – 44,7% ao ano, no caso brasileiro. No topo da lista, o Brasil tem a companhia de vários países africanos, como Angola (onde a taxa real média é de 43,7% ao ano), Gâmbia (juros reais de 31,8% ao ano), Gabão (18,2% ao ano) e Moçambique (14,7%). Entre os dez países cujos empréstimos são mais caros, seis são africanos. Do lado oposto, dois países latino-americanos aparecem entre os países em que os juros bancários são mais baixos. Na Argentina, a taxa real chega a ser negativa, porque os encargos cobrados pelos financiamentos (6% ao ano em junho de 2005) são menores do que a inflação (alta de 8,79% acumulada entre julho de 2004 e junho de 2005). Assim como a Argentina, outros cinco países aparecem na lista com taxa real negativa. Na Venezuela, o custo médio de um empréstimo é de 0,2% ao ano, também já descontada a inflação. Pelos dados do Fundo Monetário Interna-

Levantamento feito pelo FMI, a partir de dados de 107 países, mostra que os juros cobrados pelos bancos brasileiros são os mais altos de todo o globo

Gráfico 3 – Taxa média de juros ao consumidor: Brasil, Set/2004 - Fev/2006

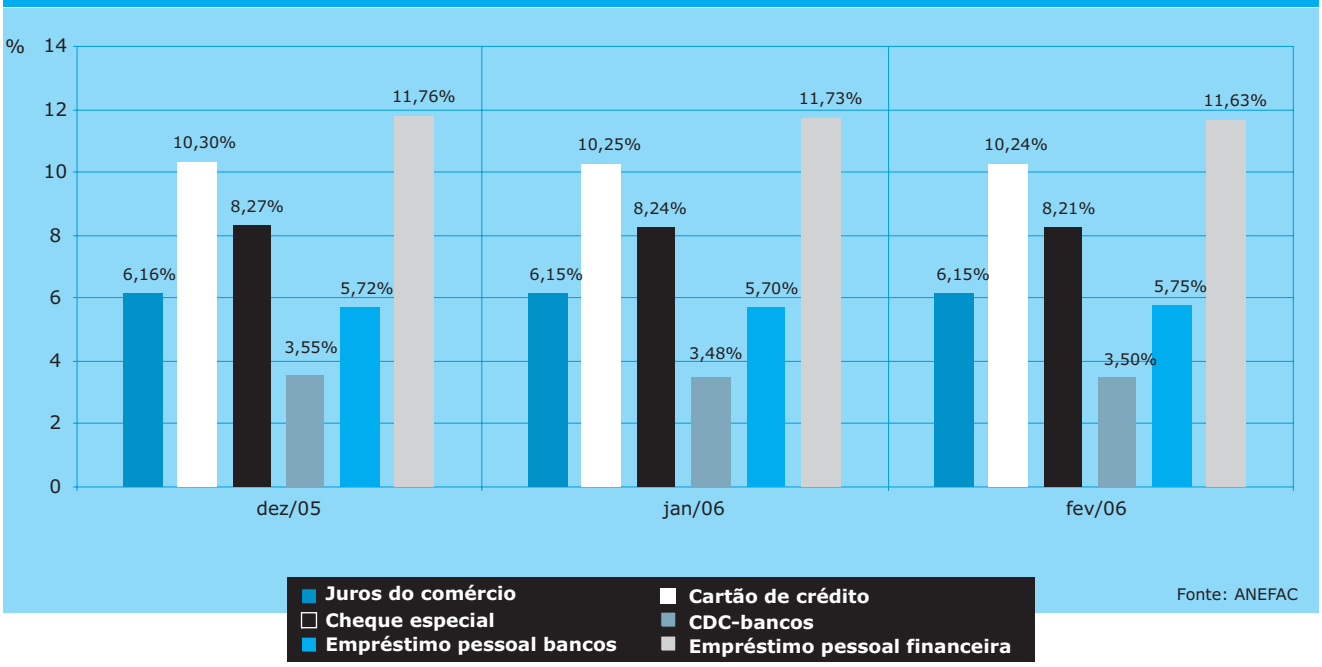


Fonte: Anefac

cional (FMI), até o Haiti possui uma taxa menor do que a brasileira: 13,1% ao ano. Se fosse feita uma média simples dos juros reais praticados pelos bancos nos 107 países da lista – sem considerar o peso que cada um tem na economia mundial – chegar-se-ia a uma taxa de 7,4% ao ano: esse seria o custo médio de um financiamento bancário no mundo. O que significaria dizer que, no Brasil, uma pessoa ou uma empresa paga quatro vezes mais do que no resto do planeta por um empréstimo. Somente em cinco países – incluindo o Brasil – os juros reais médios dos financiamentos bancários superam os 20% ao ano. No Brasil, foram considerados os empréstimos prefixados concedidos com recursos livres a pessoas físicas e jurídicas. Em alguns países, foram incluídos financiamentos comerciais, hipotecas, entre outros. As taxas recolhidas são aquelas que, para o FMI, melhor representam o custo do crédito em cada região (CRUZ, 2006).

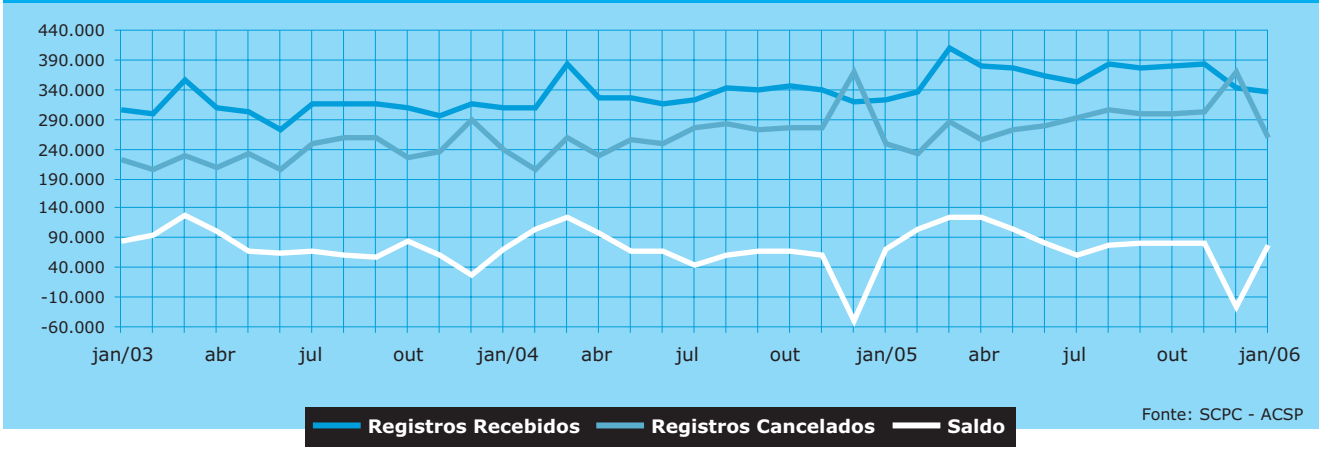
Os juros de 44,7% a.a., cobrados nos empréstimos bancários a pessoas físicas e jurídicas no Brasil, no segundo trimestre de 2005, estão bem acima da taxa básica de juros (SELIC), atualmente em 17,25% ao ano. A taxa do Banco Central também é a mais alta entre os bancos centrais do mundo. Segundo a Federação Brasileira de Bancos, os juros no Brasil são altos por causa de distorções que têm origem no governo, como a carga tributária, a dívida pública e os recolhimentos compulsórios exigidos pelo Banco Central. Já o levantamento feito pelo Instituto de Estudos para o Desenvolvimento Industrial mostra que o Brasil tem se mantido entre os líderes da lista dos juros altos desde, pelo menos, 1996.

Gráfico 4 – Taxa de juros por modalidade de crédito: Brasil, Dez/2005 - Fev/2006



Fonte: ANEFAC

Gráfico 5 – Registro de inadimplência: Brasil, Jan/2003 - Jan/2006

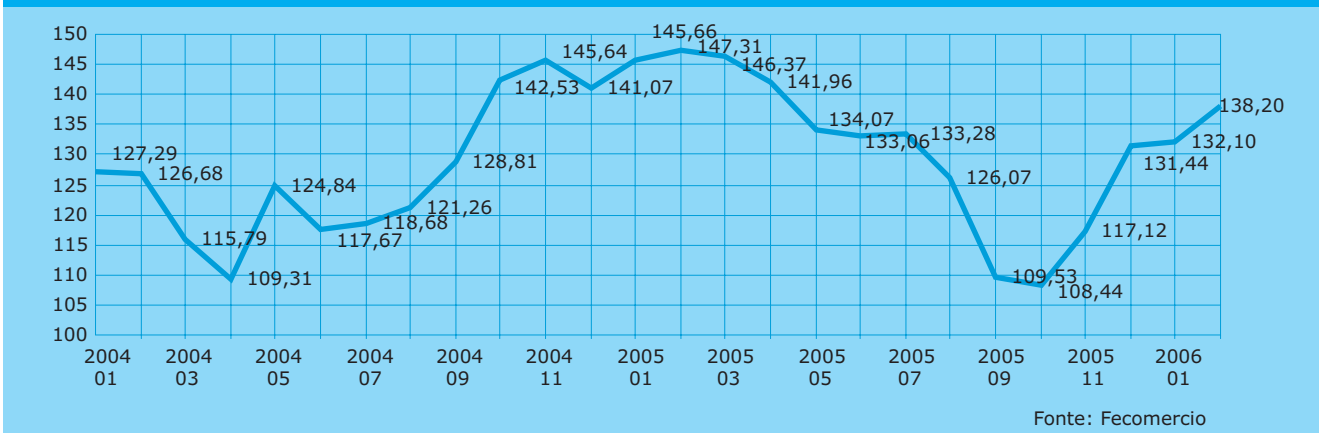


Os dados consolidados do ano de 2005, no que tange aos juros, mostram que, mesmo com a queda do SELIC, verificada na última reunião do COPOM, em algumas modalidades de crédito, houve uma elevação na taxa de juros, como, por exemplo, no Crédito Direto ao Consumidor, CDC) e no empréstimo pessoal feito nos bancos, como observa-se no Gráfico 4 (ANEFAC, 2006).

No que se refere à inadimplência, o nível de endividamento dos consumidores na região metropolitana de São Paulo apresentou ligeira alta no mês de janeiro em relação a dezembro, passando para 63% contra 61% no mês anterior, segundo levantamento realizado pela Fecomercio. O resultado, porém, é inferior ao registrado em igual período do ano anterior, quando 68% dos consumidores possuíam algum tipo de dívida voluntária (cheque especial, cartão de crédito, empréstimo pessoal ou prestações em geral). A elevação no nível de endividamento em janeiro reflete as compras realizadas no fim de ano, como pode ser observado no Gráfico 5. Observa o presidente da Fecomercio, Abram Szajman: "O Natal é a melhor data de vendas para o comércio e como as vendas estão sendo financiadas pelo crédito, é natural que as dívidas aumentem nessa época"(SZAIMAN, 2006). Essa mesma análise pode ser vista pela SERASA(2005): "a crescente oferta de crédito destinada à pessoa física cresceu 38,5% nos últimos 12 meses até novembro. Já o crédito consignado apresentou, no mesmo período, avanço de 102%, segundo dados do Banco Central e, com isso, pode ter comprometido a renda do trabalhador."

Em janeiro, o nível de comprometimento da renda com dívidas atingiu 31%, segundo a pesquisa. O resultado indica estabilidade em contraponto a dezembro. Considerando que esse indicador acompanha a evolução monetária da dívida, o resultado de janeiro mostra que os consumidores tiveram certo controle sobre as compras de dezembro, analisa a Assessoria Econômica da própria SERASA. Como previsto nos meses anteriores, o nível de inadimplência em 2006 dependerá do aumento da renda dos consumidores. Assim, caso não sejam criadas condições adequadas e sustentáveis para o aumento do emprego e da renda, a ex-

Gráfico 06 – Índice de confiança do consumidor: Brasil, Jan/2004 Fev/2006



pansão do crédito terá sua capacidade limitada a um aumento da inadimplência no longo prazo.

O Índice de Confiança do Consumidor (ICC) da Fecomercio atingiu 138,2 pontos em fevereiro. Comparado a janeiro, houve alta de 4,6%. Em relação ao mesmo mês de 2005, quando o ICC registrou 147,3 pontos, houve queda de 6,2%. O presidente da entidade, Abram Szajman, afirma: "A expansão do ICC da Fecomercio, neste mês, aponta para um otimismo maior em relação ao futuro. Isso porque, tradicionalmente, um ano eleitoral acena com uma economia estável e com expectativas de crescimento para 2006" (FECOMERCIO, 2006b).

Diante desse quadro, o Comércio Varejista deve apresentar, em 2006, um crescimento acima do verificado em 2005. Isso se deve ao fato da política monetária estar sendo mais expansiva, principalmente por se tratar de ano eleitoral, e da constante queda da taxa SELIC, o que pode aumentar a possibilidade do aumento da oferta de crédito com juros mais baixos. Por outro lado, a crescente inadimplência das famílias, fruto desses mesmos créditos, pode emperrar um crescimento mais vigoroso do setor no ano.

Referências

ANEFAC. *Estudos sobre juros*. Disponível em: <www.anefac.com.br.>. Acesso em: 14 jan. 2006.

CRUZ, Ney Hayashi da. RECEITA ORTODOXA - Levantamento com 107 países mostra que, além de ter maior taxa básica, Brasil lidera também na taxa ao consumidor. *Folha de São Paulo*, 16 jan. 2006.

FECOMERCIO. *Noticias on-line*. Disponível em: <www.fecomercio.com.br.>. Acesso em: 15 jan. 2006a.

FECOMERCIO. Confiança do consumidor avança para 138,2 pontos em fevereiro, apura ICC da Fecomercio. *Release*. Disponível em www.fecomercio.com.br/release/2006/1459812 . Acesso em: 17 fev. 2006b.

IBGE. *Pesquisa Mensal do Comercio*. Disponível em: <www.ibge.gov.br/indicadores.>. Acesso em: 14 jan. 2006.

LAGE, Janaina. Varejo - Crédito e renda elevam as vendas do varejo em 2005. *Folha de São Paulo*, São Paulo, 15 de fevereiro de 2006. Disponível em http://www1.folha.uol.com.br/fsp/dinheiro/fi1502200614.htm Acesso em: 17 fev. 2006.

MATTOS, Adriana. Para vender, lojas cortam juros. *Folha de São Paulo*, 15 jan. 2006. Disponível em http://www1.folha.uol.com.br/fsp/dinheiro/fi1502200615.htm . Acesso em: 17 fev. 2006.

SERASA. Novembro registra nova alta na inadimplência de consumidores, revela estudo da Serasa. Disponível em: <http://www.serasa.com.br/empresa/noticias/2005/noticia0257.htm>. Acesso em: 15 jan. 2005.

SZAJMAN, Abram. Endividamento do consumidor sobe para 63% em janeiro, apura Fecomercio. Disponível em http://www.fecomercio.com.br/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?from%5Finfo%5Findex=71&infoid=1357&sid=127. Acesso em: 17 fev. 2006.

Mercado de trabalho na Bahia e RMS

Edelcique Serra Machado*

O mercado de trabalho formal da Bahia, segundo dados do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (CAGED) do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), apresentou saldo (adm.-desl.) de 63.952 em 2005, número superior ao verificado em 2004, quando o saldo foi de 52.724, como pode ser verificado na Tabela 1.

Tabela 1
Variação absoluta do emprego formal (saldo=admissões-desligamentos) por setores de atividade, Bahia: 2004/2005

Setores de atividade	Anos	
	2004	2005
Extrativa mineral	821	437
Indústria de transformação	14.686	10.810
Serv.ind.util.pública	-463	1.337
Construção civil	187	9.507
Comércio	14.648	15.552
Serviços	20.957	28.003
Administração pública	-1.856	-2.011
Agropecuaria	3.744	317
Outros	0	0
Total	**52.724**	**63.952**

Fonte: MTE/CAGED-Lei 4923-65

Em termos de ramos de atividade, o único setor que apresentou saldo negativo em 2005 foi a administração pública, com números em torno de -2.011 (Tabela 1). O grande destaque foi o setor de serviços, com 28.003 vagas, o que representa 44% do total. Outro setor a apresentar notável desempenho foi o de construção civil, que expandiu o número de vagas de 187, em 2004, para 9.507, em 2005.

É conveniente frisar que o saldo da Bahia foi o maior dos últimos tempos, ultrapassando, inclusive, o do Nordeste. No comparativo com os demais estados, ele ocupa o quinto lugar, ficando atrás de São Paulo (472.971), Minas Gerais (155.409), Rio de Janeiro (121.111) e Paraná (72.734).

Semelhante ao desempenho apresentado pela Bahia, a Região Metropolitana de Salvador (RMS) também criou novos postos de trabalho em 2005. Ao expandir o número de vagas de 17.505, em 2004, para 36.057, em 2005, houve um incremento positivo de 48% de novas vagas. No que concerne aos ramos de atividade, apenas a agropecuária apresentou um saldo negativo em 2005, como pode ser observado na Tabela 2.

Tabela 2
Variação absoluta do emprego formal (saldo=admissões-desligamentos) por setores de atividade, RMS: 2004/2005

Setores de atividade	Anos	
	2004	2005
Extrativa mineral	142	125
Indústria de transformação	5.238	3.555
Serviços industriais de utilidade pública	-256	1.249
Construção civil	812	6.414
Comércio	5.829	5.322
Serviços	12.949	21.610
Administração pública	-934	-2.208
Agropecuaria	44	-10
Outros	0	0
Total	**17.505**	**36.057**

Fonte: MTE/CAGED-Lei 4923-65

A melhor *performance* foi a do setor de serviços, com números que alcançaram 21.610, em 2005, representando 60% do total de vagas criadas. Em 2004, foram criadas apenas 12.949 vagas neste setor (Tabela 2). O setor de construção civil também se destacou, uma vez que, em 2004, foram criadas 812 vagas, passando

* Economista da SEI/COPES

para 6.414 em 2005, com um incremento de 689,9%. Este fato, possivelmente, deve-se a obras relacionadas com o setor serviços.

Com referência aos dez principais municípios baianos, apresentados na Tabela 3, observa-se que o município que apresentou o maior saldo em 2005 foi Lauro de Freitas, com 6.473 novos empregos. Este saldo é maior do que o verificado em 2004, quando o mesmo município alcançou o montante de 4.603, representando cerca de 10% do total da Bahia. É importante salientar ainda que, neste município, o setor de serviços foi responsável por 82,3% do total de novas vagas, sendo, por conseqüência, o setor mais dinâmico.

Tabela 3
Variação absoluta do emprego formal (saldo=admissões-desligamentos) dos principais municípios baianos, 2004/2005

Municípios	Anos	
	2004	2005
Lauro de Freitas	4.603	6.473
Camaçari	4.989	4.671
Feira de Santana	2.466	4.277
Vitória da Conquista	1.668	2.815
Simões Filho	-3.238	1.748
Ilhéus	1.008	1.020
Itabuna	503	680
Jequié	225	8
Barreiras	531	-327
Alagoinhas	943	-334
Bahia	52.724	63.952

Fonte: MTE/CAGED-Lei 4923-65

Camaçari vem logo em seguida, com 4.671 vagas, saldo inferior ao observado em 2004, quando alcançou 4.989 vagas. Em 2005, em decorrência da abertura de novas fábricas, o setor que gerou mais vagas em Camaçari foi a construção civil, com um total de 33,7% dos postos de trabalho; serviços e indústria também se destacaram com um montante que representa cerca de 57,4%[1] do total de empregos criados.

A Região Metropolitana de Salvador (RMS) continua apresentando as maiores taxas de desocupação do país

Feira de Santana vem em terceiro lugar, com cerca de 4.277 vagas. Este número é superior ao observado em 2004, cujo total correspondeu a 2.466. Os ramos de atividades mais dinâmicos foram comércio e indústria de transformação, representando, ambos, 63% do total de vagas criadas.

O município que apresentou uma boa recuperação foi Simões Filho, que obteve, em 2004, um saldo negativo de -3.238 e em 2005 alcançou um saldo positivo de 1.748. Esta recuperação deve-se possivelmente ao setor de serviços.

Os números positivos do CAGED são confirmados pela Pesquisa Mensal de Emprego (PME) elaborada pelo IBGE. O percentual de pessoas ocupadas em relação à População Economicamente Ativa (PEA), ou seja, a taxa de ocupação das seis principais regiões metropolitanas brasileiras, em 2005, foi de 89,76%, portanto, superior ao percentual de 88,53% verificado em 2004. O referido fenômeno é observado em todas as regiões metropolitanas, com exceção de Recife.

Entre as Regiões Metropolitanas (RMs) pesquisadas pelo IBGE, a que acusou maior taxa de desocupação em 2005 foi Salvador (16,87%). Em 2004, este número correspondeu a 16,03%. A Região Metropolitana de Salvador (RMS) continua apresentando as maiores taxas de desocupação do país. Isto, porém, não se constitui em um grande problema. Uma das principais causas para esta alta taxa é o fato de a PEA apresentar estruturalmente um crescimento superior ao dos ocupados, variável que realmente interessa no problema do desemprego. Houve um aumento de 38.000 postos de trabalho, pois o número de ocupados, que em dezembro de 2004 era de 1.387.000, passou para 1.425.000, em dezembro de 2005.

Para as demais RMs, a menor taxa de desocupação em 2005 foi registrada pelo Rio de Janeiro, com 8,42%. Recife apresentou a segunda maior taxa de desocupação (14,45%), sendo a única região na qual este índice aumentou entre 2004 e 2005. No ano anterior, esta taxa foi 12,68%.

[1] A Bahia responde por 1 de cada 3 empregos gerados no Nordeste. Ver BAHIA destaca-se em janeiro com maior saldo de empregos formais do Nordeste. *Boletim Conjuntural do Mercado de Trabalho*, p. 6, jan. 2006.

A RMS, apesar de ostentar a menor taxa de ocupação (84,53%) entre as demais RMs, apresenta evolução em relação a 2004, quando este número ficou em torno de 83,98%. A explicação para esse crescimento deve-se ao aquecimento da economia metropolitana nos últimos meses. A região metropolitana de Porto Alegre, em comparação com a RMS, obteve a primeira colocação, com cerca de 92,57% em 2005.

Com referência à taxa de desocupação, fato digno de nota é que o total das RMs apresentou este indicador com números em torno de 10,72% em 2005, número inferior ao ocorrido em 2004 (11,48%).

O crescimento econômico pelo qual passa a economia baiana leva ao crescimento efetivo de ocupados, porém a PEA continua a ser bastante elevada, em decorrência, principalmente, do ingresso da mulher no mercado de trabalho, do aumento da migração de outros municípios e do aumento populacional. É necessário, então, que se estimule o surgimento de cidades de porte médio, para que a PEA do interior fique em sua região, criando pólos produtivos, em que o trabalho seja demandado e a população não migre para a RMS, aumentando, conseqüentemente, a taxa de desocupação.

Como já salientado acima, a taxa de desocupação das RMs foi menor do que a verificada no ano anterior. Ressalta-se ainda que a taxa do mês de dezembro foi a menor dos últimos quatro anos, fato que pode ser um bom prenúncio para 2006.

No que concerne à distribuição setorial da população ocupada na RMS, os dados da PME, divulgados na Tabela 4, indicam que, em 2005, o comércio e os serviços juntos ocupavam 80,63% do pessoal ocupado, sendo este o maior contingente. A indústria de transformação, produção e distribuição de energia, gás e água, um dos carros chefes da economia baiana, absorveu apenas 10,53% do pessoal ocupado. A administração pública foi responsável pela absorção de 18,68%. Um fato que chama atenção é que o serviço doméstico ocupa 10,10% do pessoal ocupado na RMS, percentual superior ao da construção civil (8,36%), aproximando-se bastante dos números apresentados pela indústria (10,53%).

A significativa participação do serviço doméstico talvez possa ser explicada pelo baixo nível de qualificação exigido para tal atividade, contudo, apesar disto, a importância desta atividade é ressaltada. No que concerne à posição da ocupação na RMS, como mostram os dados da Tabela 5, somente 41,22% dos ocupados possuíam carteira assinada em 2005, percentual inferior ao observado em 2004 (41,59%). Este fato é estrutural e persiste desde os tempos da velha PME. Os empregados sem carteira assinada representam um percentual de 22,42% em 2005, enquanto os empregados em geral constituem 71,83% da mão-de-obra ocupada na RMS. O elevado número de trabalhadores sem carteira é um dos principais fatores que contribui para o aumento do déficit da previdência social – INSS.

Tabela 4
Distribuição das pessoas ocupadas no trabalho principal, RMS: 2004/2005 %

Setores de atividades	Anos	
	2004	2005
Ind.ext.de transf.prod.distribuição de energia / gás e água	10,80	10,53
Construção	8,43	8,36
Administração pública	18,08	18,68
Comércio, representação deveículos, obj. pes. dom. var/combustível	21,42	21,28
Intermediação financeira e ativ.imob.alug. e serviços prestados/empresa	12,78	12,48
Serviços domésticos	9,23	10,10
Outros serviços	18,53	18,09

Fonte: IBGE/PME

Tabela 5
Distribuição dos ocupados na posição da ocupação, RMS: 2004/2005 %

Posição na ocupação	Anos	
	2004	2005
Empregado c/ carteira assinada	41,59	41,22
Empregado s/ carteira assinada	21,17	22,42
Conta própria	24,50	23,13
Empregadores	4,39	4,27
Empregado[1]	70,27	71,83
Trabalhadores não remunerados	0,83	0,82

Fonte: IBGE/PME
[1] Inclui, além dos Empregadoscom Carteira Assinada, os Servidores Públicos, Militarese outros Sem Carteira

Verifica-se então que a Bahia apresenta um quadro favorável para o mercado de trabalho. A questão que se coloca é saber as perspectivas para 2006.

Ressalte-se ainda que a Bahia tem um Produto Interno Bruto (PIB) de R$ 90 bilhões e um crescimento real estimado de 4,8% em 2005. O otimismo da classe empresarial baiana e nordestina para o ano de 2006 aumenta com o ano eleitoral, Copa do Mundo e crescimento econômico do país, que já ocorre em dois anos consecutivos[2].

Todo esse cenário será favorável à Bahia, no que tange à criação de empregos formais, que apresentou, em janeiro de 2006, um crescimento de 0,6%, superior à média nacional, que foi de 0,33%. Para este ano, espera-se a manutenção da criação de novos postos de trabalho. No setor industrial, novas empresas de pneus serão inauguradas, como a Continental, bem como a empresa Suzano de papel e celulose investirá 1,3 bilhões de reais na ampliação da fábrica de Mucuri, no sul da Bahia. Outros setores como metalurgia e agroindústria têm inversões planejadas também para 2006[3].

Os bons resultados das exportações baianas, cujo crescimento ficou em torno de 50% em 2005, devem continuar este ano, com a atração de novos investimentos. Do mesmo modo, o crescimento do pólo industrial e o investimento no turismo devem incrementar a economia baiana.

Segundo o Balanço da Bahiatursa, divulgado em 2005, foram criados 650.000 empregos diretos e indiretos[4]. A Bahiatursa ressalta que as obras de infraestrutura, que devem representar um investimento em torno de um bilhão de dólares em 2006, envolvem também estradas, projetos paisagísticos e treinamento de mão-de-obra para o benefício do setor hoteleiro. Devem fomentar o turismo, funcionando como atrativos para investimentos de outros países. Com isto, existe a possibilidade de aumento no nível de emprego.

Referências

BAHIA destaca-se em janeiro com maior saldo de empregos formais do Nordeste. *Boletim Conjuntural do Mercado de Trabalho*, Salvador, p. 6, jan. 2006. Disponível em: <http//www.sei.ba.gov.br>. Acesso em: 03 fev. 2006.

EMPRESÁRIOS baianos e nordestinos estão otimistas. *Tribuna da Bahia*, Salvador, 25 jan. 2006. p. 6.

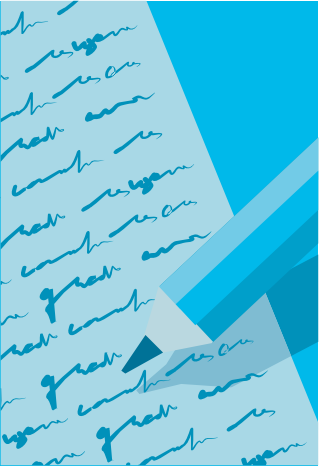
ESTADO conquista turistas. *Tribuna da Bahia*, Salvador, 25 jan. 2006. p. 7.

O GOVERNO federal esqueceu a Bahia. *Tribuna da Bahia*, Salvador, 19 dez. 2005. p. 3.

[2] Empresários baianos e nordestinos estão otimistas, *Tribuna da Bahia*, Salvador, 25 jan. 2006. p. 6.

[3] O governo federal esqueceu a Bahia. Tribuna da Bahia, Salvador, 19 dez. 2005. p. 3.

[4] Estado conquista turistas. Tribuna da Bahia, Salvador, , 25 jan. 2006. p. 7



Cooperativismo como alternativa à pequena atividade leiteira na região de Feira de Santana (Bahia)

Marcos Aurélio Souza Oliveira*
Alynson dos Santos Rocha**

O acirramento da concorrência em diversos segmentos econômicos impele os agentes à busca de formas alternativas de gestão de suas atividades, seja pelo compartilhamento de riscos, seja pela captação de recursos, visando à manutenção de suas parcelas de mercado (campanhas de marketing acesso a tecnologias, redução de custos pela escala de produção etc.).

As atividades ligadas ao campo e as incertezas em relação aos preços e quantidades produzidas de produtos agrícolas configuram-se em desafios a serem enfrentados pelos produtores. Tais desafios variam de acordo com o funcionamento dos mercados e decorrem da própria sazonalidade da produção agrícola. Esse cenário é plenamente observado quando são analisadas as transformações recentes no segmento de produção de leite no Brasil, em particular na Bahia, a partir da década de 1990. Note-se que a percepção dessa situação estimula a união de produtores, criando alternativas de processamento, escoamento e comercialização da produção. Nesse contexto, a cooperativa agropecuária firma-se como intermediária entre o mercado e os produtores, inserindo-os nesse processo já consolidado da economia capitalista.

Dessa forma, a cooperativa organiza as atividades econômicas dos produtores, orientando-os, integrando-os e colocando a sua disposição uma gama de serviços, dentre o quais a venda em comum da produção. Do ponto de vista operacional, uma cooperativa tem acesso a um volume de recursos (tecnológicos, financeiros, comerciais ou humanos) superior àquele obtido por um pequeno produtor apenas. Esse diferencial entre cooperativa e produtor poderá proporcionar ao cooperado inúmeras vantagens, contribuindo à manutenção de sua atividade.

A organização em cooperativa cria um canal de distribuição e comercialização da produção

Neste artigo, analisa-se o cooperativismo como alternativa à atividade leiteira de pequenos produtores da região do município de Feira de Santana (Bahia). A utilização de informações coletadas diretamente em campo, no terceiro quadrimestre de 2005, permite afirmar que estes produtores se caracterizam especialmente pelo fato de (ainda) comercializarem a produção isoladamente, incorrendo em todos os riscos da atividade. Nesse contexto, a forma de gestão e de organização da produção em cooperativas poderia se configurar em incremento à competitividade e sustentabilidade da atividade leiteira. A organização em cooperativa cria um canal de distribuição e comercialização da produção, favorecendo a diminuição das oscilações do preço do leite recebido pelo produtor no período de safras e entressafras, aumentando sua renda e melhorando a qualidade dos produtos na região.

Tem-se ainda que a cooperativa auxilia significativamente o desenvolvimento técnico dos pequenos produtores da região de Feira de Santana. Isolados e dispersos, tais produtores produzem o leitein naturade forma rudimentar, sem tecnologia e manejos adequados, com matrizes de baixa produtividade e produção desorganizada e sem agregação de valor ao produto. Dessa forma, não têm garantias de permanecerem como produtores de leite, diante das crescentes exigências (qualidade) para esse produto. Neste caso,

* Bacharel em Administração, habilitação em Agronegócios, pela Faculdade de Tecnologia e Ciências (FTC), campus de Feira de Santana (Bahia).

** Mestre em Economia pela Universidade Federal da Bahia (UFBA); pesquisador da SEI.

propor a união de produtores, em busca de um objetivo comum, poderá ser a única alternativa viável, para que continuem desenvolvendo suas atividades.

Transformações na atividade leiteira e as cooperativas: exemplos na Bahia

Para entender a trajetória da participação das cooperativas diante das transformações da atividade leiteira no Brasil, inicialmente, faz-se a periodização do desenvolvimento dessa atividade, de acordo com as observações de Wilkinson *apud* Paula (2002, p.39). Segundo esse autor "[...] o setor leiteiro apresenta três períodos distintos a se considerar: 1) Meados dos anos de 1960 até início de 1980; 2) A crise da década de 1980; 3) O período recente de liberação dos preços, liberalização e integração regional."

O primeiro período tem como característica a dinâmica da urbanização, que gerou crescimento na demanda do leite fluido, integração dos mercados nacionais, através da malha rodoviária, e os novos padrões de consumo de derivados do leite, iogurtes, sobremesas e queijos não tradicionais. Nesse período, empresas transnacionais assumiram papel de destaque nos mercados mais dinâmicos e de produtos de alto valor agregado. Esse fato repercutiu na exigência, para as cooperativas, de concentrar esforços na consolidação e ampliação das centrais para o leite fluido pasteurizado e para responder à demanda dos grandes centros urbanos. A sazonalidade da produção de leite, no entanto, representava um grande empecilho à modernização industrial das cooperativas.

As cooperativas leiteiras cresceram durante o período em que o mercado era regulamentado pelo Estado (1945-1991), dentro de uma estratégia de captação regional de leite sob inspeção. Algumas procuraram aumentar o poder de barganha dos produtores diante das grandes empresas compradoras de leite e dos fornecedores de insumos. Outras se integraram verticalmente, visando ao consumidor final, a partir da produção de derivados lácteos. Segundo Jank e Galan (1998), existem basicamente dois tipos de cooperativas: a) cooperativas singulares, que atuam na compra comum de insumos, na venda comum da matéria-prima leite para a indústria processadora e/ou na industrialização do leite; b) cooperativas centrais, cujo objetivo é alcançar escala (regional e/ou nacional) na industrialização de derivados lácteos. Destacam-se, no Brasil, a Cooperativa Central dos Produtores Rurais de Minas Gerais (Itambé) e a Cooperativa Central de Laticínios do Estado de São Paulo (Paulista). Na Bahia, destaca-se a Cooperativa Central de Laticínios da Bahia (CCLB). Todas realizam atividades de compra, processamento e comercialização de leite com marcas próprias. Contam também com sistema de acompanhamento e assistência técnica aos cooperados.

As cooperativas leiteiras cresceram durante o período em que o mercado era regulamentado pelo Estado (1945-1991)

O segundo período, na década de 1980, caracterizou-se pela retração da demanda de leite e transferência de investimento para a pecuária de corte. As cooperativas foram bastante atingidas, por concentrar suas atividades em um produto tabelado (até então) e de menor valor agregado, o leite tipo C, e por serem obrigadas a comprar os produtos dos sócios, mesmo quando a crise levasse a um excesso de matéria-prima. Nesse contexto, o produto que mais se destacava era o leite longa vida, dominado pela transnacional Parmalat, que ameaçou os tradicionais mercados de leite pasteurizado. Em decorrência da crise, o ritmo de inovação de produtos ficou limitado. As cooperativas conseguiram entrar no mercado, tanto do longa vida como de iogurtes, porém com parcelas menores. A consolidação em forma de centrais permitiu que a estrutura cooperativista fizesse a transição de mercados regionais para nacionais com um *mix* de produtos de maior valor agregado, inovando seu processo produtivo.

No início da década de 1990, o segmento leiteiro nacional enfrentou grandes transformações, consubstanciadas na abertura do mercado, com taxas de câmbio favorecendo a importação de produtos, sobretudo do leite em pó, utilizado como matéria-prima pela indústria. Combinada com outras estratégias da indústria processadora (fusões, aquisições, *ma-*

rketing etc.) e a reestruturação da oferta de leite, em virtude do aumento da demanda pós Plano Real, as importações geraram a reorganização dos agentes do segmento leiteiro, particularmente com o encerramento/paralisação das atividades de diversas cooperativas regionais. A partir da crise da Parmalat, na segunda metade dos anos de 1990, as cooperativas de leite ganharam um incentivo à sobrevivência, uma vez que muitas tiveram que assumir a produção e comercialização de leite, antes realizadas pela transnacional.

Na Bahia, as cooperativas que se destacam no setor leiteiro, segundo o SEBRAE (1998), estão divididas em dois grupos: com usina e sem usina de processamento, ou seja, as que processam o leite e aquelas que distribuem o leite *in natura*. No primeiro grupo, destacam-se: Cooperativa Central de Lacticínios da Bahia (CCLB); Cooperativa Grapiúna de Agropecuaristas (COOGRAP); Cooperativa dos Irrigantes do Médio São Francisco (COMESF); Cooperativa Leiteira de Guanambi; e Cooperativa dos Produtores de Leite de Vitória da Conquista Ltda. (COOPERLEITE). No segundo grupo, encontram-se as demais cooperativas que possuem produtores de leite como cooperados, a exemplo da Cooperativa de Produtores de Leite de Itapetinga (COOLEITE), que opera como fornecedora da Indústria de Laticínios Glória, no mesmo município.

A CCLB se destaca por possuir parque agroindustrial capaz de processar 450.000 litros/dia. O fornecimento de leite *in natura* provém dos cooperados e de produtores da região e de outros estados como Sergipe e Minas Gerais. Produz-se leite em pó, leite longa vida, leite achocolatado e manteiga, comercializados sob a marca Catuí. No final dos anos de 1990, como conseqüência da crise nacional no segmento leiteiro, aliada a entraves na gestão administrativa, a cooperativa enfrentou vários problemas, desde estruturais (ociosidade da estrutura) até financeiros (dívidas com os cooperados). A retomada das atividades da cooperativa ocorreu em agosto de 1998, porém, devido à incapacidade da bacia leiteira em garantir o fornecimento de leite com regularidade, e com intenção de eliminar a ociosidade da estrutura industrial instalada, celebrou-se um contrato de parceria com uma grande importadora de leite para prestação de serviços de fracionamento e embalagem de leite em pó.

No final dos anos de 1990, como conseqüência da crise nacional no segmento leiteiro, aliada a entraves na gestão administrativa, a cooperativa enfrentou vários problemas

As dificuldades de manter a cooperativa operando com eficiência e regularidade, exercendo o seu papel de reguladora de preços no mercado, induzem os produtores associados a procurar melhores preços em outras indústrias de laticínios e até promover a venda de leite no mercado informal. Tais alternativas tornam-se bastante atraentes aos produtores, sendo difícil a resistência, devido aos preços pagos pela cooperativa. Por outro lado, essa atitude de infidelidade do cooperado enfraquece a própria cooperativa, inviabilizando seu funcionamento efetivo.

Outro exemplo configura-se na Cooperativa Mista Agropecuária de Ichú Ltda. (COMAP). Sua fundação, em 1998, com aproximadamente 30 pequenos produtores de leite, decorreu da necessidade de melhorar o preço do produto. Seu objetivo era propiciar melhoria de renda oriunda da atividade leiteira na região de Ichú, município localizado a 180 km de Salvador e a 70 km de Feira de Santana. A COMAP tem capacidade efetiva de processar 1.800 litros/dia de leite bovino, além de 60 litros/dia de leite de caprinos. A COMAP tem características bastante distintas da CCLB: a capacidade de processamento é substancialmente menor; a gestão é voltada efetivamente para os cooperados; e o número destes é sensivelmente menor, fator de fundamental importância na relação cooperativa-cooperado.

A COMAP fornece leite ao programa do Governo Federal Fome Zero, que pagava, em 2005, R$ 0,50 centavos por litro de leite. O que garante esse preço aos produtores é a existência de um canal de distribuição concreto para a produção dos cooperados. O programa destina-se à distribuição de leite em escolas de ensino fundamental da região, como parte da merenda escolar e complementação da alimentação do aluno e da família.

Perfil de pequenos produtores e da produção de leite da região de Feira de Santana (Bahia)

O perfil de pequenos produtores da região de Feira de Santana foi levantado com base em informações coletadas durante pesquisa de campo, em 2005. Foram analisados 20 pequenos produtores de leite.

Em relação às características dos produtores pesquisados, tem-se que a média de idade situa-se na faixa entre 30 e 60 anos, sendo 50% dos produtores com idade até 40 anos e os outros 50% com idade superior a 50 anos. A atividade leiteira é desenvolvida em maior grau por homens (90% da amostra). Nota-se a pouca participação feminina na produção de leite (10%), dentre aqueles que têm na atividade a principal fonte de renda. Observa-se também a ausência de produtores na faixa etária entre 20 e 30 anos. Este fato corrobora a ocorrência de uma produção de leite local extrativista, com pouca perspectiva de crescimento. Os filhos (e filhas) dos produtores deslocam-se para a zona urbana, abandonando o campo em busca de melhor educação, oportunidade de emprego e melhores condições de vida, ante aquelas existentes nas pequenas propriedades. Esse é um aspecto da realidade observada, que pode ser mudado através da cooperação entre produtores, do estímulo à produção, da melhoria da qualidade da matéria-prima e de seus derivados e, conseqüentemente, do aumento da renda proveniente da produção de leite.

A composição etária dos produtores tem relação direta com o tempo de atividade desempenhada: 95% têm mais de 5 anos na atividade leiteira. Observa-se, portanto, a pouca incidência de produtores com menos de 5 anos na atividade (5%), caracterizando-se a produção de leite como uma atividade tradicional extrativista baseada na herança familiar. Em relação ao grau de escolaridade, aproximadamente 65% dos produtores pesquisados cursaram até o ensino fundamental, equivalente à 4ª série; 10% cursaram até o ensino médio, equivalente à 8ª série; enquanto 20% cursaram o 2º grau incompleto e apenas 5% tinha nível superior.

O baixo nível de escolaridade configura-se no principal entrave aos pequenos produtores, pois implica em obstáculo na ação de planejamento da produção. As dificuldades residem, por exemplo, na busca por novas tecnologias para melhorar a produtividade do rebanho; na carência de algum tipo de controle de evolução do plantel bovino leiteiro; na criação de barreiras (não aceitação) às novas tendências de mercado, como a união em busca de melhorias para desenvolver satisfatoriamente suas atividades. Outra conseqüência é a pouca cooperação entre os produtores. Quando o assunto é disseminação da informação (técnica, capacitação, oportunidade de mercado etc.), estes (ainda) agem individualmente, atuando de forma dispersa e sem coordenação.

No Quadro 1, têm-se os resultados observados em relação à forma de gestão e controle dos rebanhos leiteiros. Para a gestão das pequenas propriedades, não há uma forma definida de controle sobre a produção. A única forma de controle usada é a vacinação do rebanho (100%). Note-se que esta é de caráter obrigatório pelas autoridades sanitárias do Estado. Entretanto, 70% dos entrevistados não fazem planejamento da produção; e a totalidade dos produtores não faz o acompanhamento da evolução e controle de partos ou melhoramento genético do rebanho, através de inseminação artificial. Some-se a falta de planejamento da alimentação necessária para suprir as necessidades dos animais durante o ano.

Considerando-se a forte característica mista (leite e corte) do rebanho produtor na Bahia e, especificamente, na região de Feira de Santana, produtores não-especializados representam a quase totalidade do segmento de produção de leite na região pesquisada. Dentro desta categoria, pode-se encontrar desde criadores tradicionais de gado especializado para produção de carne, que exploram a atividade leiteira exclusivamente na época da safra (produção baseada no aproveitamento residual das pastagens, a custos quase nulos), até aqueles um pouco mais dedicados à atividade leiteira, que ofertam leite o ano todo, porém com pouca ou nenhuma tecnologia aplicada à atividade. Por exemplo,

A COMAP fornece leite ao programa do Governo Federal Fome Zero, que pagava, em 2005, R$ 0,50 centavos por litro de leite

Quadro 1
Formas de gestão e controle sobre o rebanho leiteiro

		Nº de Produtores	Percentual (%)
Acompanhamento da evolução do rebanho	Sim	0	0
	Não	20	100
Controle de partos	Sim	0	0
	Não	20	100
Vacinação	Sim	20	100
	Não	0	0
Planejamento da alimentação dos animais	Sim	0	0
	Não	20	100
Inseminação artificial	Sim	0	0
	Não	20	100
Planejamento da produção leiteira	Sim	6	30
	Não	14	70

Fonte: Pesquisa de campo, 2005

a ordenha é efetuada de forma rudimentar, totalmente manual, evidenciando a falta de uso da tecnologia como meio de agregar valor à produção.

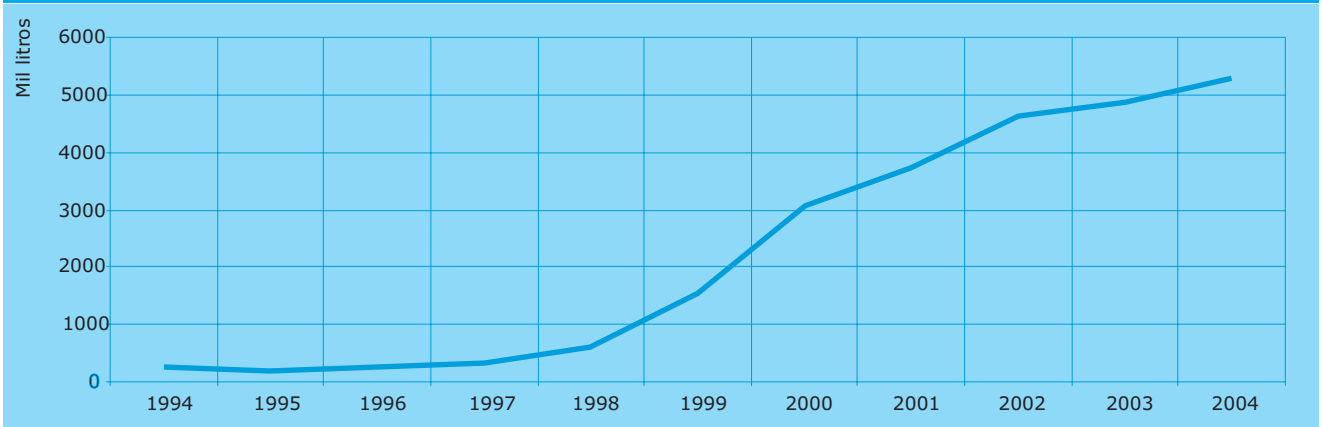
Esse perfil de produtores influencia diretamente as características da produção na região de Feira de Santana, onde são produzidos, segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2005), aproximadamente 6 milhões de litros de leite/ano, com um efetivo de mais de 8.100 cabeças ordenhadas/ano, produzindo em média 1,9 litros/dia. No Gráfico 1, apresenta-se a evolução da produção de leite no município.

Na cadeia do leite em Feira de Santana, além dos problemas encontrados em âmbito estadual e nacional, ainda existem outros desafios a serem enfrentados, que envolvem desde a estruturação da produção até a comercialização do leite. O preço do leite – em torno de R$ 0,55 o litro, segundo a Secretaria de Agricultura, Irrigação e Reforma Agrária da Bahia (BAHIA, 2005) – desestimula investimentos na atividade. A baixa remuneração média paga pelo litro de leite não cobre completamente os custos, inviabiliza o crescimento da produção e desvia os *investidores* para outras atividades econômicas.

Tem-se, portanto, que a produção de leite em Feira de Santana reflete a situação observada no Estado da Bahia, com 85% dos produtores produzindo abaixo de 50 litros/dia; 10% produzem entre 50 a 100 litros/dia; e apenas 5% produzem acima de 100 litros/dia. A alimentação do rebanho é proveniente de pastagem nativa, com poucas áreas cultivadas. A utilização de rações só é feita em períodos de estiagem, e o complemento alimentar é quase inexistente. Essas observações confirmam as características gerais da produção local – baixa especialização, quantidade e qualidade do leite. A segmentação da produção pode ser visualizada no Gráfico 2.

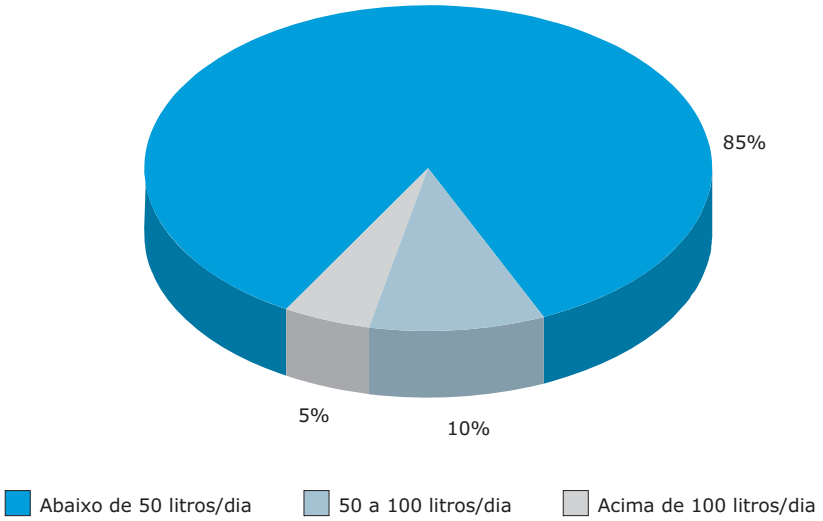
Note-se que os pequenos produtores referenciados neste artigo são típicos do perfil não-especializado, assim caracterizado por Jank e Galan (1998): não utilizam tecnologias modernas de criação e manipulação dos animais e do leite produzido; o tipo de ordenha utilizado é o manual; não dispõem de estrutura física adequada para a produção. Note-se também a deficiência referente à forma de gestão da produção de leite, proveniente do pouco conhecimento gerencial

Gráfico 1 – Produção de leite: Feira de Santana (Bahia), 1994-2004



Fonte: IBGE, 2005

Gráfico 2 – Segmentação de produtores por volume diário de produção de leite, 2005



Fonte: Pesquisa de campo, 2005.

e organizacional e do baixo nível de escolaridade do produtor.

Complementa-se, afirmando que o segmento primário trabalha sem planejamento da produção, sofre constantemente os efeitos da sazonalidade – produz muito na época de chuvas, porém, no período de escassez, paralisa freqüentemente as atividades por falta de suprimentos para o gado –, e não tem controle sistemático da produção, estocagem e acompanhamento da evolução do rebanho. Os produtores encontram-se dispersos, demandando uma estrutura de apoio à produção, comercialização e melhoramento da qualidade dos produtos. Nesse sentido, o cooperativismo torna-se uma alternativa viável para sanar as deficiências do segmento e tornar a atividade leiteira atrativa, gerando o sentimento da gestão participativa e envolvendo todos os produtores na busca de um objetivo comum: a manutenção da atividade de forma positiva para os cooperados.

Isso porque a definição mais simples de cooperativa a relaciona com uma sociedade de pessoas, de determinado grupo econômico e social, que objetiva desempenhar conjuntamente uma determinada atividade econômica. Complementa-se com a missão fundamental da cooperativa: servir como intermediária entre o mercado e os cooperados, promovendo o incremento (econômico) e a integração dos produtores. Tenta-se, dessa forma, enfrentar as grandes empresas nacionais e transnacionais, ao produzir em escala suficiente para o atendimento dos mercados local, regional e mesmo nacional, com tecnologia compatível com os concorrentes, custos mais baixos e competitivos. Pequenos produtores isolados, sem o suporte da cooperativa, logo seriam alijados do mercado pela falta de competitividade.

Considerações finais

Considerando uma economia globalizada, de concorrência acirrada entre empresas, os agentes econômicos buscam, cada vez mais, a eficiência produtiva, através da integração da produção, da união e da produção em escala, e a redução de custos em busca da competitividade. Dentre as soluções para minimizar essa situação, o cooperativismo desponta como instrumento para dotar os produtores dos elementos para enfrentar a dinâmica da economia capitalista.

Transportando-se esse cenário para um segmento específico da economia brasileira, observa-se que as transformações verificadas na atividade leiteira nacional, e seus reflexos na Bahia, repercutem na alteração e reforço do papel das cooperativas e sua relação com os produtores. Essas organizações têm que enfrentar grandes empresas nacionais e transnacionais, adotando estratégias de consolidação de marcas em mercados locais e regionais, além de articular-se com programas estatais para distribuição de produtos – a

exemplo da COMAP, no município baiano de Ichú. As dificuldades inerentes à produção e comercialização de leite (sazonalidade, custos, oscilação de preços etc.) indicam que, particularmente na pequena produção, a cooperativa torna-se alternativa econômica viável para a manutenção de produtores na atividade.

Sendo assim, a solução para os vários problemas enfrentados pelos pequenos produtores de leite da região de Feira de Santana pode estar na união e na organização do segmento em cooperativas. A *priori*, isto significa melhorar o nível educacional dos produtores, facilitando o processo de aceitação dessa forma de operacionalizar a atividade leiteira; organizar o segmento leiteiro em uma estrutura que possa ajudar a melhorar o desempenho da atividade; além de capacitar a gestão da pequena propriedade, pois não existe uma forma delineada de gestão por parte dos pequenos produtores de Feira de Santana. O controle sobre a produtividade vaca/dia e a evolução do rebanho são quase inexistentes.

A cooperativa pode proporcionar inúmeras mudanças, tanto econômicas como sociais, na realidade dos pequenos produtores de leite, tais como: prestação de serviços; qualificação e adoção de técnicas modernas; melhor gestão dos negócios dos cooperados; educação cooperativa; estímulo à produtividade; canalização da produção; busca de recursos financeiros para os cooperados, entre outras. Observando o contexto econômico da atividade leiteira local (dificuldades e entraves ao desenvolvimento), afirma-se que tal realidade tem como alternativa a disseminação da cultura da cooperação, explicitando o objetivo único e comum em benefício de todos os pequenos produtores de leite da região de Feira de Santana.

Referências

BAHIA. Secretaria da Agricultura, Irrigação e Reforma Agrária da Bahia. Disponível em: <www.seagri.ba.gov.br>. Acesso em: 17 jan. 2006.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.. Disponível em: <www.ibge.gov.br>. Acesso em: 15 jan. 2006.

JANK, Marcos Sawaya; GALAN, Valter Bertini. *Competitividade do sistema agroindustrial do Leite*. São Paulo: USP-PENSA, 1998.

PAULA, Mauro César de. *Atuação da cooperativa mista dos produtores de leite de Morrinhos (COPLEM) e sua influência no comportamento do produtor de leite do município de Morrinhos, no Estado de Goiás*. Florianópolis: UFSC: Programa de Pós-graduação em Engenharia de Produção, 2002.

SEBRAE. *Diagnóstico do agronegócio do leite na Bahia*, 1998.

Cerca de 62% dos investimentos industriais previstos estão alocados em implantações de novas unidades

Os investimentos industriais anunciados para o estado da Bahia, a serem realizados no período de 2006-2010, totalizaram um volume da ordem de R$ 17,9 bilhões, agregando 461 projetos. Os investimentos estão subdivididos em treze eixos de desenvolvimento e em nove complexos de atividade econômica.

Quanto à situação, 61,7% dos investimentos estão em implantações de novas unidades industriais, representando um volume de aproximadamente R$ 11 bilhões em 371 projetos; 38,3% estão em ampliações; e 0,1% em reativações, somando recursos na ordem de R$ 6,8 bilhões em 90 projetos.

No tocante ao complexo de atividade econômica, cerca de 66% encontram-se alocados nos complexos Madeireiro (29%), de Transformação Petroquímica (19%) e Químico-Petroquímico (18%), totalizando R$ 11,8 bilhões em 187 projetos. Os demais complexos são responsáveis por um volume de R$ 6,1 bilhões, distribuídos em 274 projetos, particularmente no complexo de Atividade mineral e beneficiamento, com participação de 12% dos investimentos.

No que tange à localização, indicada pelos eixos de desenvolvimento, o eixo Metropolitano responde por aproximadamente 57% do volume dos investimentos previstos, concentrados em um volume de aproximadamente R$ 10,2 bilhões, além de alocar 53% dos projetos. Os demais agregam volume na ordem de R$ 7,7 bilhões, com destaque para o eixo Extremo Sul, que detém 23% do total de investimentos em R$ 4,1 bilhões e 14 projetos.

Em relação ao número de empregos previstos, a expectativa é que os empreendimentos industriais gerem 69.943 postos de trabalho, sendo que os eixos Metropolitano (43%) e Grande Recôncavo (22%) concentram 65% dos empregos, ou 51.010 postos de trabalho. Os restantes são responsáveis por 35% dos empregos, destacando-se o eixo Planalto Sudoeste, que responde por 9% dos empregos e gera 6.075 novos postos.

A política de atração de investimentos industriais, promovida pelo governo do estado da Bahia, tem contribuído significativamente para a diversificação do parque industrial. Este fato vem ocorrendo desde 1991, com a implantação de programas de incentivo fiscal, como o Probahia. Esses programas se intensificaram, destacando-se: em 1995, os incentivos especiais para o setor de informática; em 1997, o Procomex, para o setor de calçados e seus componentes; em 1998, o Bahiaplast, para o setor de transformação plástica, além do Procobre e Profibra. A partir de 2002, o Desenvolve substituiu os demais programas implantados anteriormente. Dentre as principais indústrias que estão se instalando e ampliando a sua capacidade em 2006, encontra-se a Pereira Borges Fábrica de Confecções Ltda., a Lebasi Indústria de Calçados, a Eao Empreendimentos Administração e Obras S/A, a IPC do Nordeste Ltda., e a Fixar Industrial Ltda.

Tabela 1
Investimentos industriais previstos para a Bahia
Volume de investimento e número de empresas por complexo de atividade 2006 - 2010

Complexo	Volume (R$1.000,00)	Nº. Projetos
Agroalimentar	1.306.112	73
Atividade mineral e beneficiamento	2.103.739	22
Calçados/Têxtil/Confecções	1.647.574	53
Complexo madeireiro	5.112.758	12
Eletroeletrônico	233.471	62
Metal-mecânico	625.028	52
Químico-petroquímico	3.276.394	90
Reciclagem	2.156	2
Transformação petroquímica	3.420.905	85
Outros	179.640	10
Total	**17.907.778**	**461**

Fonte: SICM / Jornais Diversos
Elaboração: CAC-SEI
Nota: Dados preliminares, sujeitos a alterações.
Coletados até 31/01/06.

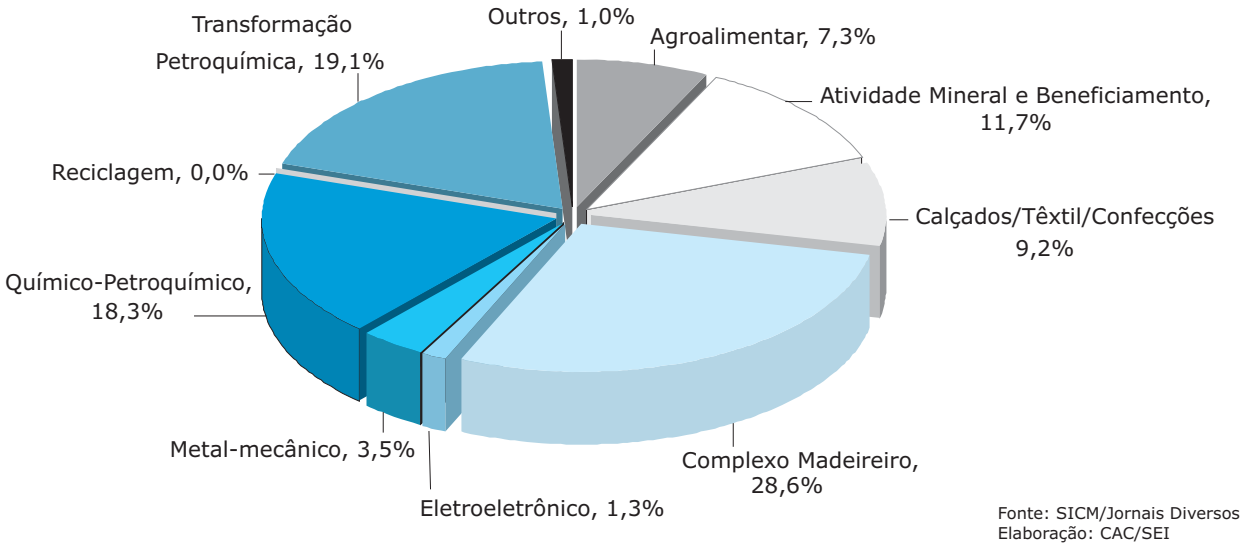
Tabela 2
Investimentos industriais para a Bahia
Volume de investimento e número de empresas por eixo de desenvolvimento 2006 - 2010

Eixo	Volume (R$1.000,00)	Nº. Projetos
Baixo Médio São Francisco	102.725	9
Centro Leste do São Francisco	22.193	2
Chapada Norte	180.608	9
Chapada Sul	16.730	6
Extremo Sul	4.100.096	14
Grande Recôncavo	1.530.110	67
Mata Atlântica	396.877	52
Médio São Francisco	2.300	1
Metropolitano	10.159.391	245
Nordeste	131.951	8
Oeste do São Francisco	300.048	7
Planalto Central	292.103	1
Planalto Sudoeste	191.845	31
A Definir	480.801	9
Total	**17.907.778**	**461**

Fonte: SICM / Jornais Diversos
Elaboração:CAC-SEI
Nota: Dados preliminares, sujeitos a alterações. Coletados até 31/01/06.

Investimentos previstos para a Bahia - 2006/2010

Participação por complexo de atividade



Fonte: SICM/Jornais Diversos
Elaboração: CAC/SEI

Metodologia da pesquisa de investimentos industriais previstos no estado da Bahia

A metodologia utilizada pela Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia (SEI) para levantar as intenções de investimentos industriais previstos para os próximos quatro anos no estado da Bahia, desenvolvida inicialmente pela Secretaria de Planejamento do Estado da Bahia (SEPLAN), consiste em coletar diariamente as informações primárias dos prováveis investimentos a serem implantados no estado, divulgadas pelos principais meios de comunicação, e obter sua confirmação junto às respectivas empresas. Essas informações são coletadas nas seguintes publicações: Gazeta Mercantil, Valor Econômico, A Tarde, Correio da Bahia e Diário Oficial do Estado da Bahia. Esses dados também são obtidos junto à Secretaria de Indústria, Comércio e Mineração do Estado da Bahia (SICM), através dos protocolos de intenção e projetos econômico-financeiros entregues à Secretaria para o requerimento de incentivos dos programas PROBAHIA, BAHIAPLAST e do atual DESENVOLVE.

Após a verificação dos dados coletados e a confirmação das empresas a serem implantadas no Estado, identifica-se a existência de dupla contagem. Depois de consistidos, os dados são apresentados sob a forma de tabelas e gráficos, contendo o volume e a participação dos investimentos industriais por complexo de atividade, por eixo de desenvolvimento e por número de projetos. Os valores dos investimentos anunciados estão expressos em reais.

Os dados mais desagregados estão sendo disponibilizados e atualizados mensalmente no site desta instituição, com dados a partir de 1997, apresentando valores acumulados.

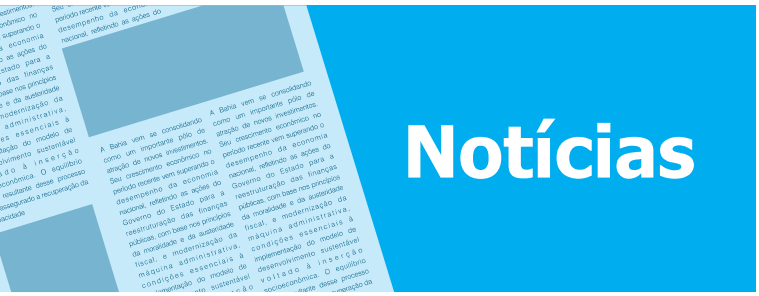
www.sei.ba.gov.br

Informação a um só **clic**

Através do site da SEI você fica por dentro das mais relevantes informações socioeconômicas e geoambientais dos Estado. Pesquisas, publicações, indicadores - PIB, PED IPC entre outros - limites municipais, cartogramas e o banco de dados da SEI estão ao seu alcance. Navegue e conheça a Bahia de perto. Um canal de comunicação aberto para você.

SEI

SUPERINTENDÊNCIA
DE ESTUDOS ECONÔMICOS
E SOCIAIS DA BAHIA



Notícias

Negócios

Grupo Bosch duplica produção na unidade da Bahia

O Grupo Bosch, a maior empresa de autopeças do mundo, está anunciando a duplicação da capacidade produtiva de sua indústria na Bahia, localizada no município de Simões Filho, no Centro Industrial de Aratu (CIA). A partir das ações de ampliação – projeto que consumiu, nos últimos anos, investimentos da ordem de R$ 30 milhões –, a unidade baiana passará a produzir 55 milhões de velas de ignição por ano.

Com 14 mil metros quadrados de área construída, a fábrica em Aratu, uma das quatro unidades fabris da Bosch no país, atua há 35 anos no estado e conta hoje com 550 funcionários. Segundo o diretor, a indústria exporta atualmente 70% de sua produção, atendendo a todos os países da América Latina, além da Europa e dos Estados Unidos. No Brasil, o Grupo Bosch deverá encerrar o ano de 2005 com um faturamento em torno de R$ 4 bilhões, registrando crescimento em relação a 2004, em que o resultado apurado foi de R$ 3,6 bilhões. A área de tecnologia automotiva representou cerca de 70% do faturamento obtido no ano passado, sendo as exportações responsáveis por 46% desse valor.

De acordo com informações da Bosch, a companhia investiu, em 2005, cerca de R$ 346 milhões no mercado nacional, incluindo ações de ampliação da capacidade produtiva junto a suas unidades. Recentemente, o grupo conquistou no país o Prêmio Finep de Inovação Tecnológica, pelo desenvolvimento da tecnologia Flex Fuel, sistema capaz de reconhecer e adaptar as funções de gerenciamento do motor de um carro para qualquer proporção de mistura de álcool e gasolina.

Com unidades fabris localizadas nos estados de São Paulo, Paraná e Bahia, a Bosch é responsável hoje pela geração de mais de 11.500 empregos no país. Ocupando a liderança no setor de autopeças, a organização registrou, em 2004, apenas nesse segmento, um faturamento mundial de 25,3 bilhões de euros. Ano passado, a empresa investiu cerca de 2,9 bilhões de euros em pesquisa e desenvolvimento de novas tecnologias automotivas, resultando em aproximadamente 2.800 novas patentes. Além do mercado automotivo, a Bosch atua ainda nas áreas de bens de consumo e construção e tecnologia industrial. Em 2004, o grupo completou 50 anos de atuação no Brasil.

Grupo Bosch duplica produção na unidade da Bahia. Correio da Bahia, 02/01/2006.

Grupo Sateri investirá US$ 400 milhões

O Grupo Sateri Internacional, um dos maiores fabricantes mundiais de fibra de viscose e celulose solúvel, vai investir US$ 400 milhões na Bahia, como parte das ações de expansão da companhia no mercado nacional. Os recursos serão direcionados à aquisição de equipamentos para a fábrica da Bahia Pulp, localizada no município de Camaçari e única unidade do grupo no país. A produção de celulose solúvel vai triplicar no estado, passando dos atuais 115 mil toneladas por ano, para 365 mil toneladas anuais.

De acordo com informações do Grupo Sateri Internacional, a estratégia da empresa é voltar suas atividades no estado para a fabricação de produtos de maior valor agregado, ampliando assim a base de clientes.

Com a ampliação da capacidade industrial, a intenção da companhia é atuar na elaboração de todo o conjunto de artigos originários da celulose solúvel, desde os mais padronizados até os especiais. Após a conclusão dos investimentos, com a compra de outros equipamentos, além da caldeira de recuperação, a Bahia Pulp irá fornecer, a partir dessa celulose com elevado teor de alfa, um produto com alta capacidade de aplicação, incluindo o uso em itens como filtros de cigarro, ingredientes para alimentos, filamentos para pneus, entre outras áreas.

Grupo Sateri investirá US$ 400 milhões. Correio da Bahia, 23/01/2006.

Miolo investirá R$ 16 milhões e espera crescimento de 20%

A retomada da indústria nacional de vinhos ao longo de 2005, depois de um 2004 marcado pela retração e invasão dos importados, resultou num incremento da ordem de 18% para a vinícola Miolo no ano passado. Embalada pelo crescimento da venda de espumantes, a empresa já assegurou investimentos de pelo menos R$ 16 milhões nos próximos dois anos (sendo pelo menos metade para a unidade baiana), visando, principalmente, ampliar a produção direcionada às exportações. Para 2006, a expectativa da Miolo é de um aumento de 20% nos negócios.

Do total dos investimentos, R$ 8 milhões serão direcionados para a Fazenda Ouro Verde, unidade Miolo localizada no município baiano de Casa Nova, no Vale do São Francisco. O montante é resultado da parceria firmada entre a empresa gaúcha e a vinícola chilena Via Wines, que deve aumentar a produção anual de vinhos na unidade baiana de 1,5 milhão de litros para três milhões, com ampliação da plantação de vinhedos de 50 para 120 hectares.

Durante o ano de 2005, houve um reconhecimento internacional da qualidade dos espumantes brasileiros, que resultou num aumento de 30% das vendas do produto. Atrelado a isso, a indústria nacional de vinhos soube equiparar seus preços e qualidade aos dos importados, reconquistando os consumidores. Há alguns anos, 95% das vendas se concentravam no final do ano, mas hoje esse percentual é de 60%, e 40% é consumido ao longo do ano. A Miolo exportou, em 2005, 5% de sua produção total de 5,5 milhões de litros de vinho, o dobro do volume exportado no ano anterior. A meta é elevar as exportações dos atuais 5% para 30%, até o ano de 2012. A Miolo exporta hoje para 17 países, entre eles Estados Unidos, Canadá, Alemanha e França.

Miolo investirá R$ 16 milhões e espera crescimento de 20%. Correio da Bahia, 23/01/2006.

Indicadores

Agronegócios

O agronegócio também se destacou dentro das exportações baianas. Dos US$ 5,4 bilhões exportados pela Bahia, de janeiro a novembro de 2005, 25,4% foram provenientes do agronegócio. Já o Valor Bruto da Produção Agropecuária, em 2005, foi de R$ 16,3 bilhões, sendo que as lavouras contribuíram com 71,67% dos recursos gerados. Os destaques continuam sendo os grãos e as frutas. Em 10 anos, a produção baiana de grãos cresceu 150% e em 2005 chegou a 5,5 milhões de toneladas – cerca de 5% do total produzido no Brasil.

O PIB da agropecuária cresceu 6%, apesar de todos os problemas enfrentados pelo setor. Não só a agricultura empresarial tem-se desenvolvido no estado, programas como *Cabra Forte* e *Terra Fértil*, criados e coordenados pelo Governo do Estado, estão inserindo o agricultor familiar na economia de mercado.

Agronegócios. Gazeta Mercantil, 23/01/2006.

Produção de grãos da Bahia bate recorde

A safra baiana de grãos teve um crescimento de 4,4% de 2004 para 2005, alcançando 5,54 milhões de toneladas e confirmando mais uma marca recorde. A Bahia foi responsável por cerca de 40% do total das exportações do agronegócio do Nordeste. O resultado ganha ainda mais expressão devido ao fato de o país ter registrado uma redução de 5,23% em sua produção.

Mesmo com a produção de soja prejudicada pela estiagem e pela ferrugem asiática, em 2005, a Bahia colheu a maior safra, desde que a leguminosa foi introduzida no estado: 2,4 milhões de toneladas, uma elevação de 1,5% sobre a safra de 2004. A área plantada foi ampliada em 5,9%, saindo de 821 mil para 870 mil hectares, e o rendimento médio sofreu uma redução de 4,2%, passando de 48 sacas por hectare para 46 sacas de 60 quilos por hectare. Pelo segundo ano consecutivo, a Bahia conseguiu manter o controle da ferrugem asiática, sendo a unidade da federação com menor número de focos, graças ao Programa Estratégico de Manejo da Ferrugem Asiática da Soja do oeste da Bahia, considerado modelo no país.

O Governo do Estado prorrogou por mais um ano o Programa de Incentivo à Cultura do Algodão (Proalba). O programa oferece redução de 50% do ICMS. Criado em 2001, o Proalba tem sido um dos fatores decisivos para o crescimento e modernização da cotonicultura

baiana. De 2000 a 2005, a produção anual cresceu de 133 mil para 820 mil toneladas, e a produtividade passou de 2,4 quilos por hectare para uma média de 3,2 quilos por hectare. Respondendo por 23% da produção nacional de algodão e posicionada como o segundo maior produtor do Brasil, a Bahia está colhendo nesta safra 820.100 toneladas do produto, num incremento de 16,5% em relação a 2004. Houve uma expansão de área de 26,2%, saindo de 203.900 para 257.400 hectares. Já a produtividade sofreu uma queda de 7,7%, ficando em 3.187 quilos/hectare.

A safra de mamona, na Bahia, em 2005, foi de 138.400 toneladas – 48,79% a mais que a safra de 2004. A área plantada foi incrementada em 16,8%, passando de 147.700, em 2004, para 172.500 hectares, em 2005. A produtividade subiu 7,2%, passando de 773 para 829 quilos/hectare, o maior rendimento obtido nos últimos 14 anos. Da mamona produzida no Brasil, 80% é oriunda da Bahia, que tem a região de Irecê figurando como a principal produtora.

Na safra de 2005, a colheita de feijão na Bahia foi de 469.200 toneladas – 41,7% superior à safra de 2004. A área colhida diminuiu em quase 16.100 hectares, passando de 704.700, em 2004, para 688.500 hectares, em 2005. Em compensação, houve um ganho de produtividade de 45%, ficando em 681 quilos/hectare, ante os 470 quilos/hectare registrados no ano passado. O bom desempenho da cultura em 2005 colocou a Bahia em terceiro lugar no ranking nacional da lavoura, ficando atrás apenas de Minas Gerais e Paraná.

Produção de grãos da Bahia bate recorde. Diário Oficial do Estado, 23/01/2006.

Cresce as exportações de fruticultura na Bahia

As vendas externas de frutas tiveram um crescimento de 50% na Bahia em 2005 e estão fechando o ano com uma receita total de US$ 120 milhões. A valorização dos preços internacionais dos principais produtos da pauta, a exemplo da uva (15,3%), manga (8,6%) e mamão (6,7%) contribuíram para o incremento financeiro superior ao embarque de produtos, que deve fechar o ano com um volume de 115 mil toneladas, incremento de 26% com relação a 2004. A fruticultura representa hoje 2% das exportações baianas, mas as vendas de frutas para o exterior estão em ritmo ascendente.

O maior entrave para a exportação de frutas é a certificação internacional. A dificuldade, no entanto, vem sendo superada, na medida em que as exigências de qualidade do mercado estrangeiro vêm sendo atendidas. Em 2005, foram conquistados dois novos mercados: a exportação de 6 mil toneladas de mangas para o Japão, depois de um longo processo de certificação; e a liberação, no final de 2004 da venda de mamão para os Estados Unidos.

Terceiro item da pauta de exportações da fruticultura baiana, com 4% de participação e faturamento de US$ 4 milhões anuais, o mamão produzido no Extremo Sul do estado deve quadruplicar suas vendas para o exterior nos próximos anos. Atualmente, são exportadas 5 mil toneladas do produto, principalmente para países europeus. A expectativa é de que os Estados Unidos compre 40 mil toneladas do fruto no Brasil a partir desse ano. Apesar do potencial de crescimento do mamão, a uva lidera com folga as vendas externas de frutas na Bahia. Representa 50% da receita com exportações em fruticultura de 2005, e deve fechar com o embarque de 25 mil toneladas de uvas.

No segundo lugar do *ranking*, vem a manga, com 36,5% do valor total. Foram comercializadas no mercado internacional 60 mil toneladas do saboroso fruto que conquistou o Japão em 2005. Abacaxi, goiaba, coco e outras frutas participam ainda com 9,5% dos US$ 120 milhões em exportações.

Os principais mercados externos das frutas baianas são a Holanda, para onde são embarcados 57% do volume total de 115 mil toneladas, Reino Unido (13,5%), Estados Unidos (12%), Portugal (6,5%), Espanha (3,5%), Canadá (1,6%) e Alemanha (1,2%). As exportações da fruticultura tendem a continuar se expandindo na Bahia. Desde o início dos anos 1990 que o Estado iniciou um programa de promoção e divulgação das frutas da Bahia no exterior e continua estimulando a qualificação dos produtos e orientando os produtores nos processos de certificação. A participação da Bahia na fruticultura representa atualmente 10% de toda a produção interna, estando presente em todas as regiões do estado, com pólos consolidados e estruturados para a exportação, a exemplo do Vale do Rio São Francisco (Juazeiro), Extremo Sul (Teixeira de Freitas), Livramento de Nossa Senhora e Itaberaba.

Cresce as exportações de fruticultura na Bahia. Gazeta do Brasil, 23/01/2006.

Refinaria Landulpho Alves responde por 14% do PIB baiano

Os números são do tamanho da empresa: 14% do Produto Interno Bruto (PIB) e 30% do total de ICMS arrecadado. Essa é a participação na economia baiana com que a Refinaria Landulpho Alves (Rlam) está fechando o ano. A gigante estatal está anunciando, para o período de 2006 a 2010, novos investimentos que alcançam US$ 793 milhões (no câmbio atual, R$ 1,8 bilhão). Os novos investimentos nesses cinco anos serão destinados prioritariamente à redução de enxofre nos derivados produzidos. Atualmente, a refinaria processa 307 mil barris diários.

A diminuição do enxofre nos processos da refinaria visa atender à atual legislação brasileira sobre o tema, a qual estabelece que o teor dessa substância na gasolina não pode ultrapassar 1.000ppm. Até 2009, esse limite deve cair para 50ppm, de acordo com as diretrizes da Agência Nacional de Petróleo (ANP) e do Conselho Nacional de Meio Ambiente (Conama).

Refinaria Landulpho Alves responde por 14% do PIB baiano. Correio da Bahia, 23/01/2006.

Ação Governamental

Governo investe em infra-estrutura para atender crescimento do turismo

Segundo dados da Secretaria de Cultura e Turismo (SCT), só a temporada do verão 2005/2006 deve atrair para o estado cerca de dois milhões de turistas, um número recorde em relação aos anos anteriores e 6% maior que 2004/2005. A receita estimada decorrente desse fluxo é de US$ 340 milhões, o que representa um crescimento da ordem de 8% em comparação a 2004/2005. O impacto no Produto Interno Bruto (PIB) é da ordem de US$ 317 milhões. Com essa projeção, o governo acaba de firmar um novo contrato de financiamento dentro da segunda etapa do Programa de Desenvolvimento do Turismo no Nordeste (Prodetur 2), que assegurou mais US$ 14 milhões para dar continuidade às obras de infra-estrutura turística no estado.

Além dos projetos já previstos, o governo baiano já iniciou reuniões com a Infraero para discutir investimentos para a construção de uma segunda pista de pouso no Aeroporto Internacional Luís Eduardo Magalhães, em Salvador, além de reforma e ampliação do aeroporto de Porto Seguro.

Além das intervenções de urbanização da orla de Salvador e do Forte de Santo Antônio Além do Carmo, adequando as instalações para funcionar como a casa da Capoeira da Bahia, as ações previstas com a assinatura do segundo contrato do Prodetur 2 são: urbanização também das orlas de Itacaré e dos distritos de Imbassaí, em Mata de São João, e Guaibim, em Valença, além do centro histórico e Fonte da Bica, na Ilha de Itaparica; construção da estrada Camamu/Itacaré, que contará com recursos dos três contratos previstos; e implantação das Áreas de Proteção Ambiental (APA) de Itacaré, Lagoa Encantada e Guaibim.

Estão ainda previstas a instalação dos sistemas de abastecimento de água e esgotamento sanitário de Maraú e Imbassaí (Mata de São João), a implantação do sistema de limpeza urbana e aterro sanitário para a Costa do Descobrimento e ilhas de Tinharé e Boipeba, além da sede do município de Cairu, realização de sinalização turística na Costa do Cacau e Costa do Dendê e a continuidade do programa de capacitação profissional em todos os pólos turísticos da Bahia. O superintendente estadual do Banco do Nordeste, Paulo Ferraro, informou que, além dos investimentos do setor público, o banco também firmou contratos com a iniciativa privada para investimentos no setor turístico baiano que somaram R$ 78 milhões no ano passado.

Governo investe em infra-estrutura para atender crescimento do turismo. Agecom 23/01/2006.

UNIÃO

Atos do poder executivo

Decretos

Decreto nº 5.660, de 3 de janeiro de 2006 – Dispõe sobre a execução do Trigésimo Protocolo Adicional ao

Acordo de Complementação Econômica nº 39, entre os Governos da República Federativa do Brasil e da República do Peru, de 26 de agosto de 2005.

Decreto nº 5.661, de 3 de janeiro de 2006 – Dispõe sobre a execução do Quadragésimo Terceiro Protocolo Adicional ao Acordo de Complementação Econômica nº 35, entre os Governos da República Federativa do Brasil, da República do Paraguai e da República Oriental do Uruguai, na condição de Estados Partes do MERCOSUL, e da República do Chile, de 30 de setembro de 2005.

Decreto nº 5.668, de 10 de janeiro de 2006 – Determina que a Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL) seja o órgão anuente no Sistema Integrado do Comércio Exterior (SISCOMEX) nas operações de importação e exportação de energia elétrica no Sistema Isolado e no Sistema Integrado Nacional (SIN) e dá outras providências.

Decreto nº 5.675 de 12 de janeiro de 2006 – Dá nova redação aos arts. 3º e 6º do Decreto nº 5.185, de 17 de agosto de 2004, que instituiu comitê Técnico Interministerial para acompanhamento e reformulação do Programa de Garantia da Atividade Agropecuária (PROAGRO).

Decreto nº 5.685, de 25 de janeiro de 2006 – Institui o Comitê de Regulação e Fiscalização dos Mercados Financeiros, de Capitais, de Seguros, de Previdência e Capitalização (Coremec).

Atos do Poder Legislativo

Leis

Lei nº 11.265, de 03 de janeiro de 2006 – Regulamenta a comercialização de alimentos para lactentes e crianças de primeira infância e também a de produtos de puericultura correlatos.

Secretaria da Receita Federal

Portarias Conjuntas

Portaria Conjunta nº 74, de 10 de janeiro de 2006 – Dispõe sobre o intercâmbio de informações entre o Tribunal Superior Eleitoral e a Secretaria da Receita Federal e dá outras providências.

Portarias

Portaria nº 1, de 4 de janeiro de 2006 – Métodos de aplicação da Convenção destinada a evitar a dupla tributação e a prevenir a evasão fiscal em relação ao Imposto sobre a renda, assinada pela República Federativa do Brasil com o Estado de Israel.

Instruções Normativas

Instrução Normativa nº 604, de 4 de janeiro de 2006 – Estabelece procedimentos para habilitação ao Regime Aduaneiro Especial de Importação de embalagens referidas na alínea "b" do inciso II do art. 51 da Lei nº 10.833, de 2003.

Instrução Normativa nº 605, de 4 de janeiro de 2006 – Dispõe sobre o Regime Especial de Aquisição de Bens de Capital para Empresas Exportadoras (Recap).

Instrução Normativa nº 608, de 9 de janeiro de 2006 – Dispõe sobre o Sistema Integrado de pagamento de Impostos e Contribuições das Microempresas e das Empresas de Pequeno Porte (Simples).

Instrução Normativa nº 610, de 17 de janeiro de 2006 – Altera os arts. 14 e 24 da Instrução Normativa SRF nº 450, de 21 de setembro de 2004, que dispõe sobre a Contribuição Provisória sobre Movimentação ou Transmissão de Valores de Créditos e Direitos de Natureza Financeira (CPMF).

Instrução Normativa nº 611, de 18 de janeiro de 2006 – Dispõe sobre a utilização de declaração simplificada na importação e na exportação.

Instrução Normativa nº 613, de 19 de janeiro de 2006 – Aprova o programa gerador e as instruções para preenchimento da Declaração de Débitos e Créditos Tributários Federais Mensal (DCTF Mensal) na versão "DCTF Mensal 1.3".

Instruções Normativas Conjuntas

Instrução Normativa Conjunta nº 609, de 10 de janeiro de 2006 – Dispõe sobre atos perante o Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ) dos comitês financeiros de partidos políticos e de candidatos a cargos eletivos.

Banco Central do Brasil

Circulares

Carta circular nº 3.221, de 2 de janeiro de 2006 – Revoga normas e disposições regulamentares editadas pelo Banco Central do Brasil, relativas a fundos de investimentos, em decorrência da Lei nº 10.303, de 2001, ou sem função.

Carta circular nº 3.308, de 4 de janeiro de 2006 – Altera a seção 13 do capítulo 12 do título 1 do Regulamento do Mercado de Câmbio e Capitais Internacionais (RMCCI), que trata sobre multa em operações de importação, tendo em vista a Lei nº 11.196, de 2005.

Carta circular nº 3.309, de 11 de janeiro de 2006 – Divulga a amostra de que trata o art. 1º da Resolução nº 2.809, de 2000, para fins de cálculo da Taxa Básica Financeira (TBF) e da Taxa Referencial (TR).

Carta circular nº 3.310, de 11 de janeiro de 2006 – Estabelece procedimentos para a remessa de informações mensais de clientes, no âmbito do sistema Central de Risco de Crédito (CRC) e do Sistema de Informações de Crédito do Banco Central (SCR).

Resoluções

Resolução nº 3.332, de 22 de dezembro de 2005 – Dispõe sobre a prestação de serviços de auditoria independente para as instituições financeiras, demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e para as câmaras e prestadores de serviços de compensação e de liquidação.

ESTADO

Atos do poder executivo

Decretos

Decreto nº 9.773, de 27 de janeiro de 2006 – Aprova o Relatório de Gestão Fiscal do terceiro quadrimestre de 2005.

Leis

Lei nº 9.833, de 05 de dezembro de 2005 – Institui o Programa Estadual de Incentivos à Inovação Tecnológica (INOVATEC).

Resoluções

Resolução nº 1, de 06 de setembro de 2005 – Aprova o Regimento da Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia (SEI).

Secretaria da Fazenda

Portarias

Portaria nº 751, de 9 de dezembro de 2005 – Altera, para o exercício de 2005, o Orçamento Analítico do Fundo de Custeio da Previdência Social dos Servidores Públicos do Estado da Bahia (FUNPREV), na forma que indica e dá outras providências.

Portaria nº 752, de 12 de dezembro de 2005 – Altera, para o exercício de 2005, o Orçamento Analítico da Secretaria da Fazenda (SEFAZ), na forma que indica e dá outras providências. ■

Indicadores Conjunturais

Indicadores Econômicos

Índices de Preços

Índice de Preços ao Consumidor - IPC[1] - Salvador: Jan/2006

Grandes Grupos	Variações do mês (%)		Variações acumuladas (%)		Índice acumulado	
	jan/05	jan/06	No ano[2]	Últimos 12 meses[3]	Abr/92=100	Jun/94=100
Alimentos e bebidas	0,91	0,23	0,23	3,57	350599,7	235,04
Habitação e encargos	0,05	1,99	1,99	23,44	713935,1	570,92
Artigos de residência	0,91	0,34	0,34	-0,43	279690,7	233,76
Vestuário	0,19	-1,12	-1,12	3,41	313612,8	184,06
Transporte e comunicação	0,20	1,75	1,75	9,73	617949,0	668,76
Saúde e cuidados pessoais	-0,12	1,00	1,00	6,35	600240,7	319,79
Despesas pessoais	2,79	1,71	1,71	4,22	655746,5	376,01
Geral	0,79	0,71	0,71	6,17	461054,2	321,28

Fonte: SEI
[1] O IPC de Salvador representa a média de 27.000 cotações de uma cesta de consumo de 308 bens e serviços pesquisados em 270 estabelecimentos e 600 domicílios, para famílias com rendimentos de 1 - 40 salários mínimos
[2] Variação acumulada observada até o mês do ano em relação ao mesmo período do ano anterior
[3] Variação acumulada observada nos últimos 12 meses em relação aos meses anteriores

Pesquisa Nacional da Cesta Básica
Custo e variação da cesta básica - capitais brasileiras: Jan/2006

Capitais	Valor da cesta (R$)	Variação no mês[1] (%)	Variação acumulada (%)		Porcentagem do salário mínimo
			No ano[2]	12 meses[3]	
Aracaju	135,08	-7,03	-7,03	3,55	48,76
Belém	158,06	0,82	0,82	3,85	57,05
Belo Horizonte	169,00	-4,45	-4,45	12,25	61,00
Brasília	178,14	0,53	0,53	4,41	64,30
Curitiba	163,16	-7,78	-7,78	1,91	58,89
Florianópolis	159,21	-7,77	-7,77	1,10	57,47
Fortaleza	132,17	-0,65	-0,65	5,57	47,71
Goiânia	151,28	1,45	1,45	-0,33	54,60
João Pessoa	131,51	-9,05	-9,05	-1,56	47,47
Natal	127,67	-6,07	-6,07	-6,87	46,08
Porto Alegre	170,22	-11,02	-11,02	0,84	61,44
Recife	126,03	-10,18	-10,18	-4,75	45,49
Rio de Janeiro	172,80	-2,97	-2,97	4,85	62,37
Salvador	128,51	-5,65	-5,65	0,52	46,39
São Paulo	177,45	-3,26	-3,26	2,65	64,05
Vitória	165,15	-0,28	-0,28	4,55	59,61

Fonte: DIEESE
[1] Variação observada no mês em relação ao mês imediatamente anterior
[2] Variação acumulada observada até o mês do ano em relação ao mesmo período do ano anterior
[3] Variação acumulada observada nos útlimos 12 meses em relação aos 12 meses anteriores

Agricultura

Produção física e rendimento médio dos principais produtos - Bahia: 2004 / 2005

Produtos do LSPA[1]	Produção física (t)			Rendimento médio (kg/ha)		
	2004[2]	2005[3]	Variação (%)	2004[2]	2005[3]	Variação (%)
Lavouras temporárias						
Abacaxi [4]	117.989	119.132	1,0	24.576	24.914	1,4
Algodão herbáceo	704.163	819.977	16,4	3.453	3.184	-7,8
Alho	6.867	7.432	8,2	6.571	6.939	5,6
Amendoim	12.331	7.042	-42,9	1.680	1.150	-31,5
Arroz total	63.369	90.426	42,7	2.144	2.426	13,2
Arroz sequeiro	50.719	74.832	47,5	1.913	2.156	12,7
Arroz irrigado	12.650	17.851	41,1	4.161	4.161	0,0
Batata-inglesa	177.000	177.150	0,1	31.607	31.578	-0,1
Cana-de-açúcar	5.027.980	5.636.887	12,1	57.965	58.761	1,4
Cebola	131.464	121.631	-7,5	21.248	20.428	-3,9
Feijão total	330.734	460.505	39,2	474	674	42,3
Feijão 1ª safra	129.778	122.830	-5,4	389	482	23,9
Sequeiro	82.129	61.912	-24,6	379	434	14,5
Irrigado	3.961	5.520	39,4	2.751	2.667	-3,1
Caupi	43.668	55.398	26,9	378	503	33,1
Feijão 2ª safra	200.956	337.675	68,0	542	781	44,1
Sequeiro	173.428	302.735	74,6	489	749	53,2
Irrigado	23.802	23.947	0,6	2.261	2.241	-0,9
Caupi	3.726	10.993	195,0	631	629	-0,3
Fumo	9.730	11.021	13,3	893	923	3,4
Mamona	114.125	135.394	18,6	773	734	-5,0
Mandioca	4.156.403	4.512.817	8,6	12.439	12.840	3,2
Milho total	1.610.560	1.614.899	0,3	2.154	2.067	-4,0
Milho 1ª safra	1.417.674	1.206.621	-14,9	3.131	3.020	-3,5
Sequeiro	1.317.574	1.155.660	-12,3	3.018	2.966	-1,7
Irrigado	100.100	50.961	-49,1	6.145	5.176	-15,8
Milho 2ª safra	192.886	408.278	111,7	774	1.070	38,2
Sequeiro	191.690	406.946	112,3	770	1.068	38,7
Irrigado	1.196	1.332	11,4	3.147	3.149	0,1
Soja	2.364.480	2.401.200	1,6	2.880	2.760	-4,2
Sorgo granífero	109.649	104.196	-5,0	1.788	1.798	0,6
Tomate	192.216	204.599	6,4	38.981	38.927	-0,1
Tomate de mesa	192.216	204.599	6,4	38.981	38.927	-0,1
Tomate para indústria	nd	nd		nd	nd	-
Trigo	nd	1.915	nd	nd	5.583	-
Lavouras permanentes						
Banana [5]	844.739	865.221	2,4	14.056	13.880	-1,3
Cacau	134.780	142.240	5,5	253	255	0,8
Café	129.598	142.240	9,8	876	962	9,8
Castanha-de-cajú	5.479	5.964	8,9	280	289	3,2
Coco-da-baía [4]	689.712	723.600	4,9	8.948	8.873	-0,8
Dendê	171.044	nd	-	4.114	nd	-
Guaraná	2.350	1.293	-45,0	392	209	-46,7
Laranja [5]	774.003	800.852	3,5	15.857	15.877	0,1
Mamão [5]	723.239	679.083	-6,1	50.263	50.429	0,3
Maracujá [4]	114.147	nd	-	12.920	nd	-
Pimenta-do-reino	3.074	3.224	4,9	2.493	2.457	-1,4
Sisal	187.247	195.680	4,5	861	887	3,0
Uva	85.910	86.338	0,5	25.216	25.230	0,1

Fonte: IBGE - PAM/LSPA/GCEA
Obs: "nd" significa que o dado não está disponível. normalmente em razão da cultura estar na entressafra

[1] A relação de produtos pesquisados pelo Levantamento Sistemático da Produção Agrícola (LSPA) corresponde a 94,4% do Valor Bruto de produção (VBP), segundo a Produção Agrícola Municipal (PAM) de 1996
[2] Estimativas do Grupo de Coordenação de Estatísticas Agropecuárias (GCEA), safra/2004 (dados sujeitos a retificação)
[3] Estimativas do Grupo de Coordenação de Estatísticas Agropecuárias (GCEA), dezembro/2005 (dados sujeitos a retificação)
[4] Produção física em mil frutos e rendimento médio em frutos por hectare
[5] Produção física em tonelada e rendimento médio em quilo por hectare, a partir de setembro. Desconsiderar variação percentual

Área plantada, área colhida e área perdida dos principais produtos - Bahia: 2004/2005

Produtos do LSPA [1]	Área plantada (ha)			Área colhida (ha)			Área perdida (ha) [4]	
	2004 [2]	2005 [3]	Variação (%)	2004 [2]	2005 [3]	Variação (%)	2004 [2]	2005 [3]
Lavouras temporárias								
Abacaxi	4.851	4.805	-0,9	4.801	4.805	0,1	50	0
Algodão herbáceo	203.939	257.567	26,3	203.939	257.567	26,3	0	0
Alho	1.045	1.071	2,5	1.045	1.071	2,5	0	0
Amendoim	7.339	6.122	-16,6	7.339	6.122	-16,6	0	0
Arroz total	29.551	39.004	32,0	29.551	39.004	32,0	0	0
Arroz sequeiro	26.511	34.714	30,9	24.977	34.714	39,0	1.534	0
Arroz irrigado	3.040	4.290	41,1	3.040	4.290	41,1	0	0
Batata-inglesa	5.600	5.610	0,2	5.600	5.610	0,2	0	0
Cana-de-açúcar	86.967	96.319	10,8	86.742	95.929	10,6	225	390
Cebola	6.187	5.964	-3,6	6.187	5.954	-3,8	0	10
Feijão total	834.870	775.368	-7,1	704.331	687.440	-2,4	130.539	87.928
Feijão 1ª safra	429.856	342.929	-20,2	333.482	255.001	-23,5	96.374	87.928
Sequeiro	299.054	230.147	-23,0	216.482	142.717	-34,1	82.572	87.430
Irrigado	1.440	2.070	43,8	1.440	2.070	43,8	0	0
Caupi	129.362	110.712	-14,4	115.560	110.214	-4,6	13.802	498
Feijão 2ª safra	405.014	432.439	6,8	370.849	432.439	16,6	34.165	0
Sequeiro	387.483	404.273	4,3	354.413	404.273	14,1	33.070	0
Irrigado	10.529	10.687	1,5	10.529	10.687	1,5	0	0
Caupi	7.082	17.479	146,8	5.907	17.479	195,9	1.175	0
Fumo	10.894	11.939	9,6	10.894	11.939	9,6	0	0
Mamona	149.623	185.521	24,0	147.698	184.346	24,8	1.925	1.175
Mandioca	345.220	380.078	10,1	334.132	351.473	5,2	11.088	28.605
Milho total	759.648	808.761	6,5	702.029	781.121	11,3	57.619	27.640
Milho 1ª safra	470.542	427.140	-9,2	452.808	399.500	-11,8	17.734	27.640
Sequeiro	454.252	417.295	-8,1	436.518	389.655	-10,7	17.734	27.640
Irrigado	16.290	9.845	-39,6	16.290	9.845	-39,6	0	0
Milho 2ª safra	289.106	381.621	32,0	249.221	381.621	53,1	39.885	0
Sequeiro	288.726	381.198	32,0	248.841	381.198	53,2	39.885	0
Irrigado	380	423	11,3	380	423	11,3	0	0
Soja	821.000	870.000	6,0	821.000	870.000	6,0	0	0
Sorgo granífero	61.475	57.945	-5,7	61.313	57.945	-5,5	162	0
Tomate	4.931	5.256	6,6	4.931	5.256	6,6	0	0
Tomate de mesa	4.931	5.256	6,6	4.931	5.256	6,6	0	0
Tomate para indústria	nd	nd	-	nd	nd	-	-	-
Trigo	nd	343	-	nd	343	-	-	-
Lavouras permanentes								
Banana	61.148	62.424	2,1	60.100	62.336	3,7	1.048	88
Cacau	544.068	556.727	2,3	533.529	556.727	4,3	10.539	0
Café	148.253	145.957	-1,5	147.874	145.957	-1,3	379	0
Castanha-de-cajú	19.832	20.779	4,8	19.595	20.660	5,4	237	119
Coco-da-baía	79.303	81.604	2,9	77.080	81.547	5,8	2.223	57
Dendê	41.579	nd	-	41.579	nd	-	-	-
Guaraná	6.003	6.197	3,2	5.993	6.197	3,4	10	0
Laranja	49.023	50.593	3,2	48.810	50.441	3,3	213	152
Mamão	15.560	13.611	-12,5	14.389	13.466	-6,4	1.171	145
Maracujá	8.857	nd	-	8.835	nd	-	22	-
Pimenta-do-reino	1.250	1.312	5,0	1.233	1.312	6,4	17	0
Sisal	223.364	226.458	1,4	217.464	220.558	1,4	5.900	5.900
Uva	3.407	3.422	0,4	3.407	3.422	0,4	0	0

Fonte: IBGE - PAM/LSPA/GCEA
Obs: "nd" significa que o dado não está disponível. normalmente em razão da cultura estar na entressafra

[1] A relação de produtos pesquisados pelo Levantamento Sistemático da Produção Agrícola (LSPA) corresponde a 94,4% do Valor Bruto de produção (VBP), segundo a Produção Agrícola Municipal (PAM) de 1996

[2] Estimativas do Grupo de Coordenação de Estatísticas Agropecuárias (GCEA), safra/2004 (dados sujeitos a retificação)

[3] Estimativas do Grupo de Coordenação de Estatísticas Agropecuárias (GCEA), dezembro/2005 (dados sujeitos a retificação)

[4] Eqüivale à área plantada menos a área colhida

Indústria

Produção física da indústria e dos principais gêneros - Bahia: Nov/2005

%

Classes e Gêneros	No mês[1]	Mensal[2]	Acumulado no ano[3]	Acumulado 12 meses[4]
Indústria Geral	1,6	1,0	3,5	4,2
Extrativa Mineral	0,9	-0,3	-3,3	-3,5
Indústria de Transformação	1,4	1,1	4,0	4,6
Alimentos e Bebidas	6,1	8,7	8,3	9,5
Celulose, papel e produtos de papel	5,5	77,9	15,7	11,0
Refino de petróleo e álcool	-0,2	-10,4	4,2	8,7
Produtos químicos	-0,2	-8,8	-0,8	-1,4
Borracha e plástico	-1,5	13,2	8,6	9,2
Minerais não metálicos	3,8	20,8	9,7	9,1
Metalurgia básica	-5,1	9,0	-0,6	-1,6
Veículos automotores	nd	7,1	32,3	37,2

Fonte: IBGE. Elaboração: CAC-SEI
Obs: "nd" significa que o dado não está disponível
[1] Variação observada no mês em relação ao mês imediatamente anterior, com ajuste sazonal
[2] Variação observada no mês em relação ao mesmo mês do ano anterior
[3] Variação acumulada observada até o mês do ano em relação ao mesmo período do ano anterior
[4] Variação acumulada observada nos útlimos 12 meses em relação aos 12 meses anteriores

Variação mensal do índice da indústria de transformação - Bahia: Nov/2004 - Nov/2005

%

Períodos	No mês[1]	Mensal[2]	Acumulado no ano[3]	Acumulado 12 meses[4]
Novembro 2004	3,2	32,4	10,4	8,9
Dezembro	-2,3	12,7	10,6	10,6
Janeiro	0,1	7,7	7,7	11,4
Fevereiro	-0,4	4,5	6,1	10,8
Março	1,1	-0,4	3,8	9,6
Abril	3,0	6,1	4,4	9,7
Maio	-3,2	0,3	3,5	8,6
Junho	6,3	-1,8	2,5	6,6
Julho	-1,2	9,2	3,5	6,9
Agosto	3,2	11,4	4,5	7,3
Setembro	-4,5	4,7	4,5	7,3
Outubro	-2,1	1,9	4,3	6,8
Novembro 2005	1,6	1,1	4,0	4,6

Fonte: IBGE. Elaboração: CAC-SEI
[1] Variação observada no mês em relação ao mês imediatamente anterior, com ajuste sazonal
[2] Variação observada no mês em relação ao mesmo mês do ano anterior
[3] Variação acumulada observada até o mês do ano em relação ao mesmo período do ano anterior
[4] Variação acumulada observada nos útlimos 12 meses em relação aos 12 meses anteriores

Energia

Variação percentual do consumo de energia elétrica por classe - Bahia: Nov/2005				%
Classes	No mês[1]	Mensal[2]	Acumulado no ano[3]	Acumulado 12 meses[4]
Rural/Irrigação	2,3	15,7	-2,1	-4,3
Residencial	2,0	4,7	6,7	6,6
Industrial[1]	-1,6	-5,5	9,3	9,6
Comercial	7,2	7,1	8,2	7,6
Utilidades públicas[2]	1,6	4,4	4,7	4,8
Setor público	7,2	16,3	7,6	6,7
Concessionária	3,3	6,7	5,1	3,8
Total	**0,6**	**0,0**	**7,7**	**7,7**

Fonte: COELBA/CO-CGM. Elaboração: CAC -SEI
[1] Consumo industrial corresponde à COELBA, CHESF, COPENE e MERCADO LIVRE
[2] Corresponde a Iluminação Pública, Água, Esgoto e Saneamento e tração elétrica
[3] Variação observada no mês em relação ao mês imediatamente anterior, com ajuste sazonal
[4] Variação observada no mês em relação ao mesmo mês do ano anterior
[5] Variação acumulada observada até o mês do ano em relação ao mesmo período do ano anterior
[6] Variação acumulada observada nos útlimos 12 meses em relação aos 12 meses anteriores

Serviços

Variação no volume de vendas no varejo [1] - Bahia: Nov/2005				%
Classes e Gêneros	No mês[1]	Mensal[2]	Acumulado no ano[3]	Acumulado 12 meses[4]
Comércio Varejista	1,19	3,33	7,26	7,26
Combustíveis e Lubrificantes	5,59	-16,63	-13,08	-13,08
Hipermercados, Supermercados, produtos Alimentícios, Bebidas e Fumo	0,70	3,80	7,58	7,58
Hipermercados e Supermercados	0,32	5,12	6,06	6,06
Tecidos, Vestuário e Calçados	3,46	15,83	17,51	17,51
Móveis e Eletrodomésticos	-2,99	22,23	43,04	43,04
Artigos farmacêuticos, médicos, ortopédicos, de perfumaria e cosméticos	nd	14,60	11,25	11,25
Livros, jornais, revistas e papelaria	nd	18,43	1,12	1,12
Equipamentos e materiais para escritório, informática e comunicação	nd	77,87	66,25	66,25
Outros artigos de uso pessoal e doméstico	nd	17,07	11,30	11,30
Veículos, Motos e Peças	7,73	10,83	9,52	9,52
Material de construção	nd	-4,60	-6,11	-6,11

Fonte: IBGE/ Diretoria de Pesquisas / Departamento de Comércio e Serviços
Obs: "nd" significa que o dado não está disponível
[1] Dados deflacionados pelo IPCA
[2] Variação observada no mês em relação ao mês imediatamente anterior, com ajuste sazonal
[3] Variação observada no mês em relação ao mesmo mês do ano anterior
[4] Variação acumulada observada até o mês do ano em relação ao mesmo período do ano anterior
[5] Variação acumulada observada nos útlimos 12 meses em relação aos 12 meses anteriores

Consultas e inadimplências junto ao Serviço de Proteção ao Crédito Salvador: Set/2002 – Set/2003

%

Períodos	Consultas			Inadimplências[1]		
	No mês[2]	Mensal[3]	Acumulado no ano[4]	No mês[2]	Mensal[3]	Acumulado no ano[4]
Setembro 2002	-25,5	-45,0	4,2	48,5	-94,8	-51,4
Outubro	3,6	-62,1	-7,4	-8,1	-88,3	-55,8
Novembro	-4,9	-62,9	-15,5	-7,4	-83,7	-57,8
Dezembro	11,8	-62,8	-22,1	-6,3	-95,2	-64,9
Janeiro 2003	-10,5	-46,3	-46,3	-25,2	-89,0	-89,0
Fevereiro	-12,5	-40,3	-43,6	-6,3	-90,5	-89,7
Março	-6,2	-49,4	-45,5	13,1	-89,2	-89,6
Abril	10,0	-50,5	-46,9	47,2	-80,7	-87,6
Maio	2,0	-54,2	-48,5	-22,1	-60,1	-85,5
Junho	-12,3	-28,4	-46,3	56,7	-38,4	-82,1
Julho	11,7	-28,4	-44,2	-33,9	-32,6	-80,1
Agosto	-3,7	-36,3	-43,4	-24,7	-16,0	-78,5
Setembro	3,3	-11,7	-41,0	214,2	77,7	-73,0

Fonte: Dados Primários SPC. Elaboração: SEI
[1] Novos Registros
[2] Variação observada no mês em relação ao mês imediatamente anterior
[3] Variação observada no mês em relação ao mesmo mês do ano anterior
[4] Variação acumulada observada até o mês do ano em relação ao mesmo período do ano anterior

Total de cheques compensados - Bahia: Dez/2004 - Dez/2005

%

Períodos	Quantidade			Valor		
	No mês[1]	Mensal[2]	Acumulado no ano[3]	No mês[1]	Mensal[2]	Acumulado no ano[3]
Dezembro 2004	0,3	-14,6	-5,9	18,5	2,6	6,3
Janeiro	-2,5	-6,5	-6,0	-6,4	6,9	6,9
Fevereiro	-9,7	-0,6	-3,8	-12,9	13,6	9,9
Março	10,8	-10,3	-6,1	8,0	-7,9	3,3
Abril	-12,5	-11,1	-7,3	-12,0	-8,7	0,3
Maio	12,4	-2,3	-6,3	11,9	-2,6	-0,3
Junho	-7,4	-7,9	-6,6	-5,6	-6,2	-1,3
Julho	-2,7	-11,9	-7,3	-2,9	-11,4	-2,8
Agosto	14,0	-2,7	-6,7	13,0	-3,5	-2,9
Setembro	-8,5	-0,1	-6,1	-7,6	-5,8	-3,2
Outubro	0,8	-1,3	-5,6	1,1	-8,6	-3,8
Novembro	-1,5	-10,1	-6,0	0,6	0,0	-3,5
Dezembro 2005	1,5	-9,0	-6,3	5,0	-11,3	-4,2

Fonte: Banco Central do Brasil
[1] Variação observada no mês em relação ao mês imediatamente anterior
[2] Variação observada no mês em relação ao mesmo mês do ano anterior
[3] Variação acumulada observada até o mês do ano em relação ao mesmo período do ano anterior

Indicadores Sociais

Emprego

Pesquisa de Emprego e Desemprego - PED
Taxas de desemprego e de participação
Região Metropolitana de Salvador - Dez/2005 %

Taxas	RMS	Salvador	Demais municípios
Desemprego Total	23,2	22,6	25,7
Desemprego aberto	13,6	12,9	16,9
Desemprego oculto	9,6	9,7	8,8
Participação (PEA/PIA)	61,8	62,3	60,0

Fonte: PED RMS-SEI/SETRAS/UFBA/DIEESE/SEADE

Taxa de desemprego aberto e taxa de participação
Região Metropolitana de Salvador: Jan/2004 - Dez/2005 %

Períodos	Taxa de desemprego aberto		Taxa de participação	
	RMS	Salvador	RMS	Salvador
Janeiro 2004	**14,9**	**14,3**	**62,4**	**63,3**
Fevereiro	14,9	14,1	62,0	63,1
Março	15,4	14,5	62,0	63,1
Abril	15,9	14,8	62,2	63,0
Maio	15,5	14,5	62,3	63,0
Junho	15,0	14,0	62,2	62,9
Julho	14,9	14,1	62,1	62,9
Agosto	14,9	14,1	62,1	63,0
Setembro	14,8	14,2	61,9	62,8
Outubro	14,5	13,9	61,9	63,1
Novembro	14,5	14,2	61,7	62,9
Dezembro	14,4	14,2	61,3	62,5
Janeiro 2005	**14,0**	**13,9**	**61,0**	**61,8**
Fevereiro	13,4	12,8	60,5	60,9
Março	14,0	13,0	60,4	60,6
Abril	14,9	13,7	60,3	60,7
Maio	15,5	14,4	60,7	61,2
Junho	15,1	13,9	60,7	61,5
Julho	14,5	13,3	61,1	61,7
Agosto	14,3	13,0	61,1	61,5
Setembro	14,1	13,2	61,5	61,7
Outubro	14,1	13,1	61,4	61,7
Novembro	13,9	13,0	61,7	62,0
Dezembro	13,6	12,9	61,8	62,3

Fonte: PED RMS-SEI/SETRAS/UFBA/DIEESE/SEADE

Estimativa da população total e economicamente ativa e dos inativos maiores de 10 anos, taxas globais de participação e taxa de desemprego total
Região Metropolitana de Salvador: Jan/2004 - Dez/2005

%

Períodos	População Economicamente Ativa (PEA)						Inativos maiores de 10 Anos		Taxas		População total[1]
	Total		Ocupados		Desempregados						
	Números absolutos[1]	Índice[2]	Números absolutos[1]	Índice[2]	Números absolutos[1]	Índice[2]	Números absolutos[1]	Índice[2]	Participação (PEA/PIA)	Desemprego total (DES/PEA)	
Janeiro 2004	**1.684**	**128,4**	**1.246**	**119,1**	**438**	**164,5**	**1.015**	**110,9**	**62,4**	**26,0**	**3.219**
Fevereiro	1.677	127,8	1.231	117,7	446	167,5	1.029	112,4	62,0	26,6	3.225
Março	1.681	128,1	1.232	117,8	449	168,6	1.031	112,6	62,0	26,7	3.230
Abril	1.691	128,9	1.240	118,5	451	169,4	1.027	112,2	62,2	26,7	3.236
Maio	1.697	129,3	1.261	120,6	436	163,8	1.030	112,5	62,3	25,7	3.242
Junho	1.699	129,5	1.266	121,0	433	162,6	1.032	112,7	62,2	25,5	3.247
Julho	1.700	129,6	1.270	121,4	430	161,5	1.039	113,5	62,1	25,3	3.253
Agosto	1.704	129,9	1.275	121,9	429	161,1	1.040	113,7	62,1	25,2	3.259
Setembro	1.702	129,7	1.275	121,9	427	160,4	1.048	114,5	61,9	25,1	3.264
Outubro	1.706	130,0	1.279	122,3	427	160,4	1.051	114,8	61,9	25,0	3.270
Novembro	1.705	130,0	1.275	121,9	430	161,5	1.059	115,7	61,7	25,2	3.275
Dezembro	1.698	129,4	1.277	122,1	421	158,1	1.071	117,0	61,3	24,8	3.281
Janeiro 2005	**1.693**	**129,0**	**1.273**	**121,7**	**420**	**157,7**	**1.083**	**118,3**	**61,0**	**24,8**	**3.287**
Fevereiro	1.683	128,3	1.269	121,3	414	155,5	1.099	120,1	60,5	24,6	3.293
Março	1.684	128,4	1.256	120,1	428	160,7	1.104	120,6	60,4	25,4	3.298
Abril	1.685	128,4	1.252	119,7	433	162,6	1.109	121,2	60,3	25,7	3.304
Maio	1.700	129,6	1.261	120,6	439	164,9	1.101	120,3	60,7	25,8	3.310
Junho	1.704	129,9	1.270	121,4	434	163,0	1.103	120,5	60,7	25,5	3.316
Julho	1.719	131,0	1.291	123,4	428	160,7	1.094	119,5	61,1	24,9	3.321
Agosto	1.723	131,3	1.299	124,2	424	159,2	1.096	119,8	61,1	24,6	3.327
Setembro	1.738	132,5	1.328	127,0	410	154,0	1.088	118,8	61,5	23,6	3.333
Outubro	1.739	132,5	1.334	127,5	405	152,1	1.093	119,4	61,4	23,3	3.339
Novembro	1.751	133,5	1.352	129,3	399	149,9	1.088	118,8	61,7	22,8	3.345
Dezembro	1.758	134,0	1.350	129,1	408	153,2	1.086	118,7	61,8	23,2	3.350
Variação mensal											
Dez-05/Nov-05		**0,4**		**-0,1**		**2,3**		**-0,1**	**0,2**	**1,8**	
Variação anual											
Dez-05/Dez-04		**3,5**		**5,7**		**-3,1**		**1,4**	**0,8**	**-6,5**	

[1] Em 1.000 pessoas. A partir de fevereiro/2001 as projeções da população foram ajustadas com base nos resultados do Censo 2000
[2] Base: Dezembro 1996 = 100

Distribuição dos ocupados por setor de atividade econômica no trimestre
Região Metropolitana de Salvador: Jan/2004 - Dez/2005

%

Períodos	Setores de atividade econômica						
	Indústria de transformação	Construção civil	Comércio	Serviços produção[1]	Serviços pessoais[2]	Serviços domésticos	Outros
Janeiro 2004	**8,5**	**5,1**	**16,7**	**31,9**	**26,7**	**10,0**	**1,1**
Fevereiro	8,5	4,9	16,5	32,3	26,8	9,7	1,3
Março	8,4	4,5	16,6	32,8	26,8	9,7	1,2
Abril	8,5	4,4	15,9	33,0	26,6	10,2	1,4
Maio	8,2	4,3	16,4	32,5	26,7	10,6	1,3
Junho	8,4	4,6	16,3	32,6	27,0	10,0	1,1
Julho	8,7	4,4	16,3	32,3	27,6	9,6	1,1
Agosto	9,2	4,4	16,2	33,2	26,9	8,8	1,3
Setembro	9,1	4,3	16,4	32,7	26,4	9,2	1,9
Outubro	8,9	4,5	16,5	32,6	26,2	9,4	1,9
Novembro	8,5	4,3	16,6	32,0	27,2	9,8	1,6
Dezembro	8,3	5,0	16,6	31,8	27,0	10,0	1,3
Janeiro 2005	**8,6**	**4,9**	**16,3**	**32,3**	**26,4**	**10,0**	**1,5**
Fevereiro	8,7	5,5	16,3	32,9	25,2	9,8	1,6
Março	8,8	5,4	15,9	33,7	25,6	9,1	1,5
Abril	8,9	5,7	16,4	32,5	26,3	8,9	1,3
Maio	9,1	5,1	16,0	31,5	27,7	9,2	1,4
Junho	9,2	4,8	16,2	31,2	27,5	9,6	1,5
Julho	9,3	4,1	16,2	31,8	27,4	9,7	1,5
Agosto	9,2	4,3	16,1	32,8	26,4	9,6	1,6
Setembro 2005	9,3	4,3	16,0	33,2	26,2	9,4	1,6
Outubro	9,1	4,3	15,7	33,3	26,5	9,4	1,7
Novembro	9,6	4,2	16,1	32,1	27,1	9,3	1,6
Dezembro	9,7	4,6	16,2	31,5	26,8	9,4	1,8

Fonte: PED RMS-SEI/SETRAS/UFBA/DIEESE/SEADE

[1] Incluem Transporte e armazenagem; Utilidade pública; Especializados; Adminstração pública, Forças Armardas e polícia; Creditícios e financeiros: Comunicação; diversão, radiodifusão, e teledifusão; Comércio, administração de valores mobiliários e de imóveis; Serviços auxiliares; Outros serviços de reparação e limpeza.

[2] Incluem Serviços pessoais diversos, alimentação, educação, saúde, serviços comunitários, oficinas de reparação mecânica e outros serviços

Distribuição dos ocupados por posição na ocupação no trimestre
Região Metropolitana de Salvador: Jan/2004 - Dez/2005

%

Períodos	Posição na ocupação									
	Assalariados				Autônomos			Empregador	Domésticos	Outros [1]
	Total	Ass. priv. c/carteira	Ass. priv. s/carteira	Ass. público	Total	Aut. trab. p/público	Aut. trab. p/empresa			
Janeiro 2004	**60,4**	**34,2**	**12,3**	**13,9**	**23,1**	**19,0**	**4,1**	**3,7**	**10,0**	**2,8**
Fevereiro	60,8	34,5	12,1	14,2	22,9	18,8	4,1	3,9	9,7	2,7
Março	60,8	34,9	11,7	14,2	22,5	18,7	3,8	3,9	9,7	3,0
Abril	60,1	34,4	11,8	13,9	22,8	18,7	4,1	4,0	10,2	2,9
Maio	59,3	33,9	11,7	13,7	23,0	19,3	3,7	4,1	10,6	3,0
Junho	59,1	33,8	11,7	13,6	23,9	20,0	3,9	4,2	10,0	2,9
Julho	59,2	34,4	10,9	13,9	23,9	20,0	3,9	4,2	9,6	3,0
Agosto	60,2	34,8	11,2	14,2	24,0	19,7	4,3	4,1	8,8	2,9
Setembro	59,4	34,4	10,9	14,1	24,4	19,5	4,9	4,3	9,2	2,7
Outubro	59,8	33,9	11,8	14,1	24,3	19,5	4,8	4,2	9,4	2,3
Novembro	60,0	34,4	11,8	13,8	23,9	19,1	4,8	4,1	9,8	2,2
Dezembro	60,3	34,6	12,1	13,6	23,4	19,1	4,3	4,0	10,0	2,3
Janeiro 2005	**60,3**	**35,7**	**11,5**	**13,1**	**23,4**	**19,2**	**4,2**	**4,2**	**10,0**	**2,1**
Fevereiro	60,5	36,0	11,2	13,3	23,3	19,3	4,0	4,4	9,8	2,0
Março	61,7	37,2	11,0	13,5	22,8	19,0	3,8	4,5	9,1	1,9
Abril	61,6	37,3	11,2	13,1	22,8	18,9	3,9	4,6	8,9	2,1
Maio	60,8	36,2	11,6	13,0	23,5	19,8	3,7	4,3	9,2	2,2
Junho	60,8	35,8	12,1	12,9	23,7	19,6	4,1	3,7	9,6	2,2
Julho	61,8	36,0	12,2	13,6	22,6	18,9	3,7	3,8	9,7	2,1
Agosto	62,1	36,5	12,0	13,6	22,3	18,4	3,9	3,9	9,6	2,1
Setembro 2005	62,2	36,7	11,4	14,1	22,0	18,4	3,6	4,2	9,4	2,2
Outubro	62,1	36,6	11,3	14,1	22,3	18,7	3,5	3,8	9,4	2,4
Novembro	62,6	37,2	11,2	14,1	22,0	18,4	3,5	3,6	9,4	2,4
Dezembro	62,4	37,7	11,6	13,2	22,6	19,0	3,7	3,2	9,5	2,3

Fonte: PED RMS-SEI/SETRAS/UFBA/DIEESE/SEADE

[1] Incluem trabalhadores familiares e donos de negócios familiares

Rendimento

Rendimento real trimestral dos ocupados e dos assalariados no trabalho principal
Região Metropolitana de Salvador: Jan/2004 - Nov/2005

R$

Períodos	Rendimento médio real					
	Ocupados[1]			Assalariados[2]		
	Valor Absoluto [3]		Índice[4]	Valor Absoluto [3]		Índice[4]
	Média	Mediana		Média	Mediana	
Janeiro 2004	**679**	**366**	**81,6**	**782**	**456**	**81,9**
Fevereiro	692	363	83,1	792	449	82,9
Março	702	361	84,3	803	446	84,1
Abril	673	351	80,9	778	438	81,5
Maio	679	355	81,6	788	442	82,5
Junho	672	356	80,8	782	453	81,9
Julho	673	364	80,9	765	452	80,2
Agosto	672	364	80,4	765	455	79,8
Setembro	669	360	79,6	770	450	79,9
Outubro	666	352	79,1	781	450	80,8
Novembro	655	352	77,1	770	440	79,0
Dezembro	650	355	76,1	754	442	76,9
Janeiro 2005	**686**	**370**	**79,6**	**790**	**456**	**80,0**
Fevereiro	714	391	82,6	812	475	81,9
Março	743	392	85,6	843	480	84,7
Abril	719	381	82,5	820	453	82,0
Maio	716	376	81,2	816	451	80,7
Junho	699	384	79,3	804	454	79,5
Julho	707	399	80,2	819	480	80,9
Agosto 2005	716	400	81,1	830	500	81,9
Setembro	720	402	80,9	834	499	81,8
Outubro	726	404	80,7	829	499	80,4
Novembro	719	401	79,6	830	500	80,1
Variação mensal						
Nov-05/Out-05	**-1,4**	**-1,2**	**-1,4**	**-0,4**	**-0,3**	**-0,4**
Variação no ano						
Nov-05/Dez-04	**4,6**	**6,9**	**4,6**	**4,0**	**7,0**	**4,0**
Variação anual						
Nov-05/Nov-04	**3,2**	**7,1**	**3,2**	**1,3**	**6,9**	**1,3**

Fonte: PED RMS-SEI/SETRAS/UFBA/DIEESE/SEADE.

[1] Exclusive os assalariados e os empregados domésticos assalariados que não tiveram remuneração no mês, os trabalhadores tamiliares sem remuneração salarial e os trabalhadores que ganharam exclusivamente em espécie ou benefício.

[2] Exclusive os assalariados que não tiveram remuneração no mês.

[3] Inflator utilizado - IPC-SEI. Valores em Reais de Novembro 2004.

[4] Índice de variação da média. Base: Dezembro -1996 =100.

Rendimento real médio trimestral dos ocupados por grau de instrução[1]
Região Metropolitana de Salvador: Jan/2004 - Nov/2005

R$

Períodos	Rendimento real médio trimestral dos ocupados por grau de instrução				
	Analfabetos	1º grau incompleto	1º grau completo/ 2º incompleto	2º grau completo/ 3º incompleto	3º grau completo
Janeiro 2004	**255**	**339**	**442**	**705**	**2.021**
Fevereiro	238	327	428	731	2.039
Março	226	318	419	746	2.041
Abril	209	313	397	726	2.008
Maio	219	309	400	697	2.135
Junho	239	321	399	672	2.152
Julho	251	325	408	668	2.081
Agosto	262	337	418	681	2.069
Setembro	274	325	416	685	1.974
Outubro	287	307	403	686	2.034
Novembro	260	299	386	688	2.021
Dezembro	239	317	406	701	2.032
Janeiro 2005	**236**	**338**	**409**	**737**	**2.124**
Fevereiro	253	346	434	752	2.110
Março	269	346	439	762	2.182
Abril	272	340	443	732	2.154
Maio	270	351	443	729	2.210
Junho	252	358	426	718	2.194
Julho	261	363	429	740	2.173
Agosto 2005	280	370	429	754	2.141
Setembro	278	361	429	760	2.097
Outubro	256	356	435	773	2.133
Novembro	243	341	442	760	2.126

Fonte: PED RMS-SEI/SETRAS/UFBA/DIEESE/SEADE
[1] Inflator utilizado - IPC-SEI. Valores em reais de Novembro de 2005

Rendimento real médio trimestral dos assalariados no setor privado por setor de atividade econômica e carteira de trabalho assinada e não assinada pelo atual empregador[1]
Região Metropolitana de Salvador: Jan/2004 - Nov/2005 R$

Períodos	Rendimento real médio trimestral dos assalariados no setor privado					
	Total	Setor de atividade			Carteira de trabalho	
		Indústria	Comércio	Serviços	Assinada	Não-assinada
Janeiro 2004	**633**	**887**	**479**	**618**	**716**	**392**
Fevereiro	649	985	484	616	735	384
Março	648	956	493	616	738	372
Abril	633	926	481	611	718	378
Maio	628	890	483	615	711	385
Junho	632	865	483	622	707	381
Julho	630	836	498	619	715	358
Agosto	644	891	506	626	726	372
Setembro	641	886	516	622	728	388
Outubro	638	907	517	619	720	392
Novembro	628	848	515	620	711	380
Dezembro	634	821	498	639	715	373
Janeiro 2005	**671**	**908**	**504**	**676**	**754**	**389**
Fevereiro	683	910	508	689	764	396
Março	715	1041	541	689	797	421
Abril	693	992	525	662	775	421
Maio	690	970	537	665	775	427
Junho	662	857	535	655	742	409
Julho	666	874	564	649	746	407
Agosto 2005	673	923	547	652	748	414
Setembro	685	1011	545	650	762	423
Outubro	689	1011	529	656	768	418
Novembro	696	1015	569	655	777	418

Fonte: PED RMS-SEI/SETRAS/UFBA/DIEESE/SEADE
[1] Inflator utilizado - IPC-SEI. Valores em reais de Novembro de 2005

Distribuição do rendimento real trimestral entre os ocupados e os assalariados no trabalho principal [1]
Região Metropolitana de Salvador: Jan/2004 - Nov/2005 R$

Períodos	Rendimento real trimestral									
	Ocupados[2]					Assalariados[3]				
	10% ganham até	25% ganham até	50% ganham até	75% ganham até	90% ganham até	10% ganham até	25% ganham até	50% ganham até	75% ganham até	90% ganham até
Janeiro 2004	**103**	**246**	**359**	**717**	**1.524**	**244**	**288**	**447**	**823**	**1.626**
Fevereiro	122	243	356	717	1.530	243	284	440	845	1.691
Março	102	242	354	711	1.546	241	284	437	863	1.810
Abril	101	240	344	700	1.508	240	281	429	807	1.620
Maio	101	243	352	705	1.521	243	285	439	815	1.666
Junho	101	243	354	704	1.503	243	300	450	805	1.611
Julho	101	260	364	709	1.509	260	300	452	805	1.600
Agosto	101	260	364	707	1.506	260	300	455	808	1.607
Setembro	101	260	360	707	1.513	260	300	450	808	1.707
Outubro	100	260	352	700	1.511	260	300	450	843	1.712
Novembro	101	260	352	700	1.500	260	300	440	808	1.616
Dezembro	101	260	355	700	1.500	260	300	442	811	1.522
Janeiro 2005	**120**	**260**	**370**	**711**	**1.511**	**260**	**302**	**456**	**847**	**1.622**
Fevereiro	131	260	391	799	1.516	260	303	475	900	1.700
Março	150	261	392	800	1.611	260	302	480	903	1.813
Abril	130	261	381	763	1.513	260	301	453	899	1.765
Maio	121	262	376	723	1.524	262	303	451	812	1.803
Junho	121	263	384	708	1.517	263	300	454	809	1.698
Julho	120	299	399	760	1.502	299	300	480	889	1.787
Agosto 2005	121	302	403	805	1.561	302	322	503	906	1.761
Setembro	120	300	402	800	1.600	300	332	499	907	1.800
Outubro	150	300	404	790	1.526	300	325	499	909	1.729
Novembro	150	300	401	753	1.523	300	321	500	900	1.762

Fonte: PED RMS-SEI/SETRAS/UFBA/DIEESE/SEADE
[1] Inflator utilizado - IPC-SEI. Valores em reais de Novembro de 2005
[2] Exclusive os assalariados e os empregados domésticos assalariados que não tiveram remuneração no mês, os trabalhadores familiares sem remuneração salarial e os trabalhadores que ganharam exclusivamente em espécie ou benefício
[3] Exclusive os assalariados que não tiveram remuneração no mês

Emprego Formal

Flutuação Mensal do Emprego
Bahia: Jan/2004 - Dez/2005

Períodos	Saldo líquido (Admissões – desligamentos)				
	Total[1]	Ind. tranformação	Const. civil	Comércio	Serviços
2004	**52.724**	**14.686**	**187**	**14.648**	**20.957**
Janeiro	9.206	1.804	2.198	1.092	2.166
Fevereiro	2.628	458	-1.544	913	1.544
Março	-133	-744	-848	-309	2.112
Abril	5.184	2.525	67	801	-526
Maio	11.115	2.521	506	1.875	2.458
Junho	5.016	1.174	-630	1.445	541
Julho	7.967	2.164	233	1.083	2.773
Agosto	8.173	2.319	868	1.801	2.810
Setembro	5.493	2.792	820	1.483	2.333
Outubro	1.764	968	-659	1.695	2.260
Novembro	1.498	-581	164	2.631	3.268
Dezembro	-5.187	-714	-988	138	-782
2005	**63.952**	**10.810**	**9.507**	**15.552**	**28.003**
Janeiro	4.882	1.133	1.455	1.269	1.299
Fevereiro	3.112	786	-640	717	1.111
Março	6.426	1.665	1.418	-154	2.847
Abril	9.387	1.334	1.061	1.001	4.806
Maio	9.511	810	1.093	1.557	1.488
Junho	9.807	1.576	787	2.348	2.720
Julho	7.377	540	2.454	735	3.458
Agosto	6.047	464	1.961	1.465	3.713
Setembro	5.975	2.354	1.616	1.604	2.322
Outubro	4.564	1.448	-577	1.785	3.166
Novembro	2.655	-374	211	2.360	2.539
Dezembro	-5.791	-926	-1.332	865	-1.466
Jan/ 05 - Dez/05	**63.952**	**10.810**	**9.507**	**15.552**	**28.003**

Fonte: MTE - Cadastro de Empregados e Desempregados - Lei 4.923/65 - Perfil do Estabelecimento
[1] Incluem todos os setores. Dados preliminares

Flutuação Mensal do Emprego
Região Metropolitana de Salvador: Jan/2004 - Dez/2005

Períodos	Saldo líquido (Admissões – desligamentos)				
	Total[1]	Ind. tranformação	Const. civil	Comércio	Serviços
2004	**23.824**	**5.238**	**812**	**5.829**	**12.949**
Janeiro	4.607	737	2.078	448	1.349
Fevereiro	-1.413	-467	-2.114	428	789
Março	1.117	190	-297	-314	1.686
Abril	-718	312	47	151	-1.096
Maio	2.802	619	164	607	1.503
Junho	505	796	-444	466	-70
Julho	3.513	1.015	486	529	1.572
Agosto	4.008	761	1.003	727	1.584
Setembro	3.460	654	602	814	1.514
Outubro	2.345	424	-464	661	1.587
Novembro	4.300	270	-5	1.416	2.642
Dezembro	-702	-73	-244	-104	-111
2005	**36.057**	**3.555**	**6.414**	**5.322**	**21.610**
Janeiro	-175	389	760	450	783
Fevereiro	974	-174	-343	358	1.199
Março	3.358	547	785	-199	1.959
Abril	4.514	647	516	256	2.882
Maio	1.713	-39	562	293	479
Junho	3.253	425	543	611	1.615
Julho	5.217	563	1.883	-69	2.702
Agosto	5.547	252	1.429	419	3.203
Setembro	5.145	725	1.119	876	2.325
Outubro	4.419	481	-66	859	2.832
Novembro	2.932	-2	-350	1.147	2.098
Dezembro	-840	-259	-424	321	-467
Jan/ 05 - Dez/05	**36.057**	**3.555**	**6.414**	**5.322**	**21.610**

Fonte: MTE - Cadastro de Empregados e Desempregados - Lei 4.923/65 - Perfil do Estabelecimentoo
[1] Incluem todos os setores. Dados preliminares

Finanças Públicas

União

Demonstrativo das Receitas da União
Orçamentos fiscal e da Seguridade Social: Jan - Nov/2005

R$ 1.000

Receitas	Previsão inicial (a)	Previsão atualizada (b)	Receitas realizadas				Saldo a realizar (b-d)
			Out-Nov/ 2005 (c)	% (c/b)	Jan a Nov/ 2005 (d)	% (d/b)	
Receitas Correntes	**514.206.446**	**514.206.446**	**91.813.466**	**17,9**	**466.503.848**	**90,7**	**47.702.598**
Receita Tributária	147.418.884	147.418.884	25.080.028	17,0	136.184.115	92,4	11.234.769
Receita de Contribuições	318.753.568	318.753.568	54.734.126	17,2	276.289.579	86,7	42.463.989
Receita Patrimonial	13.799.462	13.799.462	1.332.106	9,7	12.262.961	88,9	1.536.501
Receita Agropecuária	19.349	19.349	2.974	15,4	17.620	91,1	1.729
Receita Industrial	676.011	676.011	81.961	12,1	445.438	65,9	230.573
Receita de Serviços	20.752.799	20.752.799	3.537.567	17,0	21.474.850	103,5	(722.051)
Transferências Correntes	475.127	475.127	28.466	6,0	112.614	23,7	362.513
Outras Receitas Correntes	12.311.246	12.311.246	7.016.238	57,0	19.716.671	160,2	(7.405.425)
Receitas de Capital	**156.361.503**	**156.361.503**	**17.399.368**	**11,1**	**113.503.042**	**72,6**	**42.858.461**
Operações de Crédito	100.804.832	100.804.832	8.039.507	8,0	71.412.148	70,8	29.392.684
Alienação de Bens	4.651.596	4.651.596	98.456	2,1	818.985	17,6	3.832.611
Amortizações de Empréstimos	27.675.693	27.675.693	3.590.276	13,0	17.088.330	61,7	10.587.363
Transferências de Capital	69.448	69.448	8.749	12,6	29.586	42,6	39.862
Outras Receitas de Capital	23.159.934	23.159.934	5.662.380	24,4	24.153.993	104,3	(994.059)
Subtotal das Receitas (I)	**670.567.949**	**670.567.949**	**109.212.834**	**16,3**	**580.006.890**	**86,5**	**90.561.059**
Operações de Crédito - Refinanciamento (II)	935.835.222	935.835.222	95.231.219	10,2	480.441.831	51,3	455.393.391
Operações de Crédito Internas	886.280.422	886.280.422	94.114.321	10,6	463.216.967	52,3	423.063.455
Operações de Crédito Externas	49.554.800	49.554.800	1.116.898	2,3	17.224.864	34,8	32.329.936
Subtotal com Refinanciamento (III) = (I+II)	**1.606.403.171**	**1.606.403.171**	**204.444.052**	**12,7**	**1.060.448.721**	**66,0**	**545.954.450**
Déficit (IV)	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**
Total (IIII+IV)	**1.606.403.171**	**1.606.403.171**	**204.444.052**	**12,7**	**1.060.448.721**	**66,0**	**545.954.450**
Saldos de Exercícios Anteriores	**-**	**-**	**-**	**-**		**-**	**-**

Fonte: SIAFI - STN/CCONT/GEINC

Demonstrativo das Despesas da União
Orçamentos fiscal e da Seguridade Social: Jan-Nov/2005

R$ 1.000

Despesas	Dotação inicial (a)	Créditos adicionais (b)	Dotação atualizada (c)=(a+b)	Despesas empenhadas		Despesas liquidadas		% (g/c)	Saldo a liquidar (c-g)
				Out-Nov/ 2005 (d)	Jan-Nov/ 2005 (e)	Out-Nov/ 2005 (f)	Jan-Nov/ 2005 (g)		
Despesas Correntes	**528.063.928**	**8.053.236**	**536.117.164**	**20.562.569**	**507.241.246**	**87.829.554**	**434.428.255**	**81,0**	**101.688.909**
Pessoal e Encargos Sociais	98.109.568	1.955.458	100.065.026	7.986.029	89.031.378	17.594.406	83.415.064	83,4	16.649.962
Juros e Encargos da Dívida	110.834.622	(784)	110.833.838	147.432	109.859.602	18.830.973	79.654.565	71,9	31.179.273
Outras Despesas Correntes	319.119.738	6.098.562	325.218.300	12.429.108	308.350.266	51.404.175	271.358.626	83,4	53.859.674
Transf. a Estados, DF e Munícipios	109.614.525	3.259.902	112.874.427	3.054.590	110.885.613	16.524.595	94.552.060	83,8	18.322.367
Benefícios Previdenciários	135.439.838	-	135.439.838	2.722.361	133.366.690	11.550.797	119.427.260	88,2	16.012.578
Demais Despesas Correntes	74.065.375	2.838.660	76.904.035	6.652.157	64.097.963	23.328.783	57.379.306	74,6	19.524.729
Despesas de Capital	**121.372.275**	**4.122.635**	**125.494.910**	**7.386.427**	**96.338.239**	**13.075.074**	**58.643.723**	**46,7**	**66.851.187**
Investimentos	21.358.701	1.302.539	22.661.240	2.895.435	9.562.691	1.517.416	3.749.061	16,5	18.912.179
Inversões Financeiras	33.764.760	323.454	34.088.214	1.559.217	21.063.515	3.733.995	15.955.941	46,8	18.132.273
Amortização da Dívida	66.248.814	2.496.642	68.745.456	2.931.775	65.712.033	7.823.663	38.938.721	56,6	29.806.735
Reserva de Contingência	**21.618.689**	**(484.033)**	**21.134.656**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**21.134.656**
Subtotal das Despesas (I)	**671.054.892**	**11.691.838**	**682.746.730**	**27.948.996**	**603.579.485**	**100.904.628**	**493.071.978**	**72,2**	**189.674.752**
Amortização da Dívida - Refinanciamento (II)	**935.348.279**	**0**	**935.348.279**	**10.029**	**929.023.528**	**81.655.107**	**447.674.231**	**47,9**	**487.674.048**
Refinanciamento da Dívida Mobiliária	**926.954.230**	**0**	**926.954.230**	**-**	**920.643.390**	**81.579.624**	**444.851.086**	**48,0**	**482.103.144**
Refinanciamento de Outras Dívidas	**8.394.049**	**0**	**8.394.049**	**10.029**	**8.380.138**	**75.483**	**2.823.145**	**33,6**	**5.570.904**
Subtotal com Refinanciamento (III) = (I+II)	**1.606.403.171**	**11.691.838**	**1.618.095.009**	**27.959.025**	**1.532.603.013**	**182.559.735**	**940.746.209**	**58,1**	**677.348.800**
Superávit (IV)	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**119.702.512**	**-**	**-**
Total (III+IV)	**1.606.403.171**	**11.691.838**	**1.618.095.009**	**27.959.025**	**1.532.603.013**	**182.559.735**	**1.060.448.721**	**-**	**677.348.800**

Fonte: SIAFI - STN/CCONT/GEINC

Estado

Balanço Orçamentário - Receita
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social: Jan - Out/2005

R$ 1.000

Receitas	Previsão inicial	Previsão atualizada	Receitas realizadas				Saldo a realizar (a-c)
			Bim. Set-Out	%	No exercício	%	
		(a)	(b)	(b/a)	(c)	(c/a)	
Receitas Correntes	13.382.064	14.137.991	2.406.645	17,02	11.275.076	79,75	2.862.915
Receita Tributária	7.760.919	7.442.689	1.389.970	18,68	6.298.831	84,63	1.143.858
Impostos	7.556.067	7.237.837	1.344.392	18,57	6.101.276	84,30	1.136.560
Taxas	204.852	204.852	45.578	22,25	197.555	96,44	7.298
Receita de Contribuições	1.133.301	1.520.155	236.790	15,58	1.176.581	77,40	343.575
Contribuições Sociais	1.133.301	1.520.155	236.790	15,58	1.176.581	77,40	343.575
Contribuições Econômicas	-	-	-	-	-	-	-
Receita Patrimonial	207.269	208.350	32.053	15,38	147.595	70,84	60.755
Receitas Imobiliárias	24.962	26.043	1.418	5,45	4.858	18,65	21.186
Receitas de Valores Mobiliários	174.026	174.026	30.127	17,31	140.195	80,56	33.830
Receitas de Concessões e Permissões	3.266	3.266	506	15,50	2.538	77,72	728
Outras Receitas Patrimoniais	5.015	5.015	1	0,01	4	0,08	5.011
Receita Agropecuária	1.213	1.213	-	-	13	1,07	1.200
Receita da Produção Vegetal	-	-	-	-	-	-	-
Receita da Produção Animal e Derivados	1.007	1.007	-	-	13	1,29	994
Outras Receitas Agropecuárias	206	206	-	-	-	-	206
Receita Industrial	94	94	-	-	-	-	94
Receita da Indústria de Transformação	94	94	-	-	-	-	94
Receita de Serviços	72.751	91.802	16.018	17,45	43.529	47,42	48.273
Receita de Serviços	72.751	91.802	16.018	17,45	43.529	47,42	48.273
Transferências Correntes	4.937.920	5.009.980	707.496	14,12	3.816.271	76,17	1.193.709
Transferências Intragovernamentais	-	-	-	-	-	-	-
Transferências Intergovernamentais	4.782.853	4.844.389	736.364	15,20	3.768.176	77,78	1.076.214
Transferências de Instituições Privadas	-	-	-	-	-	-	-
Transferências do Exterior	11.067	3.609	-	-	2.352	65,17	1.257
Transferências de Convênios	144.000	161.982	(28.868)	(17,82)	45.743	28,24	116.239
Outras Receitas Correntes	488.408	1.083.518	229.354	21,17	779.957	71,98	303.562
Multas e Juros de Mora	117.525	117.525	58.205	49,53	133.741	113,80	(16.216)
Indenizações e Restituições	31.845	31.845	1.420	4,46	15.440	48,48	16.406
Receita da Dívida Ativa	6.600	6.600	12.136	183,88	16.643	252,17	(10.043)
Receitas Correntes Diversas	332.438	927.548	157.593	16,99	614.133	66,21	313.416
Conta Retificadora da Receita Orçamentária	(1.219.811)	(1.219.811)	(205.035)	16,81	(987.701)	80,97	(232.110)
Receitas de Capital	1.126.855	1.129.914	38.765	3,43	206.065	18,24	923.850
Operações de Crédito	799.782	799.782	34.800	4,35	158.682	19,84	641.100
Operações de Crédito Internas	414.645	414.645	23.621	5,70	75.732	18,26	338.913
Operações de Crédito Externas	385.137	385.137	11.179	2,90	82.950	21,54	302.187
Alienação de Bens	145.615	147.864	570	0,39	32.989	22,31	114.876
Alienação de Bens Móveis	141.970	143.414	86	0,06	30.787	21,47	112.627
Alienação de Bens Imóveis	3.645	4.451	484	10,88	2.202	49,48	2.249
Amortização de Empréstimos	3.000	3.229	590	18,28	2.345	72,62	884
Amortização de Empréstimos Imobiliários	3.000	3.229	590	18,28	2.345	72,62	884
Transferências de Capital	175.008	175.589	2.806	1,60	12.049	6,86	163.540
Transferências Intragovernamentais	-	-	-	-	-	-	-
Transferências Intergovernamentais	-	-	-	-	-	-	-
Transferências de Instituições Privadas	72	72	-	-	-	-	72
Transferências do Exterior	160	160	-	-	-	-	160
Transferências de Convênios	174.776	175.357	2.806	1,60	12.049	6,87	163.308
Outras Receitas de Capital	3.450	3.450	-	-	-	-	3.450
Outras Receitas	3.450	3.450	-	-	-	-	3.450
Subtotal das Receitas (I)	14.508.919	15.267.905	2.445.410	16,02	11.481.141	75,20	3.786.765
Operações de Crédito - Refinanciamento (II)	-	-	-	-	-	-	-
Operações de Crédito Internas	-	-	-	-	-	-	-
Para Refinanciamento da Dívida Mobiliária	-	-	-	-	-	-	-
Para Refinanciamento de Outras Dívidas	-	-	-	-	-	-	-
Operações de Crédito Externas	-	-	-	-	-	-	-
Para Refinanciamento da Dívida Mobiliária	-	-	-	-	-	-	-
Para Refinanciamento de Outras Dívidas	-	-	-	-	-	-	-
Subtotal com Refinanciamentos (III=(I+II)	14.508.919	15.267.905	2.445.410	16,02	11.481.141	75,20	3.786.765
Déficit (IV)	-	-	-	-	-	-	-
Total (V)= (III+IV)	14.508.919	15.267.905	2.445.410	16,02	11.481.141	75,20	3.786.765
Saldos de Exercícios Anteriores	-	-	-	-	218.201	-	-

Fonte:SEFAZ/SICOF/SAF/DICOP.

Balanço Orçamentário - Despesa
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social: Jan - Out/2005

R$ 1.000

Despesas	Dotação inicial	Créditos adicionais	Dotação atualizada	Despesas empenhadas		Despesas liquidadas		Saldo
				Bim. Set-Out	No exercício	Bim. Set-Out	No exercício	
Despesas Correntes	**11.851.823**	**614.804**	**12.466.627**	**2.012.197**	**9.513.275**	**2.069.487**	**9.339.901**	**3.126.726**
Pessoal e Encargos	5.736.607	395.079	6.131.687	952.944	4.766.559	1.007.840	4.757.092	1.374.594
Juros e Encargos da Dívida	778.269	(114.231)	664.038	101.361	471.201	101.361	471.201	192.837
Outras Despesas Correntes	5.336.947	333.955	5.670.902	957.892	4.275.414	960.287	4.111.607	1.559.295
Despesas de Capital	**2.625.596**	**169.749**	**2.795.345**	**329.969**	**1.463.553**	**365.401**	**1.441.938**	**1.353.407**
Investimentos	1.544.975	215.508	1.760.483	146.808	624.275	145.409	565.828	1.194.655
Inversões Financeiras	216.460	(107.700)	108.760	16.284	80.084	16.166	79.967	28.793
Amortização da Dívida	864.161	61.941	926.102	166.877	759.194	203.826	796.143	129.959
Reserva de Contingência	**31.500**	**(25.566)**	**5.934**	**-**	**-**	**-**	**-**	**5.934**
Subtotal das Despesas (VIII)	14.508.919	758.986	15.267.905	2.342.166	10.976.828	2.434.888	10.781.838	4.486.067
Amortização da Dívida-Refinanciamento (IX)	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**
Amortização da Dívida Interna	-	-	-	-	-	-	-	-
Dívida Mobiliária	-	-	-	-	-	-	-	-
Outras Dívidas	-	-	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida Externa	-	-	-	-	-	-	-	-
Dívida Mobiliária	-	-	-	-	-	-	-	-
Outras Dívidas	-	-	-	-	-	-	-	-
Subtotal com Refinanciamento (X)=(VIII+IX)	**14.508.919**	**758.986**	**15.267.905**	**2.342.166**	**10.976.828**	**2.434.888**	**10.781.838**	**4.486.067**
Superávit (XI)	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**699.302**	**-**
Total (XII)=X+XI	**14.508.919**	**758.986**	**15.267.905**	**2.342.166**	**10.976.828**	**2.434.888**	**11.481.141**	**4.486.067**

Fonte: SEFAZ/SICOF/SAF/DICOP.

Receita tributária mensal - Bahia: Jan/2004 - Nov/2005

R$ 1.000

Mês	ICMS		Outras		Total	
	2004	2005	2004	2005	2004	2005
Janeiro	484.463	636.043	37.074	30.157	521.538	666.200
Fevereiro	438.218	525.513	45.857	63.017	484.075	588.530
Março	468.157	486.953	46.489	48.790	514.646	535.743
Abril	699.160	526.342	48.642	67.908	747.802	594.250
Maio	532.332	601.883	54.678	66.249	587.009	668.132
Junho	531.331	616.439	63.295	65.828	594.626	682.267
Julho	554.265	514.707	65.912	85.607	620.176	600.314
Agosto	577.960	490.534	60.630	82.891	638.590	573.425
Setembro	567.226	625.826	57.974	77.998	625.200	703.824
Outubro	649.095	634.026	44.657	52.120	693.752	686.146
Novembro	513.166	618.966	37.186	49.475	550.352	668.441
Dezembro	610.156		71.658		681.814	
Total	**6.625.528**		**634.052**		**7.259.580**	

Fonte: SEFAZ - Balancetes mensais
Elaboração: SEI.

Arrecadação mensal da Receita Tributária[1] - Bahia: Jan/2004 - Nov/2005 R$ 1.000

Mês	ICMS		Outras		Total	
	2004	2005	2004	2005	2004	2005
Janeiro	545.189	641.288	41.722	30.406	586.911	671.694
Fevereiro	487.861	527.712	51.052	63.281	538.913	590.993
Março	516.376	484.213	51.277	48.515	567.653	532.728
Abril	762.427	520.749	53.043	67.186	815.470	587.935
Maio	572.138	597.004	58.767	65.712	630.905	662.716
Junho	563.805	614.202	67.164	65.589	630.969	679.791
Julho	581.539	514.917	69.155	85.642	650.694	600.559
Agosto	598.554	494.621	62.790	83.582	661.344	578.203
Setembro	584.609	631.875	59.751	78.752	644.360	710.627
Outubro	665.453	636.123	45.782	52.292	711.235	688.416
Novembro	521.801	618.966	37.812	49.475	559.612	668.441
Dezembro	617.224		72.488		689.712	
Total	**7.016.976**		**670.802**		**7.687.778**	

Fonte: SEFAZ/SICOF/SAF/D
Elaboração: SEI.
[1] Valores atualizados a preços de novembro/05 pelo IGP-DI/FGV.ICOP

Transferências constitucionais da União para Bahia : Jan/2004 Nov/2005 R$ 1.000

Ano e Mês	Receitas											
	FPE		IPI-EXP		CIDE		FUNDEF UNIÃO		Outras		Total	
	No mês	Até o mês	No mês	Até o mês	No mês	Até o mês	No mês	Até o mês	No mês	Até o mês	No mês	Até o mês
2004												
Janeiro	167.381	167.381	8.168	8.168	-	-	16.493	16.493	6.713	6.713	198.756	198.756
Fevereiro	182.797	350.177	8.958	17.126	-	-	17.831	34.324	6.713	13.426	216.298	415.054
Março	147.937	498.114	8.358	25.483	-	-	14.736	49.060	6.713	20.140	177.744	592.797
Abril	162.956	661.070	10.286	35.769	-	-	16.187	65.247	32.539	52.678	221.968	814.765
Maio	189.788	850.858	10.070	45.840	-	-	18.614	83.862	6.713	59.391	225.186	1.039.951
Junho	123.200	974.059	9.851	55.691	-	-	12.557	96.419	6.713	66.105	152.322	1.192.273
Julho	128.121	1.102.180	10.563	66.254	-	-	39.035	135.454	6.713	72.818	184.432	1.376.705
Agosto	166.683	1.268.862	11.093	77.346	-	-	16.562	152.016	9.217	82.035	203.554	1.580.259
Setembro	144.339	1.413.202	10.708	88.054	-	-	14.516	166.532	9.217	91.251	178.780	1.759.039
Outubro	154.466	1.567.668	11.230	99.284	21.103	21.103	15.459	181.991	9.217	100.468	211.476	1.970.515
Novembro	153.985	1.721.653	11.106	110.390	-	21.103	15.410	197.401	9.217	109.685	189.717	2.160.232
Dezembro	190.056	1.911.709	11.312	121.702	-	21.103	14.426	211.827	9.217	118.901	225.011	2.385.243
2005												
Janeiro	213.700	213.700	10.766	10.766	21.084	21.084	17.367	17.367	9.217	9.217	272.134	272.134
Fevereiro	187.072	400.772	9.167	19.933	-	21.084	15.236	32.603	9.217	18.433	220.692	492.826
Março	179.413	580.185	9.168	29.101	-	21.084	14.592	47.196	9.217	27.650	212.389	705.215
Abril	194.791	774.976	10.609	39.710	21.274	42.358	15.788	62.984	9.217	36.867	251.680	956.895
Maio	219.866	994.842	10.347	50.057	-	42.358	17.453	80.437	9.217	46.083	256.883	1.213.778
Junho	213.015	1.207.857	8.594	58.651	-	42.358	17.116	97.553	9.217	55.300	247.942	1.461.720
Julho	174.920	1.382.778	8.756	67.407	22.431	64.789	14.183	111.736	9.217	64.517	229.507	1.691.227
Agosto	179.965	1.562.743	10.832	78.239	-	64.789	14.653	126.389	9.217	73.733	214.666	1.905.894
Setembro	150.327	1.713.070	10.620	88.859	-	64.789	12.357	138.746	9.217	82.950	182.521	2.088.415
Outubro	174.078	1.887.148	11.491	100.350	22.385	87.175	14.224	152.970	9.217	92.167	231.395	2.319.810
Novembro	210.430	2.097.578	11.895	112.245	-	87.175	17.045	170.015	9.217	101.383	248.586	2.568.396

Fonte: MINFAZ/STN
Elaboração: SEI
Nota: A partir de 1998, dos valores do FPM, FPE, IPI-Exportação e ICMS LC 87/96, já está descontada a parcela de 15% (quinze por cento) destinada ao FUNDEF.

Município

Balanço Orçamentário[1]
Orçamentos fiscal e da seguridade social: Jan-Out/2005

R$ 1.000

Receitas	Previsão inicial	Previsão atualizada (a)	Receitas realizadas				Saldo a realizar (b-c)
			Set-Out/ 2005 (b)	% (b/a)	Jan a Out/ 2005 (c)	% (c/a)	
Receitas Correntes	**1.590.281**	**1.590.730**	**226.887**	**14,3**	**1.156.269**	**72,7**	**434.461**
Receita Tributária	559.548	559.548	77.316	13,8	426.074	76,1	133.474
Impostos	470.000	470.000	69.040	14,7	363.081	77,3	106.919
Taxas	89.548	89.548	8.093	9,0	62.131	69,4	27.417
Outras Receitas Tributárias	-	-	183	-	862	-	(862)
Receita de Contribuições	118.300	118.300	10.845	9,2	55.425	46,9	62.875
Contribuições Sociais	83.500	83.500	4.030	4,8	21.007	25,2	62.493
Contribuições Econômicas	34.800	34.800	6.815	19,6	34.418	98,9	382
Receita Patrimonial	50.602	50.602	4.570	9,0	25.318	50,0	25.284
Receitas Imobiliárias	2.320	2.320	165	7,1	892	38,4	1.428
Receitas de Valores Mobiliários	14.737	14.737	3.330	22,6	17.860	121,2	(3.123)
Receitas de Concessões e Permissões	32.495	32.495	1.075	3,3	6.564	20,2	25.931
Outras Receitas Patrimoniais	1.050	1.050	-	-	2	0,2	1.048
Receita de Serviços	15.912	16.361	202	1,2	1.044	6,4	15.317
Receita de Serviços	15.912	16.361	202	1,2	1.044	6,4	15.317
Transferências Correntes	807.949	807.949	130.211	16,1	639.839	79,2	168.110
Transf. Intergovernamentais	762.507	762.507	127.584	16,7	627.731	82,3	134.776
Transf. de Instituições Privadas	432	432	-	-	175	40,5	257
Transferências de Convênios	45.010	45.010	2.627	5,8	11.933	26,5	33.077
Outras Receitas Correntes	110.450	110.450	14.368	13,0	65.395	59,2	45.055
Multas e Juros de Mora	38.540	38.540	6.589	17,1	28.610	74,2	9.930
Indenizações e Restituições	4.310	4.310	868	20,1	3.704	85,9	606
Receita da Dívida Ativa	62.700	62.700	5.974	9,5	27.623	44,1	35.077
Receitas Correntes Diversas	4.900	4.900	937	19,1	5.458	111,4	(558)
Dedução da Receita p/FUNDEF	(72.480)	(72.480)	(10.625)	14,7	(56.826)	78,4	(15.654)
Receitas de Capital	**74.918**	**74.918**	**394**	**0,5**	**8.097**	**10,8**	**66.821**
Operações de Crédito	13.620	13.620	-	-	2.413	17,7	11.207
Operações de Crédito Internas	13.620	13.620	-	-	2.413	17,7	11.207
Alienação de Bens	100	100	-	-	-	-	100
Alienação de Bens Móveis	100	100	-	-	-	-	100
Transferências de Capital	61.098	61.098	394	0,6	5.684	9,3	55.414
Transf. Intergovernamentais	4.293	4.293	-	-	-	-	4.293
Transferências de Convênios	56.805	56.805	394	0,7	5.684	10,0	51.121
Outras Receitas de Capital	100	100	-	-	-	-	100
Receitas de Capital Diversas	100	100	-	-	-		100
Subtotal das Receitas (I)	**1.665.199**	**1.665.648**	**227.281**	**13,6**	**1.164.366**	**69,9**	**501.282**
Déficit (II)			**22.208**				
Total (III)= (I+II)	**1.665.199**	**1.665.648**	**249.489**	**15,0**	**1.164.366**	**69,9**	**501.282**
Saldos de Exercícios Anteriores	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**

Fonte: SEFAZ/CGM/SUPIG
[1] Administração Direta e Indireta da PMS-Sistema de Gestão Fiscal(SGF).

Balanço Orçamentário[1]
Orçamentos fiscal e da seguridade social, Salvador: Jan-Out/2005

R$ 1.000

Despesas	Dotação inicial (a)	Créditos adicionais (b)	Dotação atualizada (c)	Despesas empenhadas		Despesas liquidadas			Saldo a liquidar (c-g)
				Set-Out 2005	Jan-Out 2005	Set-Out 2005	Jan-Out 2005	% (g/c)	
Despesas Correntes	**1.436.417**	**9.004**	**1.445.421**	**167.798**	**1.194.062**	**227.885**	**1.011.410**	**70,0**	**434.011**
Pessoal e Encargos Sociais	572.365	(38.651)	533.714	58.239	445.925	79.872	387.308	72,6	146.406
Juros e Encargos da Dívida Interna	77.248	-	77.248	10.200	62.605	11.650	59.116	76,5	18.132
Outras Despesas Correntes	786.804	47.655	834.459	99.359	685.532	136.363	564.986	67,7	269.473
Despesas de Capital	**223.282**	**(8.555)**	**214.727**	**15.470**	**109.448**	**21.604**	**92.403**	**43,0**	**122.324**
Investimentos	146.887	(10.142)	136.745	12.261	52.988	11.960	43.864	32,1	92.881
Inversões Financeiras	3.530	1.587	5.117	1.091	4.831	971	4.672	91,3	445
Amortização da Dívida	72.865	-	72.865	2.118	51.629	8.673	43.867	60,2	28.998
Reserva de Contingência	**5.500**	**-**	**5.500**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**5.500**
Subtotal das Despesas (I)	**1.665.199**	**449**	**1.665.648**	**183.268**	**1.303.510**	**249.489**	**1.103.813**	**66,3**	**561.835**
Superávit (II)	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**60.553**	**-**	**-**
Total (III) = (I+II)	**1.665.199**	**449**	**1.665.648**	**183.268**	**1.303.510**	**249.489**	**1.164.366**	**69,9**	**561.835**

Fonte: SEFAZ/CGM/SUPIG.
[1] Administração Direta e Indireta da PMS-Sistema de Gestão Fiscal (SGF).

Normas para Publicação de Artigos

A revista Conjuntura & Planejamento, editada pela Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia (SEI), órgão vinculado à Secretaria do Planejamento do Estado da Bahia (SEPLAN), aceita colaborações originais, em português, seja sob a forma de artigos versando sobre a conjuntura e planejamento do ponto de vista da economia, seja sob a de resenhas de livros inéditos que se enquadrem nesses mesmos parâmetros.

Os artigos e resenhas são submetidos à apreciação do Conselho Editorial e os autores são, a seguir, informados sobre a viabilidade ou não da publicação de seus trabalhos.

Padrão para envio de artigos ou resenhas:

- formato A4, espaço 1,5, com margens de 3 cm, fonte Times New Roman, tamanho 12, máximo de 10 e mínimo de 5 páginas, incluindo notas, referências bibliográficas e referências;
- identificação do autor, com nome completo, titulação acadêmica, nome das instituições a que está vinculado, além de endereço para contato, e-mail e telefone;
- cópia impressa e arquivos magnéticos editados em Word, que devem ser entregues à Coordenação de Análise Conjuntural (CAC), na SEI, ou cópia magnética enviada para o e-mail: cac@sei.ba.gov.br
- tabelas, ilustrações ou gráficos (formato Excel) com legendas numeradas e apresentados no corpo do texto;
- notas de rodapé explicativas ou complementares curtas, numeradas em ordem seqüencial;
- citações, até três linhas, entre aspas, na seqüência do texto; com mais de três linhas, apresentadas em outro parágrafo, com avanço de 1cm e fonte de tamanho 10, sem aspas, preferencialmente identificadas pelo sistema autor-data (NBR. 10.520 da ABNT);
- referências bibliográficas completas e precisas, segundo as normas para Referências Bibliográficas NBR 6.023, da ABNT.

As resenhas devem conter, no máximo, cinco páginas.

O autor terá direito a dois exemplares da publicação em que foi publicado seu artigo.

Os artigos publicados são de responsabilidade dos autores e não refletem a opinião da Instituição.

É permitida a reprodução e/ou citação, desde que citada a fonte.

Todos os números da Conjuntura & Planejamento podem ser visualizados no site da SEI (www.sei.ba.gov.br) no menu "publicações".

C&P
CONJUNTURA & PLANEJAMENTO

SEI

SUPERINTENDÊNCIA
DE ESTUDOS ECONÔMICOS
E SOCIAIS DA BAHIA

GOVERNO
DA BAHIA

SECRETARIA DO PLANEJAMENTO